



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANKLIN CARTER LOPES DE FREITAS

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA
UFC: A PERMANÊNCIA DISCENTE COMO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS
ESTUDANTES DO CAMPUS DE SOBRAL**

FORTALEZA

2021

FRANKLIN CARTER LOPES DE FREITAS

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA
UFC: A PERMANÊNCIA DISCENTE COMO DIREITO A EDUCAÇÃO DOS
ESTUDANTES DO CAMPUS DE SOBRAL**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Danielle Maia Cruz.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F936a Freitas, Franklin Carter Lopes de.

Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: A Permanência discente como Direito à Educação dos estudantes do campus de Sobral / Franklin Carter Lopes de Freitas. – 2021.

133 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Danielle Maia Cruz.

1. Assistência Estudantil. 2. Evasão Discente. I. Título.

CDD 320.6

FRANKLIN CARTER LOPES DE FREITAS

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA
UFC: A PERMANÊNCIA DISCENTE COMO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS
ESTUDANTES DO CAMPUS DE SOBRAL**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: 06/01/2021.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Danielle Maia Cruz (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Doutor Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Doutora Maione Rocha de Castro Cardoso
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico este trabalho à minha família e a todos aqueles que lutaram e morreram na esperança de vê um mundo com mais igualdade de Direitos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus pelo que conquistei até agora, mas peço a ele para me dar sabedoria para conquistar muito mais.

À minha namorada Ana Santos, pela sua compreensão e apoio nessa caminhada.

Aos meus colegas do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), sinto saudade de todos.

À Universidade Federal do Ceará e especialmente aos gestores e professores do Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP).

Aos servidores da UFC – Campus de Sobral, que colaboraram com valiosas informações.

À Profa. Dra. Danielle Maia Cruz, que aceitou a tarefa de me orientar na elaboração deste trabalho acadêmico.

À Prof^a. Perpétua pela sua valiosa colaboração.

Aos alunos e ex-alunos dos cursos de graduação da UFC – Campus de Sobral, que muito contribuíram para a pesquisa respondendo as entrevistas.

RESUMO

A presente pesquisa visa realizar uma avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal do Ceará (UFC), campus Sobral. O PNAES provoca transformações contemporâneas na política de educação superior brasileira, por meio de medidas que visaram á democratização do acesso a este nível de ensino e, enquanto estratégia para assegurar as condições de permanência dos discentes mais carentes. Essa pesquisa se justifica por considerarmos importante haver uma investigação e uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento deste programa que tem como objetivo principal executar ações garantidoras de apoio aos estudantes da graduação que apresentem vulnerabilidade socioeconômica comprovada, de forma que contribua para a sua permanência na instituição e que concluam em tempo hábil os respectivos cursos, sendo que, procuramos apreender os seus significados para esses sujeitos e para os profissionais que o operacionalizam. Para tanto, esta pesquisa qualitativa segue a perspectiva metodológica da avaliação em profundidade de políticas públicas e programas sociais recomendados por Rodrigues (2008, 2011), em que foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, observação de campo, através de entrevistas semi-estruturadas, que foram submetidas à análise de conteúdo. Dentre os resultados alcançados foi possível identificar a importância do Programa para a permanência e na conclusão em tempo hábil dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição, mesmo em tempos de desmonte nas políticas públicas no atual governo.

Palavras-chave: Permanência estudantil. Política de Educação. Direito a Educação. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

This research aims to carry out an evaluation of the National Student Assistance Program (PNAES) at the Federal University of Ceará (UFC), Sobral campus. PNAES causes contemporary transformations in the Brazilian higher education policy, through measures aimed at democratizing access to this level of education and, as a strategy to ensure the conditions of permanence of the most needy students. This research is justified because we consider it important to have an investigation and a better understanding of the development of this program, whose main objective is to carry out guaranteeing actions to support undergraduate students who have proven socioeconomic vulnerability, so that it contributes to their permanence in the institution and that they conclude the respective courses in a timely manner, being that, we try to apprehend its meanings for the subjects to whom it is destined and for the professionals who operate it. Therefore, this qualitative research follows the methodological perspective of the in-depth evaluation of public policies and social programs recommended by Rodrigues (2008, 2011), in which bibliographic, documentary, direct and field observation techniques were used, through semi-structured research. -structured, which were submitted to content analysis. Among the results achieved, even in times of dismantling in public policies in the last governments, it was possible to identify the importance of the Program for the permanence and timely completion of students in a situation of socioeconomic vulnerability in the institution.

Keywords: Student residence. Education Policy. Right to education. Student Assistance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Opinião dos discentes beneficiados se os Programas atende as suas necessidades econômicas.....	88
Gráfico 2 – A percepção dos estudantes se vê os programas da assistência estudantil como um direito ou como uma ajuda do governo.....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC.....	56
Figura 2 – Organograma da Coordenadoria de Assistência Estudantil – CASE	60
Figura 3 – Fluxo do Acesso do discente à UFC até a diplomação ou não.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo entre o número de ingressantes e percentual de concluintes considerando quatro anos de curso – 2002 a 2017	27
Tabela 2 – Fatores internos e externos da evasão identificados pelo MEC	30
Tabela 3 – Recursos do PNAES Repassados para as IFES, 2012-2018	32
Tabela 4 – Ações Estratégicas do PNAES	51
Tabela 5 – Modalidades de Programas e serviços ofertados pela PRAE/UFC	57
Tabela 6 – Evolução do número de cursos implantados e vagas ofertadas na graduação presencial da UFC – campi do Interior do Cariri e de Sobral (2007-2013)	65
Tabela 7 – Dados socioeconômicos dos pais dos estudantes dos ingressantes	67
Tabela 8 – Porcentagem de cancelamento de matrícula dos estudantes da UFC/Campus Sobral do ano de 2015 a 2017	70
Tabela 9 – Número de estudantes beneficiados pela Assistência Estudantil até 2019	71
Tabela 10 – Aspectos positivos e negativos da Assistência Estudantil no Campus Sobral na visão dos estudantes	96

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior
BIA	Bolsa de Iniciação Acadêmica
CEO	Centro Odontológico
CF	Constituição Federal
CAD	Coordenadoria de Atividades Desportivas
CAS	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CASE	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFC
COPIC	Coordenadoria de Planejamento, Informação e Comunicação
CRU	Coordenadoria de Restaurantes Universitários
DAE	Divisão de Atenção ao Estudante
DAP	Divisão de Apoio Administrativo
DIGEB	Divisão de Gestão de Benefícios
DIGEM	Divisão de Gestão de Moradia
EAD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FLF	Faculdade Luciano Feijão
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de ensino superior
IFES	Instituições de Federais de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INTA	Instituto Superior de Teologia Aplicada
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAPP	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAE	Política de Assistência Estudantil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PID	Programa de Iniciação à Docência
PDRE	Plano Diretor da Reformado Estado
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional da Educação
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
ProUni	Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
S.P.A.	Serviço de Psicologia Aplicada
SESU	Secretária de Educação Superior do MEC
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)...	22
2.1	Base teórica-Ideológica do programa.....	22
2.1.1	<i>Vulnerabilidades socioeconômicas como consequência das desigualdades.....</i>	23
2.1.2	<i>A evasão discente nas IFES.....</i>	26
2.1.3	<i>A educação como Direito social.....</i>	33
3	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR.....	35
3.1	Breve histórico da assistência estudantil.....	35
3.2	O contexto social, político e econômico de criação do PNAES.....	39
3.3	Marco legal: O PNAES como política pública de Direito.....	47
4	O PNAES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL.....	55
4.1	A implementação do PNAES e a gestão da política de assistência estudantil na UFC.....	55
4.2	A política de assistência estudantil no campus da UFC em Sobral.....	62
4.2.1	<i>O campus de Sobral/UFC: Interiorização, expansão e democratização.....</i>	62
4.2.2	<i>O perfil dos discentes dos cursos de graduação.....</i>	66
4.2.3	<i>Dados da evasão discente na UFC - Campus Sobral.....</i>	69
4.2.4	<i>A atuação da CASE e as ações da assistência estudantil no campus Sobral.....</i>	71
5	AValiação DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.....	76
5.1	Avaliações de políticas públicas: uma perspectiva contra-hegemônica.....	76
5.1.1	<i>A perspectiva metodológica da avaliação em profundidade na assistência estudantil.....</i>	78
5.2	Coleta e análise dos dados.....	83
5.3	Resultados e discussões.....	84
5.3.1	<i>A percepção dos discentes beneficiados.....</i>	84
5.3.2	<i>A Percepção dos discentes evadidos.....</i>	97
5.3.3	<i>A Percepção dos servidores da CASE.....</i>	104

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI – ESTRUTURADA A SER APLICADA A SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVOS E GESTORES DA PRAE/UFC, E ASSISTENTE SOCIAL DA UFC - CAMPUS DE SOBRAL.....	126
	APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI – ESTRUTURADA A SER APLICADA A ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFC – CAMPUS DE SOBRAL.....	128
	APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMI – ESTRUTURADA A SER APLICADA A ESTUDANTES EVADIDOS BENEFICIÁRIOS OU NÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFC – CAMPUS DE SOBRAL.....	130
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TECLE).....	132

1 INTRODUÇÃO

A política pública em estudo é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituído pela Portaria Normativa/MEC nº 39/2007, posteriormente, regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, que tem como objetivo principal democratizar as condições de permanência nas universidades federais brasileiras, diminuindo o efeito das desigualdades sociais, reduzindo as taxas de evasão e reprovação escolar, através de ações garantidoras do acesso à moradia, alimentação, transporte, saúde, etc.

A vigente Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, estabelece a educação um dos direitos sociais positivados, os quais, dispostos em seu artigo 6º, configuram-se enquanto direitos de cidadania e dever estatal. Assim sendo, deve, portanto, obrigatoriamente, ser implementada por todos os entes da federação, em suas respectivas instâncias e competências, mediante o desenvolvimento de políticas públicas e programas sociais.

Decerto, a partir do surgimento da nova ordem constitucional, grandes avanços em seu delineamento podem ser percebidos, pois dentre seus preceitos, preconizou-se a democratização do acesso e das condições de permanência nas instituições federais, frente a uma histórica educação marcadamente elitista, decorrente do próprio processo de formação da sociedade e da economia brasileira, sobretudo, quando nos reportamos ao Ensino Superior, até bem pouco tempo essencialmente usufruído por camadas mais ricas.

O PNAES surgiu num contexto neodesenvolvimentista nos anos 2000, sobremaneira após os ataques neoliberais impostos às políticas sociais no Brasil, durante os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Com o advento de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil, período em que se renovaram na classe mais pobre as perspectivas em um porvir com mais igualdade de oportunidades. Neste sentido, algumas demandas das camadas populares passaram a ser incorporadas pela agenda política, dentre as quais se encontrava a democratização de acesso às universidades públicas.

No governo de Lula houve aprovação de importantes projetos na área da educação superior, sendo que o projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI resultou numa crescente universalização do acesso. Aliado a isso, a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do

Sistema de Seleção Unificada (SISU), como forma de seleção e ingresso nestas, resultaram em uma maior democratização do acesso ao grau superior para as camadas populares, as quais, por sua vez, passaram a exigir ações mais sistematizadas de assistência estudantil que pudessem viabilizar a sua permanência e diminuir seus índices de retenção e evasão.

No Ceará, a adesão da UFC ao Programa REUNI trouxe para a universidade a oportunidade de receber investimentos em sua infraestrutura e de se expandir para o interior do Estado, com a criação de novos campus e a consolidação dos *campi* do Cariri e de Sobral, gerando com isso uma oferta maior em número de vagas nos cursos de graduação, conseqüentemente, melhorando e ampliando a assistência estudantil na capital e no interior do estado.

O Campus da UFC em Sobral, local da pesquisa, situado na região norte do interior do Ceará, distante 260 km da capital Fortaleza, apesar de ter iniciado suas atividades em 2001, com o curso de Medicina, com o apoio do programa de expansão I¹ em 2006, e do Programa REUNI em 2007, passou a ter oito cursos de graduação (Medicina, Odontologia, Psicologia, Música, Finanças, Engenharia Elétrica, Ciências Econômicas e Engenharia da Computação) e também começou a receber os programas da assistência estudantil.

No ano de 2017, foi criada no Campus Sobral a Coordenadoria de Assistência Estudantil – CASE, vinculada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, tendo como responsabilidade a seleção e o acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para os programas de assistência estudantil.

A PAE da UFC no campus de Sobral está dividida em serviços e programas, ofertando transferência direta de recursos financeiros para os estudantes, por meio dos programas de Auxílio Moradia, Auxílio Creche, Bolsa de Iniciação Acadêmica, Auxílio Emergencial, Isenção do Restaurante Universitário, que tem como alguns de seus objetivos ampliarem as condições de permanência, apoiar a formação acadêmica dos discentes e contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão.

Segundo banco de dados da Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE existem 454 alunos que são beneficiários dos programas da assistência

¹O Programa de Expansão I foi assim chamado pelos reitores das IFES e trata da interiorização das universidades federais no país.

estudantil, mesmo assim a evasão discente está presente em todos os cursos da graduação, sendo mais perceptível nos cursos de Música, Finanças e Ciências Econômicas.

A evasão discente conforme Costa (2016) acontece de diversas naturezas, desde questões individuais, como novas exigências acadêmicas que exigem uma presença maior do aluno no local de seu estudo, até mesmo a saída de casa e as novas despesas com os estudos também podem interferir na vida acadêmica dos alunos, prejudicando a sua permanência na universidade, por fim, suas expectativas com relação à formação profissional que a vida universitária exige durante um período mínimo de quatro anos.

Nesse cenário, a Universidade Federal do Ceará (UFC), vem através da Assistência Estudantil buscando formas que garantam a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) traz apenas diretrizes gerais e dá a cada instituição de ensino superior federal a orientação de construir suas próprias regulamentações.

Por ser servidor da UFC no município de Sobral, tive uma breve aproximação com essa temática quando participei das comissões da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE nos anos de 2013 a 2016. Essas comissões têm a finalidade de selecionar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para ser beneficiários da política de assistência estudantil. Na oportunidade, através de conversa com esses estudantes perceber o quanto era imprescindível serem amparados pela assistência estudantil, principalmente, por que esses estudantes não tinham renda, sendo que muitos nem residia na cidade de Sobral, tendo dificuldades em arcar com diversas despesas para se manter na universidade.

Logo, houve a necessidade de me aprofundar mais sobre o assunto devido ao crescimento da assistência estudantil nos últimos anos, resultado da democratização do acesso às IFES, fazendo com que definisse a referida temática para investigar se a assistência estudantil mantém o estudante na universidade até a sua formação, frente à problemática da evasão.

Diante desse contexto, acredito ser relevante desenvolver um estudo avaliativo acerca dos programas de assistência estudantil ofertados pela UFC, após a decretação do PNAES em âmbito nacional e de sua implantação no âmbito local e Institucional, pois estas instituições educacionais têm de estar preparadas para

acolher estudantes provenientes de camadas populares e oferecer respostas às suas múltiplas demandas decorrentes de sua origem familiar, as quais possam interferir sobre o sucesso de sua vida acadêmica, pois os programas de assistência estudantil das universidades públicas fazem-se necessários para garantir a permanência e o sucesso das políticas de ingresso.

Nesta perspectiva, serão desenvolvidas discussões acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que se tornou o objeto de estudo. Delimitei o seguinte objetivo geral de pesquisa: avaliar se os Programas ofertados pela Assistência Estudantil, campus de Sobral, cumpre aos objetivos de viabilizar a permanência e contribuir para o êxito dos estudantes em seu percurso acadêmico, de acordo com suas percepções. Para se alcançar o objetivo geral, foi listado os seguintes objetivos específicos:

- Compreender as bases conceituais que orientam o Programa Nacional de Assistência Estudantil em relação ao seu contexto de formulação;
- Descrever o contexto social, histórico, econômico e político da criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em âmbito nacional;
- Averiguar o processo de implementação e execução do PNAES na UFC na Capital e no interior, principalmente, no Campus Sobral;
- Verificar a percepção dos discentes beneficiados quanto à importância e contribuição do PNAES em sua permanência na UFC campus Sobral.

A problemática da pesquisa leva o seguinte questionamento como os Programas da Assistência Estudantil na UFC Campus Sobral vêm contribuindo na permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, garantindo-os direito a educação? Ademais, certas perguntas norteadoras também serão importantes para o desenvolvimento do trabalho: Quais as concepções de assistência estudantil para os sujeitos participantes? Estas concepções se relacionam à base conceitual do PNAES? Que marcos legais regulamenta a assistência estudantil em âmbito nacional e local? Existe participação de servidores administrativos e discentes no âmbito da formulação, operacionalização, monitoramento e avaliação dos programas de assistência estudantil da UFC, campus Sobral? Como estudantes beneficiários do programa o avaliam? Como os

Programas de Assistência Estudantil da UFC, campus de Sobral, podem ser melhorados?

Sendo assim, com tais perguntas norteadoras, realizaremos uma investigação de forma extensa, detalhada e multidimensional, compreendendo a forma como vem se desenhando a Política Pública de Assistência Estudantil no campus de Sobral, e mais especificamente o PNAES.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram efetuados com base em uma abordagem no âmbito das Ciências Sociais com destaque na pesquisa de cunho qualitativo, onde permite uma compreensão dialética da realidade em questão, uma vez que também trabalha com “um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 22). Dessa forma, a pesquisa de natureza qualitativa proporciona interpretar as visões e elaborações dos sujeitos envolvidos sobre a política de assistência estudantil da UFC.

Para iniciar a pesquisa, será realizada uma ampla pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de conhecer mais sobre o funcionamento da política de assistência estudantil no Brasil, a partir de diversos aspectos. A revisão da literatura será importante para entrar em contato com as discussões sobre o tema e buscar encontrar novas abordagens de trabalho, possibilitando endossar o que já foi produzido, pesquisar o histórico da Assistência Estudantil, fundamentar o direito a assistência estudantil na educação superior, conhecer os impactos no neoliberalismo nas políticas públicas e no ensino superior, as causas da evasão discente nas universidades públicas federais e construir um quadro teórico acerca do contexto social, político e econômico, da criação do PNAES em âmbito nacional e de sua implementação no âmbito local.

Já a pesquisa documental servirá para melhor embasar o estudo, onde haverá análise de documentos referente aos marcos legais, institucionais, projetos, atas, relatórios, e outros documentos relativos à implementação e a gestão da Assistência Estudantil na UFC. Essas informações serão obtidas através de fontes secundárias existentes no arquivo da coordenadoria da assistência estudantil - CASE do Campus da UFC em Sobral e na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE. O objetivo da pesquisa documental é de recompor o percurso institucional do programa: como ele foi concebido e sua trajetória dentro da instituição.

É importante ressaltar que mesmo tendo um caráter principalmente qualitativo, a pesquisa também possui aspectos de cunho quantitativo, sendo que serão coletados dados nos sistemas institucionais para realizar uma análise mais objetiva do perfil socioeconômico dos discentes pesquisados.

No que se refere à pesquisa de campo, esta ocorrerá na Universidade Federal do Ceará, campus de Sobral. Haverá o uso da observação participante por haver uma aproximação com os estudantes diariamente, e com isso, a escrita de um diário de campo, em que irá me permitir me envolver mais na pesquisa, e assim, conseqüentemente, haverá uma compreensão de forma mais aprofundada sobre a temática em questão. A população da pesquisa compreende a comunidade de discentes beneficiários dos serviços e dos programas da assistência estudantil e estudantes evadidos beneficiários ou não dos programas, como também os diversos atores envolvidos na execução da Política de Assistência Estudantil dentro da Universidade, neste caso, as assistentes sociais.

Como instrumento de coleta de dados nas entrevistas haverá aplicação de entrevistas com perguntas semi-estruturadas, pois existe uma flexibilidade maior na exploração das questões, com perguntas, principalmente, aberta, dando assim ao sujeito oportunidade de se manifestar sobre o tema e de conhecermos sua realidade social. As questões serão elaboradas em acordo com os objetivos da pesquisa.

Esse texto de qualificação está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução que é o primeiro, onde apresento a política a ser avaliada, a aproximação com o tema, o objetivo geral e os específicos, a problematização, a justificativa e a os procedimentos metodológicos para encontrar os resultados da pesquisa.

O segundo capítulo trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), onde será feita uma revisão bibliográfica sobre algumas categorias teóricas que fundamentam o Programa, tais como: Vulnerabilidades Socioeconômicas, Desigualdades Sociais, Evasão discente nas IFES e o Direito a Educação.

No terceiro capítulo abordaremos o PNAES como um programa social criado pelo Governo brasileiro e operacionalizado no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES com o compromisso de diminuir a desigualdade social e a evasão discente. No primeiro tópico apresento o histórico da assistência estudantil desde o início do século XX. No segundo tópico abro uma discussão sobre

o modelo econômico, político e social vigente no país durante o período de regulamentação do Programa. No último tópico descrevo o marco legal da assistência estudantil, tendo o PNAES como uma política pública de direito tendo sua sustentabilidade a partir da Constituição Federal de 1998 e na LDB de 1996, que são dois institutos jurídicos que o legitima.

No quarto capítulo consiste em abordar a gestão da política de assistência estudantil pelas vias institucionais dentro da UFC, incluindo o contexto particular da UFC campus de Sobral, onde apresento algumas características do município e do campus de Sobral, características dos estudantes, dados sobre a evasão discente e por último a atuação da Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE e as principais ações da assistência estudantil.

O último capítulo desta dissertação apresenta discussões em torno dos dados coletados nas falas dos participantes da pesquisa de campo, buscando alcançar o objetivo geral do trabalho: avaliar se os programas da assistência estudantil contribuem para a permanência e o êxito dos discentes beneficiários. Ao final, são feitas algumas considerações sobre os resultados encontrados na pesquisa.

2 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL (PNAES)

Neste capítulo, será feita uma revisão bibliográfica sobre algumas categorias teóricas que fundamentam o Programa. A escolha das categorias de análise buscou identificar não apenas terminologias que emergem da regulamentação do Programa, ou seja, de sua orientação normativa, mas apreender principalmente um conjunto de ideias que se relacionam de forma mais ampla ao planejamento do Programa.

Inicialmente, faço uma discussão sobre vulnerabilidade socioeconômica e desigualdades sociais, para demonstrar que de fato o Brasil é um país extremamente desigual e injusto socialmente com milhões de pessoas, dificultando inclusive o acesso à educação; no tópico seguinte falo da problemática da evasão discente nas universidades federais, que foi um dos motivos que embasaram o surgimento do PNAES; no último tópico finalizo apresentando a Educação como um Direito Social, sendo positivada na Constituição Federal de 1998 e na LDB de 1996.

A discussão em tela subsidiará o objetivo de compreender as bases conceituais que orientam o Programa Nacional de Assistência Estudantil em relação ao seu contexto de formulação, de modo a estabelecer uma base teórica para análise dos dados.

2.1 Base teórica-ideológica do programa

A análise do conteúdo do Programa Social em questão revela ideias e conceitos relacionados à esfera de sua elaboração, em primeira instância, e como tais conceitos se apresentam extensivamente nos momentos da avaliação.

Portanto, utilizo alguns pressupostos teóricos que permite uma análise de conteúdo do Programa. É uma característica da avaliação em profundidade que essas categorias analíticas sejam retiradas da política ou do programa que está sendo analisadas, por isso, todas as categorias aqui definidas estão intrinsecamente ligadas à PAE.

As primeiras a serem abordadas a vulnerabilidade socioeconômica e desigualdade social, logo depois, a evasão discente e a demais em seguida.

2.1.1 Vulnerabilidades Socioeconômicas como consequência das desigualdades

O Brasil, a julgar por todo seu contexto histórico e atual, ainda pode ser considerado um país que exprime uma grande desigualdade social com milhões de pessoas, dificultando inclusive o acesso à educação. Apesar das transformações sociais e de alguns pequenos avanços nos últimos anos, o país ainda luta contra a forte vulnerabilidade socioeconômica que assola a população, no qual tudo isso se refere à questão social.

A questão social se originou na contradição capital-trabalho que se constrói na relação desigual estabelecida entre os trabalhadores e o proletariado, no sistema capitalista. A partir do momento em que a classe trabalhadora toma consciência da apropriação das riquezas, pelos donos dos meios de produção, geradas a partir da sua força de trabalho, começam a ser exigidos outros tipos de intervenção para além da caridade e repressão.

Para Neto e Façanha (2018), no Brasil, as discussões sobre os problemas sociais são advindas da apropriação da riqueza produzida socialmente, se deu tardiamente. O principal motivo é o histórico de exploração do trabalho do país, inicialmente com a implantação do trabalho escravo no período colonial, em seguida pela exploração do trabalho agrícola pelos grandes latifundiários. Esse percurso de supressão das mazelas do trabalhador influenciou por completo a dinâmica econômica, social, política e cultural do nosso país, fazendo com que as primeiras manifestações da questão social fossem reprimidas pela sociedade e pelo Estado, sendo tratada como caso de polícia.

Atualmente, a questão social se apresenta em múltiplas expressões, tais como: pobreza, desigualdade social, favelização, falta de acesso aos serviços básicos de saúde e educação, violência, discriminação de gênero, raça e opção sexual, fome, dentre outras. Portanto, podemos entender como questão social todos os dilemas vividos pela população, provocados pela concentração de capital nas mãos de uma minoria.

Essa concentração do capital na mão de minoria, já é fenômeno que caracteriza a desigualdade, cuja esta já é uma consequência das vulnerabilidades

enfrentadas pela população, sejam as vulnerabilidades sociais, ou até mesmo as que englobam situações econômicas, no caso, a vulnerabilidade econômica.

A vulnerabilidade, de acordo com Katzman (2005), não é mesmo que pobreza, pois a pobreza trata-se de uma carência eficaz e atual:

Vulnerabilidade não é exatamente o mesmo que pobreza. Inclui. Este último se refere a uma situação de carência eficaz e atual, enquanto a vulnerabilidade transcende isso condição projetando no futuro a possibilidade de sofrer de certas fraquezas, que são encontradas no presente. (KATZMAN, 2005, p. 04).

Nessa perspectiva, com base nesse conceito inicial, a vulnerabilidade recai sobre diversos indivíduos, possibilitando que os mesmos fiquem a necessitar de diversos serviços básicos em que os lugares que estão presentes impossibilitam acessos como a condições de moradia, saneamento básico, educação e trabalho e de participação e acesso diferencial a informação e as oportunidades. (KATZMAN, 2005)

No mundo inteiro tem-se colocado ênfase nas possíveis maneiras de reduzir ou erradicar as desigualdades. No Brasil, a partir do que se observa, o Estado tende implementar políticas de redução das consequências inerentes à pobreza, mas como é sabido, o número de pessoas vivendo sob condições de miséria, sem ter o acesso de qualidade à todos esses serviços básicos ainda é o maior em relação aos demais países, e até mesmo evidencia-se que quem irá ter esse acesso de uma forma mais eficaz e abundante, com uma maior qualidade, será a minoria, que são as classes sociais mais altas, ficando claro assim, que a desigualdade é quase algo inerente do país.

No que se refere à vulnerabilidade socioeconômica especificamente, esta pode ser denominada como a vulnerabilidade que, além de ter quesitos sociais mais gerais, também abarcam os poucos recursos financeiros que as pessoas que estão expostas a esse fenômeno possuem. Nesse caso, a vulnerabilidade socioeconômica é uma consequência desta desigualdade, que acaba “excluindo” uma grande parcela de pessoas da sociedade, porque tal vulnerabilidade acaba tirando dessas pessoas o acesso às oportunidades e até mesmo à representativa, ficando então com um desequilíbrio, haja vista que essas oportunidades e representativas são acessíveis para outros.

Para exemplificar, no que diz respeito principalmente a essa questão da falta de acesso às oportunidades, pode citar o fato de que muitos jovens têm dificuldades de encontrar o primeiro emprego, por muitas vezes não ter passado por um processo de capacitação profissional de qualidade, ou mesmo pelo fato de que vêm de comunidades carentes, sofrendo algum tipo de preconceito para entrar no mercado de trabalho. Esses desafios que os jovens com vulnerabilidades socioeconômicas passam, podem fazer com que se desmotivem e busquem caminhos negativos para suas vidas.

Ainda sobre essa falta de oportunidades que a vulnerabilidade socioeconômica exprime, além dessa questão da empregabilidade, estão os desafios para a entrada e permanência dos jovens na universidade, que é o que está sendo discutido principalmente nessa pesquisa, ao ser compreendido que essa grande parcela da sociedade não obtém de recursos financeiros suficientes para tal feito.

A vista disso está sendo notada a necessidade abrangente dos programas sociais do Governo para desempenhar uma assistência estudantil de qualidade e que esteja ao alcance de todos que necessitam.

Nessa situação, e voltando o foco novamente para a vulnerabilidade socioeconômica como consequência da desigualdade, devemos deixar explícito aqui que esta desigualdade está muito associada também à privação de direitos, e não somente à má distribuição de renda, até mesmo porque essa má distribuição de renda já, conseqüentemente, ocasiona uma grande privação às populações carentes, cabendo então as políticas públicas amenizarem essa situação grave.

(...) Uma perspectiva mais humanizada sobre as faces que a desigualdade pode assumir em uma sociedade como a nossa, agregando empatia ao debate e ampliando uma visão crítica que apoie a compreensão sobre as múltiplas situações de privações de direitos e as políticas que podem contribuir estrategicamente para a mitigação das desigualdades. (CAMPELLO, 2008)

O fato de não ter acessos, até mesmo não ter acesso a consumir, são condicionantes que tornam limitadas às ações dos vulneráveis socioeconomicamente, fortificando o processo de desigualdade, que para muitos estudiosos, é algo estrutural.

(...) O que para parte da população é um bem de consumo, para os mais pobres é um 'não direito' e um limitante, muitas vezes estrutural, às suas oportunidades de desenvolvimento e à possibilidade de uma vida digna e segura. (CAMPELLO, 2008)

A desigualdade social ecoa na nossa sociedade. Não se pode ter uma visão reduzida do que é essa desigualdade, pois é a partir dela que surgem diversos efeitos, que condicionam o acontecimento de ações negativas em diferentes setores e áreas, colocando em risco a qualidade de vida as pessoas, as quais muitas vivem em condições desumanas por conta desse fator e “a busca pela desnaturalização da desigualdade passa pela conscientização de que se trata de um conjunto de injustiças.” (CAMPELLO, 2008, p. 56)

Portanto, ressaltando mais uma vez, a necessidade de se fortalecer as políticas públicas, que os programas sociais e de assistência possam sempre está colaborando, sendo postos em prática com toda qualidade possível. Segundo Campello (2008);

A desigualdade social é sempre uma relação política passível de ser enfrentada pela ação do Estado e afirmada pelas lutas coletivas por direitos, cujo efeito democrático pode ser desestabilizador de privilégios historicamente reproduzidos pelas elites. (CAMPELLO, 2008, p. 57)

Fazer valer cada ação, cada luta pela igualdade no Brasil, é de fato importante. Cada programa implantado nesse intuito, como por exemplo, o PNAES, mostra que o fim da vulnerabilidade socioeconômica e, conseqüentemente, a igualdade social ainda não é uma realidade, e ainda está sendo buscada. Assim, se essa busca é contínua, que ela possua qualidade e efetivação eficiente, para que se aproximem o máximo possível dos objetivos pautados, como a possibilidade de os jovens permanecerem na universidade sem precisar sair, principalmente, por questões econômicas, já que a educação é colocada como um direito de todos.

2.1.2 A Evasão discente nas IFES

A evasão discente tem se tornado gradativamente uma preocupação, uma problemática emergente na agenda pública. Esta problemática decorre do modelo de democratização do ensino, compreendido aqui como ampliação do acesso à

escolarização, qualificação profissional e ao ensino superior, principalmente, por parte de jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica (FASUBRA, 2012).

De modo geral, as instituições, públicas e privadas, dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos. É esse também, o motivo mais declarado pelo aluno quando perguntado sobre a principal razão da evasão. No entanto, para Silva Filho (2017) as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou financeiro, para conclusão do curso, ou seja, ele acha que o custo benefício do “sacrifício” para obter um diploma superior na carreira escolhida não vale mais a pena.

A Tabela 1, disponível em documento divulgado pelo Ministério da Educação, apresenta o percentual do número de concluintes em relação ao número de ingressantes em cursos da graduação presencial considerando um período de quatro anos de curso:

Tabela 1 - Comparativo entre o número de ingressantes e percentual de concluintes considerando quatro anos de curso – 2002 a 2017

<i>Ingressos por processo seletivo segundo a categoria administrativa</i>				<i>% do nº de concluintes em relação ao nº de ingressantes após quatro anos</i>		
Ano	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
2002	280.491	924.649	1.205.140	69,5	55,3	59,2
2003	267.081	995.873	1.262.954	72,6	54	58,9
2004	287.242	1.015.868	1.303.110	82,7	53,6	60,4
2005	288.681	1.108.600	1.397.281	69,7	56,5	59,6
2006	297.407	1.151.102	1.448.509	68,6	55,6	58,3
2007	298.491	1.183.464	1.481.955	67,4	55,4	58,1
2008	307.313	1.198.506	1.505.819	65	55,3	57,3
2009	422.320	1.642.762	2.065.082	44,6	38,9	46,4
2010	475.884	1.706.345	2.182.229	37,4	38,1	44,6
2011	490.680	1.856.015	2.346.695	39,6	36,1	43,3
2012	547.897	2.199.192	2.747.089	36,9	30,6	38,2
2013	531.846	2.211.104	2.742.950	43,3	36,6	38
2014	504.627	1.878.483	2.383.110	46	33,0	35,7
2015	504.038	1.721.625	2.225.663	40,9	31,5	33,4
2016	505.002	1.637.461	2.142.463	43,5	32,0	34,2
2017	502.621	1.650.131	2.152.752	47,2	37,8	39,8

Fonte: MEC/INEP 2018.

Os dados nos mostram que após a implementação do REUNI e do PNAES nas IFES em 2012 houve um aumento significativo no número de ingressantes, mas também houve uma diminuição do número de concluintes com relações há anos anteriores a implantação desses Programas. Esse fenômeno está ligado, principalmente, ao grande número de ingressantes das camadas mais populares que quando chegam à universidade enfrentam diversas dificuldades para permanecer na universidade, que segundo Costa (2016) para grande parte dos alunos de baixa renda conquistar uma vaga na universidade é apenas o primeiro passo, o maior problema não está na aprendizagem, mas na dificuldade de permanecer na faculdade, na maioria das vezes em decorrência de sua vulnerabilidade socioeconômica.

Nem todos os estudantes possuem uma tranquilidade durante um período de no mínimo de quatro anos no ensino superior, esses universitários são deparados com os mais diversos obstáculos que são frequentes: a violência, a maternidade precoce, os problemas familiares, o uso abusivo de drogas, os problemas de saúde e a falta de interesse pela graduação (COSTA, 2016). E ainda as pressões vividas com a vida acadêmica, as lutas diárias causadas pela vulnerabilidade socioeconômica, são outros fatores que contribui negativamente em uma série de problemas que perpassam na sua estadia dentro da universidade.

Segundo (BOURDIEU, 1992) estas desigualdades se fazem sentir desde o início da educação básica, quando os alunos já chegam à universidade em condições desiguais, em decorrência das oportunidades que tiveram. E com isso, os integrantes dessas classes possuem maiores dificuldades, tanto de acesso ao sistema, quanto na permanência. Logo, as classes mais ricas em capital fazem-se cada vez mais presentes no ensino superior, por terem menos dificuldades para transpor barreiras.

Autores como Santos (1998) assevera que as desigualdades se traduzem em injustiças, logo, há violação de seus direitos. As desigualdades decorrem das condições culturais, sociais e econômicas dos indivíduos, haja vista que é mais difícil as pessoas mais necessitadas possuírem conhecimento acerca de seus direitos, estando assim, em condição de maior vulnerabilidade frente às injustiças.

Santos (1998) chama atenção de que se proporcionar acesso às mesmas coisas para os ricos e pobres (igualdade), não levando em consideração a diferença existente entre ambos, mantêm-se a desigualdade. O autor defende que ignorar as

diferenças dificulta a concretização da igualdade, já que as pessoas são diferentes externamente e quanto às circunstâncias, mas desejam tratamento igualitário, ao mesmo passo em que pretendem ter respeitada e reconhecida suas disparidades.

Assim, candidatos provenientes de camadas mais populares e sem recursos suficientes para se manterem nos cursos para o qual foram aprovados em processos seletivos seriam potenciais candidatos à evasão/abandono escolar.

Os estudiosos são harmônicos em afirmarem que a evasão discente é um problema complexo, resultante de uma conjunção de vários fatores que pesam na decisão do estudante de permanecer ou não no curso. As razões da evasão discente são as mais diversas segundo os pesquisadores da área, desde motivos econômicos até os psicológicos. E não se constitui num fenômeno novo, pois nem todas as pessoas que ingressam em um curso o terminam. Em face da necessidade do país de qualificar sua população, esse fenômeno da evasão adquiriu uma importância iminente, dada sua complexidade e abrangência

Para Schargel e Smink (2002) as causas da evasão discente estão relacionadas ao mau desempenho acadêmico, pobreza, etnia, limitação em algumas disciplinas, gravidez, rastreamento e situação geográfica e, por isso, foram classificadas em cinco categorias: as psicológicas (imaturidade, rebeldia), as sociológicas (não é um fato isolado), as organizacionais (estrutura física, localização, mensalidade, docentes, metodologia de ensino, etc.), as internacionais (conduta do aluno e sua adaptação à vida universitária) e as econômicas (renda, benefício e custo do curso).

O conceito de evasão adotado pelo Ministério da Educação (MEC) é “a saída definitiva do curso de origem sem a conclusão, ou seja, a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa, sendo que as principais causas são referentes às características individuais dos estudantes; segundo, referente a fatores internos às instituições e, terceiro, referente a fatores externos às instituições (BRASIL, 1994, p. 19).

Martins (2007) em seus estudos relata que o MEC, para ter um melhor entendimento sobre a evasão quanto aos aspectos individuais, institucionais (internos) e externos à instituição, publicou, em 1997, um relatório sobre “Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Pública”. Esse documento fala das prováveis causas (Tabela 2) que

mais contribuíram para a evasão durante o período de maio de 1995 a julho de 1996 que são:

Tabela 2 - Fatores internos e externos da evasão identificados pelo MEC

Fatores Externos	Fatores internos
<p>a) Vinculados aos fatores sócios político-econômicos relativos ao mercado de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida; •Afetos à qualidade da instituição; •Vinculados a conjunturas econômicas específicas; •Dificuldades financeiras do estudante; •Relacionados às dificuldades de atualizar-se na universidade frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade. 	<p>a) Relativos a questões acadêmicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • currículos desatualizados, alongados; • rígida cadeia de pré-requisitos para as disciplinas; • falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso.
<p>b) Vinculados às características individuais do estudante:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Relativos à habilidade de estudo; •Relacionados à personalidade; •Decorrentes da formação escolar anterior; •Vinculados à escolha precoce da profissão; •Relacionados a dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária; •Decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; •Decorrentes do desencanto ou da desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; •Decorrentes de dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa freqüência às aulas; •Decorrentes da desinformação a respeito da natureza dos cursos; Decorrente da descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular. 	<p>b) Relativos a questões didático-pedagógicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • critérios impróprios de avaliação do desempenho discente; • falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente; • ausência ou pequeno número de programas institucionais para o estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, programas PET (Programa Especial de Treinamento), entre outros; • decorrentes da cultura institucional de desvalorização da docência na graduação; • insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação (laboratórios de ensino, equipamentos de informática, etc.); • inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização das vagas, afastando a possibilidade da matrícula em duas universidades.

Fonte: Elaborado por Martins (2007).

Outro fator determinante apontado como causador da evasão está na mudança de curso. O (MEC/INEP, 2009) chama atenção sobre o significativo número de alunos que mudam de curso na mesma universidade ou cancelam a

matrícula por terem sido aprovados em outra instituição, pois muitas vezes o curso anterior não era preferido do aluno.

Ao abandonar os estudos, o jovem limita as suas oportunidades de integração e atuação na sociedade, ora com referência às atividades profissionais, no desenvolvimento pessoal, ora exigindo que seus direitos sejam respeitados. Melhor dizendo, deixa de exercer sua plena cidadania, limitando suas perspectivas futuras. Através da educação o jovem adquire conhecimentos, sendo capaz de intervir e mudar seu entorno, tornando-se independente e protagonista na sociedade onde está inserido.

Essa dinâmica, é claro, desencadeia uma avalanche de outros problemas. Menos alunos em sala de aula equivalem a um menor índice de qualificação e aperfeiçoamento, o que, por sua vez, resulta em menos mão de obra especializada, menos oportunidades profissionais e menos espaço para a inovação. Trata-se, portanto, de uma situação cujo efeito cascata permeia toda a sociedade e é capaz de alterar seu funcionamento.

Buscar a superação desta fragilidade vai, certamente, para além da atuação comprometida dos professores na sala de aula, apesar de haver estudantes que possuem dificuldades para acompanhar o conteúdo do curso à medida que o nível de complexidades das matérias aumenta. Muitas vezes, como já falamos acima o que leva à evasão discente são fatores ligados a situações externas à universidade, em especial problemas socioeconômicos.

Por isso, a redução dos índices da evasão escolar, mais que uma questão educacional, é um problema socioeconômico que influencia e demarca a estrutura produtiva e organizacional da sociedade. Mesmo na universidade pública, a falta de assistência estudantil também torna difícil para estudantes de baixa renda continuar a estudar.

Identificar as dificuldades de permanência é fundamental para combater a evasão no ensino superior, tema de grande importância para a Nação, haja vista que índices de evasão no ensino superior se refletem em desperdícios acadêmicos, sociais e econômicos. SILVA FILHO (2007) ratifica esse ponto de vista, e afirma que a evasão se constitui em uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. Contabiliza-o, no setor público, o elevado índice de evasão, que representa perda de recursos públicos.

Nesse contexto, as políticas de assistência estudantil surgem como uma ferramenta importante para reduzir os efeitos das desigualdades sociais e possibilitar a permanência dos estudantes no sistema educacional, bem como de contribuir para sua inclusão no mercado de trabalho, e na sociedade.

A título de demonstração do repasse financeiro do PNAES as IFES, o MEC divulgou dados destinados a manutenção do Programa.

Tabela 3 - Recursos do PNAES Repassados para as IFES, 2012-2018

Montante dos Recursos do PNAES Repassados às Instituições Federais Para Assistência Estudantil							
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
TOTAL	579 milhões	682 milhões	802 milhões	985 milhoes	1.06 Bilhões	992 milhoes	970 milhões

Fonte: Orçamentos Anuais (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018).

Enquanto em 2012 registrou-se um valor repassado de 579 milhões, esse quantitativo subiu para 1.06 bilhões em 2016, havendo uma redução nos anos posteriores, sendo 992 milhões em 2017 e 970 milhões no ano de 2018. Essa estagnação dos recursos nos últimos anos dificulta beneficiar mais estudantes em situação de vulnerabilidade que aumenta a cada ano nas universidades federais. Esse mesmo entendimento é relatado por Cesar (2018) que a assistência estudantil nas universidades públicas não consegue mais atender a demanda que cresce a cada ano, pois são estudantes oriundos das camadas populares com o perfil de vulnerabilidade socioeconômica com dificuldade de se manter, e o orçamento anual muito semelhante de ano para ano, não se consegue mais atender toda a demanda através da assistência estudantil.

Percebe-se, portanto, que a assistência estudantil como política social de direito que necessita receber maiores investimentos para o seu aprimoramento, pois a universidade Pública somente estará cumprindo efetivamente o seu papel se desenvolverem uma política educacional que vise a atender as necessidades sociais, econômicas, psicológicas e psicopedagógicas dos alunos que ingressam nas universidades.

2.1.3 A Educação como Direito Social

No Brasil o direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, contendo um sentido de igualdade material, que têm como impulso o valor da igualdade entre as pessoas que se concretiza por intermédio da atuação positiva do Estado dirigida a garantia de acesso a bens sociais, culturais e econômicos. Este direito apenas foi reconhecido pelo Estado na Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação a todos os brasileiros, o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam pagar.

Além da carta magna, de 1988, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam o direito à Educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Estes mecanismos juntos abrem as portas da escola pública fundamental a todos os brasileiros, já que nenhuma criança, jovem ou adulto pode deixar de estudar por falta de vaga.

A educação facilita a participação do cidadão na sociedade e qualifica para o trabalho. Todos os cidadãos têm direito à educação. Com ela, o brasileiro pode enxergar uma vida livre da pobreza e ter mais participação na sociedade, por meio da qualificação para o trabalho (FERREIRA, 2015). O cidadão que não possui o acesso à educação não é capaz de exercer direitos políticos, civis, sociais e econômicos, o que prejudica sua inclusão na sociedade moderna.

As populações mais carentes são as que mais sofrem com a exclusão educativa, pois muitos vivem isolados em áreas rurais, até mesmo nas grandes cidades, em situações de pobreza, às vezes nunca aprenderam a lê, muito menos chegaram a uma escola. O desenvolvimento insuficiente de competências para a vida afeta as suas relações e a tomada de decisões no cotidiano.

As pessoas que se excluem do sistema educativo não contam com as oportunidades necessárias para o completo desenvolvimento da sua personalidade e cidadania. Esta falta de acesso aumenta o abandono do sistema educativo e, conseqüentemente, a desigualdade, e alimenta o círculo vicioso de marginalização e pobreza. Limitam-se as oportunidades de trabalho estável e satisfatório e aumentam as frustrações resultantes de não se poder cumprir as expectativas naturais de apoio

à família e a sensação de não contribuir para a sociedade no seu conjunto. Daqui discorrem o empobrecimento das sociedades, afetando o seu crescimento e bem-estar como nações.

Nesse sentido, as ações afirmativas que foram implementadas pelo estado brasileiro nos últimos anos estão direcionadas a esses grupos de vulneráveis, para que tenham oportunidade de uma educação pública e gratuita de qualidade.

Para enxergar as oportunidades oferecidas pelo Estado brasileiro é fundamental que sejam, garantidas e disponibilizadas condições mínimas para que cada indivíduo possa desfrutar e ter uma qualidade de vida digna, para o alcance dos requisitos básicos da cidadania. Para que essa condição seja preenchida, o cidadão precisa concluir a educação superior. Dessa maneira, quando o Estado opta por implementar políticas públicas, como o PNAES, que oferecem oportunidades para a população de baixa renda, com isso está fazendo justiça e contribuindo com uma parcela da sociedade para o desenvolvimento e melhores condições de vida, principalmente, no que tange a redução de desigualdades sociais e combate a pobreza.

O direito à educação, inserido no rol dos direitos sociais, buscando contemplar a atribuição de direitos subjetivos ao cidadão, não pode ser negado, tem que ser garantido à efetividade, independentemente de sua previsão expressa como direito público subjetivo. Ainda assim, neste campo, a pretensão pública deve ser prioritária, pois a dimensão social do direito somente se realiza por meio da exigibilidade de políticas públicas.

Quando se fala em garantir a efetividade do direito à educação, fala-se em permitir que a sociedade se desenvolva culturalmente rumo à democracia substancial buscando, além da participação política, a consecução dos direitos fundamentais, importante para o crescimento e consolidação do Estado Democrático de Direito.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo, o enfoque é no segundo eixo analítico da avaliação em profundidade. Dessa forma, serão tecidas considerações que visam revelar uma perspectiva de análise para o surgimento do PNAES tendo em vista sua contextualização histórica, social, econômica e política. Para iniciar a discussão, no primeiro tópico tem-se a trajetória histórica da assistência estudantil na educação superior. No segundo tópico, contextualizamos o processo de criação do PNAES, que nasceu num contexto neodesenvolvimentista que provoca transformações na política de educação superior brasileira, por meio de medidas que visava à democratização do acesso e permanência de estudantes pobres nas universidades públicas. No último tópico destacamos o marco legal da assistência estudantil, sendo o PNAES uma política pública de direito, tendo sua sustentabilidade a partir da Constituição Federal de 1998 e na LDB de 1996, que são dois institutos jurídicos que o legitima e dão sustentabilidade.

3.1 Breve histórico da assistência estudantil

A Assistência Estudantil no Brasil tem início no período correspondente ao final da República Velha. A primeira ação de assistência ao estudante ocorreu durante o governo de Washington Luís, em 1928, quando foi criada a Casa do Estudante Brasileiro em Paris. Era uma residência universitária destinada aos jovens que iam estudar na França e tinham dificuldades de fixar moradia no país, cabendo ao governo brasileiro o repasse de recursos tanto para a edificação das estruturas como para manutenção da casa e dos estudantes (KOWALSKI, 2012). Nessa época, o acesso à universidade pública era bastante restrito, apenas as elites brasileiras entravam no ensino superior, ou então, os pais enviavam seus filhos para estudar na Europa. Desse modo, observa-se que a assistência estudantil nasce voltada para o atendimento das classes mais ricas da sociedade.

No Brasil, foi no governo de Getúlio Vargas que se iniciaram as políticas sociais e passou a reconhecer a educação como um direito público regulamentado pelo Estado. Em 1931, na gestão do ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n.

19.851/1931, sendo denominado Estatuto das universidades brasileiras, foram regulamentadas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres. (VASCONCELOS, 2010)

A Assistência Estudantil foi incorporada pela primeira vez na Constituição Federal no ano de 1934. Esta Constituição estabeleceu a educação como direito de todos e, em seu art.157, estabeleceu que a União, os Estados e o Distrito Federal formassem fundos de educação, destinando, conforme consta no §2º do mesmo artigo, parcela destes fundos para aplicação em “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934). Assim, nota-se a primeira ação relevante, no âmbito legal, introduzido na Lei suprema do país, destinada a apoiar os alunos necessitados.

Em agosto de 1937, através do Ministério da Educação, a Casa do Estudante do Brasil realiza o 1º Conselho Nacional de Estudantes e consegue criar a UNE, entidade máxima dos estudantes, fruto de uma tomada de consciência acerca da necessidade de organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil (POERNER, 2004). Essa entidade civil se tornará um dos principais sujeitos políticos da luta em prol da Assistência Estudantil no país.

Com a Constituição Federal de 1946, houve a consolidação das ações de assistência estudantil, tornando-se obrigatória para todos os sistemas de ensino, conforme consta no art.172: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). Neste período o país era governado pelo militar Eurico Gaspar Dutra, de caráter desenvolvimentista.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 em seus artigos 90 e 91, trouxe um Título exclusivo referente à “Assistência Social Escolar”, inserindo a Assistência Estudantil como um direito igual para todos os alunos que dela precisassem e não mais como uma ajuda aos “necessitados”:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. (BRASIL, 1961)

Nas Constituição de 1967, a educação também passou a ser positivada como um direito de todos, e a assistência estudantil torna-se obrigatória em todos os sistemas de ensino. Contudo na Constituição de 1967 pela primeira vez, aparece a concepção de se assegurar igualdade de oportunidades, segundo explicita o artigo 168: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade [...]. ” (BRASIL, 1967). Apesar de outras constituições anteriores trazerem a obrigatoriedade da assistência estudantil em todos os sistemas de ensino, a constituição de 1967 pela primeira vez traz a igualdade de oportunidades.

Também na década de 1960, no período militar, houve um maior amadurecimento da temática da assistência estudantil no âmbito da sociedade civil à medida que ganhava forças o movimento em prol da Reforma Universitária², desenvolvido pelos estudantes, intelectuais e comunidade acadêmica responsável por encabeçar reivindicações em torno da democratização da universidade e da sociedade de maneira geral. Neste período, sob pressão da União Nacional dos Estudantes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional instituída por meio da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 elegeu a assistência estudantil como um direito.

Kowalski (2012) também chama a atenção para o forte apelo ideológico embutido no ensino superior brasileiro, no período da ditadura militar, quando se criou a ilusão da inclusão das camadas mais desfavorecidas. Segundo a autora, a Lei da Reforma Universitária de 1968 ampliou o número de vagas nas universidades, simulando a democratização da educação, sufocando a rebeldia dos estudantes e criando condições para a expansão da rede de ensino particular.

Na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das

² A reforma universitária da ditadura militar (às vezes chamada também de reforma universitária de 1968) se trata de uma série de leis que modificaram o ensino superior no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, incluindo como medidas, dentre outras, a substituição do sistema de cátedras pelo de departamentos, institutos e centros, e a desintegração das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica.

No ano de 1972, foi instituído o programa assistencial “Bolsa Trabalho”, pelo Decreto n. 69.927, destinado a discentes de baixa condição financeira, de todos os níveis de ensino, que desenvolvessem atividades profissionais. O objetivo era “associar auxílio financeiro e educação” e buscava contribuir para o preparo dos alunos para o mercado de trabalho (RAMALHO, 2013). Neste período, pela primeira vez o estado brasileiro criou um programa assistencial destinado ao discente carente que desenvolvessem atividades profissionais.

Em 1980, em decorrência da forte crise econômica enfrentada pelo governo dos militares, inicia-se no Brasil um movimento chamado “diretas já” que conduziu o país a um processo de redemocratização. Nesse momento, o tema da democratização da educação, particularmente da universidade pública, passa a ser defendido por diversos sujeitos políticos. Vale destacar que, de acordo com Silveira (2012), até a década de 1980, foram realizadas poucas ações que atendessem aos estudantes mais carentes e os benefícios concedidos estavam ligados, em sua maioria, aos níveis básico e médio de ensino.

Com o fim da ditadura militar e a abertura política após o processo de redemocratização³ do Brasil, constroem-se um espaço favorável para a intensificação e sistematização do debate acerca da assistência estudantil.

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE⁴ a fim de intervir num cenário em que as ações de assistência aos estudantes ainda se constituíam de forma fragmentada e não obtinham legitimidade nem significativo apoio governamental, então, o FONAPRACE tinha como objetivos ficar encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante. (NASCIMENTO, 2012)

³ Redemocratização é o processo de restauração da democracia e do estado de direito em países ou regiões que passaram por um período de autoritarismo ou ditadura.

⁴O Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, foi criado em outubro de 1987, congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil.

No tópico seguinte, apresentamos o contexto do surgimento e regulamentação de uma política pública de assistência estudantil voltada para o acesso e a permanência dos estudantes mais carentes na universidade superior pública, o PNAES.

3.2 O contexto social, político e econômico de criação do PNAES

É no contexto econômico, político e social da época de regulamentação do PNAES, portanto, que se buscam os elementos que dão sentido para a questão da legitimação desde programa social na esfera das políticas públicas de educação superior que tem como finalidade combater a desigualdade social e a evasão discente dentro das universidades federais. O recorte temporal para essa análise parte promulgação da Constituição de 1988 até o primeiro mandato do governo de Dilma Rouseff.

Com o desfecho da Ditadura Militar e as constantes lutas por democracia no país promulga-se a Constituição de 1988 e a educação passa a ser um direito social constitucional e público dirigido a todas as classes sociais e a todas as idades, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (VASCONCELOS, 2010).

Nesse contexto, a assistência estudantil no Brasil implicou em um longo processo de lutas para tornar possível o direito dos estudantes a serem assistidos pelo Estado brasileiro. Vasconcelos (2010) destaca que a assistência estudantil está interligada com a trajetória da Política de Assistência Social, tendo em comum a luta dos movimentos sociais que objetivavam o fim do Regime Militar e buscavam por uma nova Constituição Federal.

Mas, o debate sobre as questões de assistência social estudantil ganhou mais visibilidade em 1998, no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, esse fórum tinha como objetivo de discutir, elaborar e propor ao Ministério de Educação e Cultura - MEC uma política de promoção e apoio ao estudante, e teve grande importância para o amadurecimento e sistematização da assistência estudantil. Para que esse debate tivesse maior equilíbrio entre as partes interessadas e o Estado, fez-se necessária a

junção de vários partícipes da sociedade civil organizada que carregavam isoladamente essas bandeiras em suas lutas. Entre eles, destacam-se: o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Público no Brasil (FASUBRA) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). (FONAPRACE, 2012)

Esses representantes das diversas Instituições Federais de Ensino Superior e da sociedade lutavam, junto ao MEC, em favor de ampliar as condições de permanência dos estudantes de nível superior, através da ampliação de recursos para a Assistência Estudantil, ratificando os direitos assegurados na Constituição Federal.

Tiveram como principais atribuições mostrar a necessidade da criação de uma política voltada para a manutenção dos alunos nas universidades públicas; defender a garantia da igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior; pressionar o Governo Federal para ampliação de recursos para os programas estudantis e, principalmente, a criação de Leis voltadas para a Assistencial Estudantil.

Diante do elevado índice de evasão de estudantes de nível superior, o Ministério da Educação (MEC) criou a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras no início da década de 2000. Os estudos desta Comissão demonstraram que cerca de 40% dos ingressantes nas universidades abandonavam os cursos antes de concluí-los (FONAPRACE, 2012). Isto evidenciou um sistema ineficiente e oneroso. E, de acordo com a Secretaria Nacional de Ensino Superior (SESu), o custo estimado com a evasão no sistema federal chegava a 486 milhões ao ano, valor que segundo FONAPRACE (2012) correspondia a 9% do orçamento anual das instituições federais. Por conseguinte, a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 2004, apresentou um manifesto em defesa da construção de um plano nacional de assistência estudantil reforçando a ideia de que o acesso ao ensino superior não pode ser dissociado da permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

Nessa época é importante frisar as mudanças que já estavam ocorrendo no capitalismo desde 1990, imposto por organismos internacionais dentro do Brasil, marcado pela concentração de renda e exploração do trabalho humano, onde o

mecanismo da assistência, de ação compensatória das desigualdades sociais se faz presente. Estas ações colocavam o indivíduo na condição de assistido, favorecido pelo Estado e não usuário detentor de direitos conquistados, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito.

O governo FHC (1995 – 2002) ficou marcado como o propulsor da Política de Educação ao sistema privado como já abordamos no capítulo terceiro. Na sua gestão deixou traços marcantes no ensino superior, principalmente, nas universidades federais no que diz respeito à racionalização dos recursos, deixando o Estado de ser central na provisão das políticas sociais, passando a responsabilidade para o mercado, objetivando enxugar os gastos da máquina estatal.

Em relação a isso Saviani (2010) destaca que a partir da década de 1990, no governo FHC, vivenciou-se um verdadeiro desmonte da universidade pública brasileira. Os investimentos do Estado no campo da educação superior pública se tornaram cada vez menores e, como consequência, tivemos a expansão da educação superior via rede privada, o aprofundamento da mercantilização deste setor e a formação cada vez mais voltada para o mercado de trabalho, esvaziando-se o sentido da formação voltada para os conhecimentos elaborados e sistematizados pela história da humanidade, também garantiria a reprodução da vida material no mercado de trabalho. Nunca na história foram abertas tantas universidades particulares. Saviani (2010) aponta que:

Em consequência dessa mudança freou-se o processo de expansão das universidades públicas, especialmente as federais, estimulando-se a expansão de instituições privadas com e sem fins lucrativos e, em menor medida, das instituições estaduais. Essa foi a política adotada nos oito anos do governo FHC, o que se evidenciou na proposta formulada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação apresentada em 1997.

Após a saída de FHC em 2002, Luís Inácio Lula da Silva assume o posto de Presidente da República em janeiro do ano seguinte, sendo reeleito em 2007. Os oito anos de duração de seu governo foram marcados por interpretações polêmicas e divergentes, mas no fim foram produtivas, principalmente, na educação superior.

Devido à sua vinculação histórica aos movimentos sindicais, as expectativas populares em torno da administração efetuada pelo petista eram imensas. No entanto, a fim de garantir a governabilidade em seus dois mandatos, muitas concessões foram feitas aos grandes grupos econômicos e empresariais

existentes no país, bem como foi mantido o alinhamento político às orientações que representam o capitalismo global (a exemplo dos direcionamentos fixados pelo Banco Mundial em troca de financiamento), abrindo margem para que críticas profundas se direcionassem os seus propósitos.

Na área da educação o primeiro mandato governo Lula foi marcado pela reforma universitária com base nas diretrizes dos organismos internacionais e do Governo Federal, tornando a educação superior mais fortalecida mediante a esfera nacional, dessa forma, é pertinente destacar que esse governante trouxe a expansão para o ensino superior nunca vista em governo algum, permitindo nesse período a “democratização” do acesso à Universidade. As políticas públicas de educação implantadas durante o governo Lula são consideradas uma das maiores estratégias de seu governo e deram grande visibilidade à gestão do petista.

Com a reforma no ensino superior, diversas mudanças ocorreram, podemos destacar: a substituição do vestibular tradicional pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingresso em universidades de ensino superior, além da implantação de programas, regulamentações e parcerias público-privado: PROUNI (Programa Universidade para Todos); SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior); Lei de Inovações Tecnológicas (nº 10973/2004); Regulamentação do Ensino a Distância (decreto n. 5622/2005); Regulamentação da Educação tecnológica (Decreto n. 5154/2004); Regulamentação da parceria Público-Privado (lei nº 11079/2004), e a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, esse último foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso. Foi possível, portanto evidenciar a possibilidade de surgimento de “novas formas de interpenetração entre o público e o privado, de modo que o Estado apareceu como financiador de políticas e programas que buscaram apoiar tanto as instituições quanto os alunos” (ROSA, 2013).

No segundo mandato de Lula, houve uma maior intervenção do Estado no setor produtivo, estratégias de recuperação da infraestrutura instalada e da formação de capital. A política externa caracterizou-se por priorizar a diversificação dos parceiros comerciais e maior integração sul-sul, com especial atenção ao bloco econômico do MERCOSUL. Estratégias neodesenvolvimentistas foram mais claramente elaboradas no segundo Governo Lula da Silva (2006-2010).

O neodesenvolvimentismo é o “desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JR., BERRINGER, 2013, p. 32), que busca o

crescimento econômico, mas sem romper com o capitalismo neoliberal. Nesse processo, novos elementos que afetaram as políticas social e econômica foram incorporados como, por exemplo:

- (1) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo;
- (2) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais;
- (3) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais;
- (4) política econômica anticíclica-medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p. 32).

Nesse mesmo período, se materializa as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁵ para Educação Superior, alguns programas já implantados ficam fortalecidos e cria-se o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Esse programa transforma a educação superior brasileira passando por um processo de expansão, interiorização e reestruturação, e promovendo a democratização do acesso a esse nível de ensino as classes mais pobres.

O REUNI trouxe a reestruturação acadêmica e o aumento do número de vagas do ensino superior público federal, possuindo duas metas globais: a Relação Aluno-Professor (RAP), com previsão de dezoito alunos para cada professor, e a elevação gradual da Taxa de Conclusão da Graduação (TCG) para 90%. Ainda no que se refere aos objetivos principais do programa, segundo Costa (2016),

Dar condições para que as universidades federais ampliem o acesso e garantam a permanência de estudantes na educação superior. O plano tem previsão de duração de cinco anos e pretende distribuir R\$ 2 bilhões de reais para as universidades melhorarem os cursos de graduação, a infraestrutura física e os recursos humanos. O programa também enfatiza questões como a criação de cursos noturnos e as licenciaturas como meio de formar professores aptos para lecionar na educação básica.

⁵É uma política do governo federal lançada no ano de 2007. Tem como objetivo a melhoria da Educação Básica, e nesse sentido agrega 30 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades.

A instituição do REUNI visou, principalmente, à expansão do ensino superior, buscando combater as desigualdades sociais e regionais, garantir a igualdade de oportunidade, e minimizar o percentual de abandono e trancamento de matrícula, bem como ampliando as políticas de inclusão e de assistência estudantil compreendendo-as como mecanismo de direito social. Além disso, também tinha como objetivo promover o desenvolvimento via ciência, formação qualificada da mão de obra, científica e tecnológica.

No tocante ao número de instituições, em 2003, eram 45 universidades; já em 2011, além destas, foram criadas mais 14 e estavam previstas mais 04. Ou seja, verificamos a expansão das universidades, sendo que entre 2005 e 2011 foram criadas 14 novas universidades federais. Destas novas instituições, aproximadamente 140 novos campus foram criados (BRASIL, 2012).

Com a facilitação ao acesso no nível superior e o aceleração do número de vagas em universidades públicas federais aos estudantes das camadas populares, surgiu também à necessidade de políticas públicas efetivas para a permanência destes alunos nas universidades. Seguindo também esta perspectiva, ainda em agosto de 2007, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), atualizou e aprovou o Plano Nacional de Assistência Estudantil, com base em estudos realizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), realizados no ano de 2004, os quais promoveram um diagnóstico das condições socioeconômicas dos discentes das IFES brasileiras.

A pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação, realizada entre novembro de 2003 e março de 2004, contou com a participação de 47 Instituições Federais de Ensino Superior. Tal estudo confirmou a necessária aplicação de investimentos na assistência estudantil e da construção de um programa nacional que atendesse às demandas por moradia, alimentação, transporte, saúde, dentre outras situações, que favoreciam a retenção e evasão dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo em vista a progressiva inserção no meio acadêmico de discentes provenientes das camadas populares (FONAPRACE, 2012).

Logo o FONAPRACE e ANDIFES pressionaram o governo Lula para transformar a assistência estudantil em um programa governamental. Em 2007 pela Portaria Normativa nº 39 do MEC é criado o Programa Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES). Esse Plano, posteriormente, foi regulamentado em 19 de julho de 2010 pelo Decreto 7.234, representando um marco histórico na área da assistência estudantil após anos de reivindicações de diversos movimentos sociais, que imploravam para que o Estado olhasse com mais atenção a essa questão. (FONAPRACE, 2012). ANDIFES e FONAPRACE configuram-se como importantes organizações políticas na luta em prol da assistência estudantil para discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, tendo em vista que produzem discussões, pesquisas e documentos que apontam para a relevância da implantação e expansão de programas desta natureza nas universidades públicas federais brasileiras.

Esse programa junto com o REUNI levou uma série de recursos para as instituições federais de ensino superior possibilitando o acesso e a permanência das camadas mais pobres da sociedade de ingressar e permanecer nas universidades públicas.

Na época da criação do PNAES havia diversos fatores econômicos favoráveis, pois a balança comercial brasileira estava em alta, por causa da China que estava com um forte crescimento econômico e, importando um volume impressionante de commodities brasileiras, elevando o superávit com essas exportações e aumentando o caixa do estado brasileiro, o que lhe permite se inserir no mercado mundial como potência emergente e dependente da dinâmica financeira global.

Além disso, outro fator importante foi o equilíbrio financeiro econômico, ajudado pela inflação controlada, e pelo crescimento do PIB em anos seguidos, em um ritmo mais intenso, numa taxa média acima de 4,5%. A retomada do crescimento juntamente com a ampliação das políticas sociais e os reajustes do salário mínimo provocaram melhoria nas condições gerais de vida da população. Ademais, os espaços econômicos abertos pela nova política externa, as políticas de inclusão social como o Fome Zero⁶ e o Bolsa-família⁷, as ações de financiamento de órgãos e

⁶ Foi um programa criado em 2003, pelo governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, para o enfrentamento da fome e da miséria no país. Até dezembro de 2002, o Programa Comunidade Solidária esteve vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República, e foi presidido pela então primeira-dama do país.

⁷ E um programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003,[1] convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836, que unificou e ampliou os seguintes programas anteriores de transferência de renda.

bancos públicos, o crédito à agricultura familiar e a expansão do crédito consignado introduzem novas dinâmicas econômicas de expansão, inclusão social e distribuição de renda, ao contrário da política do governo anterior.

Com o fim dos dois mandatos de Lula (2003-2010), a presidência foi assumida por Dilma Rousseff (2011-2014), que deu continuidade às políticas do seu antecessor, aflorando expectativas mediante as políticas desenvolvidas, especialmente na educação.

Na educação superior a presidenta Dilma demonstrou total preocupação com relação à evasão discente, e estabeleceu metas para superá-la com previsão na Lei Ordinária nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE⁸, a qual estabelece a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento).

A política econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff estavam atreladas aos ditames neoliberais, é notável que em relação às políticas públicas da educação superior houveram algumas mudanças fomentadas a partir da proposta “Educação Para Todos”. A expansão das universidades brasileiras fez com que a oferta de vagas aumentasse significativamente no ensino superior.

Com a expansão do número de vagas, atrelada à política de cotas, houve alterações do perfil sócio econômico, cultural e educacional dos alunos que ingressam no ensino superior e, conseqüentemente, a questão da permanência destes nas universidades públicas tornaram-se relevantes, haja visto que a democratização do ensino superior trouxe para as universidades públicas estudantes que antes não tinham acesso a este nível de ensino devido a sua situação social e econômica.

Portanto, a legitimação da assistência estudantil no Brasil ocorreu a partir da regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) num período de ditames neoliberais. O programa assume um caráter fundamental, ao conceder estratégia de permanência na universidade àqueles que antes nunca imaginaram ter ao menos acesso ao vestibular. Dessa forma evidenciamos que com os impactos positivos nos campos econômico, financeiro e social, permitiu a ascensão da assistência estudantil ao status de política pública e ainda o reforço na ideia de que esta cumpre a missão de fortalecer o acesso, permanência e êxito dos

⁸ Em 26 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado após quatro anos de tramitação no Congresso Nacional. Este Plano visa melhorar a educação no país com base em 20 metas, que devem ser atingidas em 10 anos.

estudantes. O PNAES, portanto, faz parte de uma estratégia governamental de intervenção nas relações sociais e de redistribuição de renda, sendo caracterizado como política social, uma vez que tem como principal papel a permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes com fragilidade econômica.

Nesta perspectiva, para alcançar a plenitude acadêmica deve-se aliar à qualidade do ensino ministrado às políticas voltadas à permanência deste público, isto é, que atendam às necessidades básicas dos estudantes, no que diz respeito à moradia, alimentação, transporte, apoio acadêmico, lazer, cultura, esporte, inclusão digital, dentre outras dimensões.

3.3 Marco legal: O PNAES como política pública de Direito

A institucionalização da assistência estudantil como política pública de direito veio através da Constituição Federal de 1988 ao trazer como princípio do ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), cumpre ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, reafirma o disposto na Constituição de 1988 no que diz respeito à assistência estudantil e a garantia de permanência do estudante na escola. A importância da democratização das condições de acesso e permanência aos estudantes de nível superior se encontra no seu artigo 3º: “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condição para o acesso e a permanência na escola; [...]” (BRASIL, 1996).

Essas legislações vieram a ratificar a importância de o Estado criar mecanismos que possibilitem a permanência de estudantes provenientes de camadas sociais de baixa renda na universidade. Essa necessidade está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, quando ele se refere à importância de elevar o nível global de escolaridade da população e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis. O modelo de ensino superior brasileiro se encontra regido pela LDB de 1996, conforme está descrito no art. 43:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura,
e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL. Lei 9.394/96, 2010, p.1)

Como se vê a democratização das universidades públicas não se efetivará apenas com o acesso à educação superior gratuita, razão por que se percebe que a política de assistência estudantil é indissociável da garantia de direito à educação, pois para muitos estudantes considerados de baixa renda, para se concluir o nível superior é necessário apoio do governo.

Dessa maneira o Direito a educação previsto na Constituição Federal e na LDB constitui uma base de apoio que contempla estudantes em situação de vulnerabilidade de superar os obstáculos no percurso universitário, pois ambas legislações são a base de sustentação do PNAES.

Por conta disso, como vimos no tópico anterior, no sentido de efetivar tais direitos o PNAES foi formulado em 2007 pelo FONAPRACE, a partir do conhecimento do perfil dos estudantes das Universidades Federais e de estudos e debates ocorridos no âmbito daquele Fórum, bem como da mobilização de estudantes e de outros setores da comunidade universitária. E em 2010, o PNAES foi consolidado como programa de estado e instituído no âmbito do Ministério da Educação – MEC.

Atualmente, a assistência estudantil é uma ferramenta de concretização das políticas públicas, em nível federal e local, que visa à permanência e a conclusão do curso de graduação, particularmente, dos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas desses estudantes,

buscando agir preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012).

Anteriormente, a assistência estudantil era considerada como um “favor”, uma ajuda concedida aos discentes que dela necessitavam. Essa modalidade de assistência evoluiu ao longo do tempo até que pudesse se concretizar como um direito social, estruturada em bases legais e caracterizada como dever do Estado (Assis, 2013).

A consolidação do PNAES pelo Governo Lula é o reconhecimento de sua importância para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, reafirmando os seguintes objetivos:

- I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (FONAPRACE,2012).

A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, com foco principal na permanência, conforme preceitua o art. 3º. Além disso, o parágrafo primeiro do mesmo artigo apresenta as ações a serem desenvolvidas:

- § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:
Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:
- I — Moradia estudantil;
 - II — Alimentação;
 - III — Transporte;
 - IV — Assistência à saúde;
 - V — Inclusão digital;
 - VI — Cultura;
 - VII — esporte;
 - VIII — creche; e
 - IX — Apoio pedagógico.
 - X - Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010)

Nesse contexto, percebe-se que as ações assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação. Constate-se também que a proposta do PNAES é se articular com diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na liberdade de escolha e melhor elaboração de projetos e serviços a serem implementados em cada IFES.

Essas ações a serem implementadas por cada IFES visa assegurar o que define o parágrafo único, do art. 4º:

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010)

A tabela abaixo, elaborada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2012), com base nas áreas de atuação definidas pelo PNAES, apresenta as áreas e linhas temáticas que atualmente são consideradas estratégicas para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência estudantil, além de apresentar sugestões a respeito dos órgãos que deverão estar envolvidos em sua execução.

Tabela 4 - Ações Estratégicas do PNAES

AREAS	LINHAS TEMATICAS	ORGAOS ENVOLVIDOS
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia; - Alimentação; - Saúde (Física e Mental); - Transporte; - Creche; - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Ensino; - Pesquisa; - Extensão.
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas, Estágios Remunerados, - Ensino de Línguas, Inclusão Digital - Fomento à Participação político-acadêmica; - Acompanhamento Psicopedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão; - Órgãos Públicos e entidades com fins sociais.
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura; - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional sobre mercado de trabalho; - Prevenção a fatores de risco; - Meio ambiente; - Política, Ética e Cidadania; - Saúde e Sexualidade; - Dependência Química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

Fonte: FONAPRACE (2012).

Apesar de o PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada, conforme preceitua o art. 4º:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Cada instituição federal de ensino superior tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais, o que permite maior eficiência. Isso está é garantido pela

Constituição Federal de 1988, em seu art. 207, estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Estabelece o Decreto que o programa será desenvolvido no âmbito das próprias IFES, não havendo restrições legais sobre a terceirização das ações de assistência estudantil ou parcerias com outras instituições ou organizações não governamentais.

O público-alvo da assistência estudantil é descrito segundo o art. 5º:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Dessa forma, o acesso à assistência estudantil foi fixado a partir de um critério de renda, que ainda poderá ser acrescido de outros critérios nas instituições. Isso significa que não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação. Ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários. Outro aspecto interessante é observar que o usuário da assistência estudantil é o próprio estudante e não sua família, o que agrega um caráter individual ao programa e se trata de um benefício contributivo, o que o aproxima do caráter da política de assistência social.

O art. 7º estabelece que os recursos para o Programa sejam repassados do Governo Federal às instituições federais de ensino superior, para a implementação das ações de assistência estudantil de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior, sendo necessariamente executadas por instituições federais de ensino superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas pelo próprio corpo discente.

As despesas do PNAES correrão por conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC ou às instituições federais de ensino superior, devendo o governo federal compatibilizar a quantidade de “beneficiários” com as

dotações orçamentárias existentes observadas os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente, conforme preceitua o art. 8º:

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010).

Ainda todas as instituições Federais de Ensino Superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação, conforme estabelecido no Art. 6º do Decreto 7.234/2010.

De acordo com o art. 5º, Parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 7.234/2010, “as instituições federais de ensino superior deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.” Deste modo, para realizar a avaliação do Programa, segundo FONAPRACE (2012, p.70), as instituições de ensino deverão:

- Estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- Avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- Identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão).

Assim, enquanto política pública, o PNAES necessita percorrer as fases de acompanhamento e de avaliação, pois tais fases são primordiais, sendo capazes de garantir o sucesso da política, pois nelas é que os resultados e impactos são verificados. Dessa forma, para que o monitoramento e a avaliação sejam efetivos, é necessário que os mesmos estejam previstos no desenho da política, inclusive com seus instrumentos.

Nesse contexto, o PNAES é um arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações para que garanta o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes, com vistas à inclusão social, a equiparação com outros estudantes para que se tenha igualdade de condições, a

formação plena do aluno, a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho acadêmico e do bem-estar biopsicossocial.

É importante que os Governos continuem reconhecendo a importância da assistência estudantil como uma ferramenta essencial para contribuir na formação dos profissionais, para que seja compreendido não como um gasto e sim como um investimento de recursos, e continuem mantendo ou criando mecanismos para que esses estudantes carentes não abandonem seus estudos. Sendo que o direito à educação deve ser entendido como direito social de natureza coletiva e a assistência estudantil um direito dos mais necessitados.

No capítulo seguinte, consiste no terceiro eixo da avaliação em profundidade, que diz respeito à trajetória institucional da política, em que Rodrigues (2008, 2011) considera um dos aspectos mais importantes para a compreensão do que realmente ocorre no processo de formulação e implementação de uma política, corresponde ao caminho que a política faz pelas vias institucionais, desde o “patamar” onde foi criada até onde está sendo operacionalizada.

4 O PNAES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL

Neste capítulo abordaremos o PNAES no âmbito da UFC, tendo como principal foco o local da nossa pesquisa, o campus de Sobral. No primeiro tópico mostro como se deu a implantação do PNAES na UFC, apresento a PRAE/UFC, como sendo o principal setor da gestão da política de assistência estudantil dentro universidade, como também as funcionalidades dos demais setores administrativos ligados a PRAE/UFC. No segundo tópico, trataremos de falar do nosso local de pesquisa, a UFC campus de Sobral, onde apresento algumas informações do município e do campus Sobral, o perfil social e econômico dos estudantes, dados sobre a evasão discente e por último a atuação da Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE e as principais ações da assistência estudantil.

4.1 A implementação do PNAES e a gestão da política de assistência estudantil na UFC

No bojo das transformações recentes operadas na Política de Educação Superior, as quais favoreceram a democratização do acesso e a permanência a este nível de ensino às camadas populares tradicionalmente alijadas deste espaço, a Universidade Federal do Ceará aderiu e implementou o PNAES.

Conforme direcionamento dado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, a UFC através da Resolução nº 08/CEPE, de 26 de abril de 2013, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE⁹ dispõe sobre a regulamentação da concessão de bolsas e auxílios financeiros para estudante se servidores docentes e técnico-administrativos, bem como o estabelecimento de normas de funcionamento, considerando “a imperiosidade de normatizar e institucionalizar as bolsas e auxílios financeiros concedidos pela UFC no âmbito de seus programas acadêmicos” (UFC, 2013a, p. 1). Embora a regulamentação dos programas de assistência estudantil da UFC, por meio de resolução, tenha ocorrido recentemente,

⁹ É O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Ceará é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

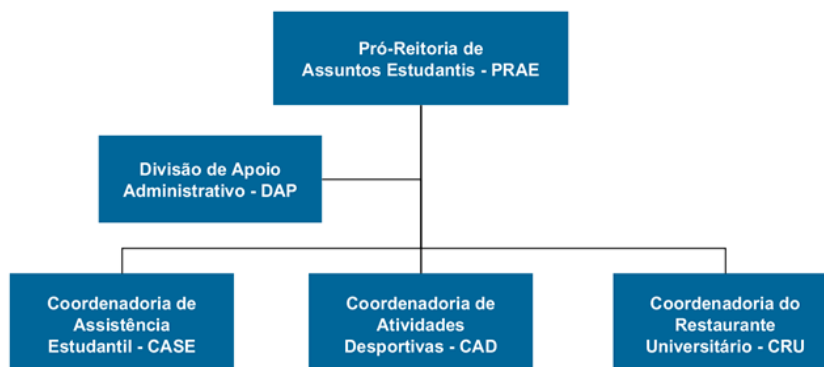
remonta-se ao ano de 1968 as primeiras iniciativas da assistência estudantil (BEZERRA, 2012).

O principal setor dentro da Universidade Federal do Ceará (UFC) na assistência estudantil, a Pró – Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) com atuação há mais 50 anos, é a responsável por todos os programas da Assistência Estudantil, é regulamentada a partir dos anexos XI, XII, XII, XIV e XV da Resolução Nº 08 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, de 26 de abril de 2013 (UFC, 2013a, p. 1).

A PRAE é unidade administrativa pertencente ao organograma institucional da UFC sendo a unidade gestora de políticas para o apoio ao aluno de graduação e tem como missão fortalecer o vínculo institucional do estudante pelas condições de acesso, permanência, qualidade de vida, como também de promover e assistir a comunidade estudantil em toda a sua plenitude, planejando, gerindo e executando os programas assistenciais dirigidos a essa coletividade (UFC, 2013).

Para melhor atendimento da demanda e execução dos programas de assistência, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis foi dividida em coordenadorias e atua, conforme organograma apresentado na figura 1, em três frentes, a saber: Coordenadoria de Assistência Estudantil (CASE); Coordenadoria de Atividades Desportivas (CAD); Coordenadoria de Restaurantes Universitários (CRU) bem como pela Divisão de Apoio Administrativo (DAP). A CASE, por sua vez, é responsável pela gestão da maior parte dos programas ofertados são compostas por três divisões, quais sejam: Divisão de Atenção ao Estudante (DAE), Divisão de Gestão de Moradia (DIGEM) e Divisão de Gestão de Benefícios (DIGEB) (UFC, 2012).

Figura 1 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC



Atualmente, as atividades desenvolvidas pela PRAE seguem as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma vez que sua missão e metas está em consonância com os objetivos estabelecidos pela Lei Nº 7.234/2010.

MISSÃO:

Fortalecer o vínculo institucional do estudante pelas condições de acesso, permanência, melhoria contínua e qualidade de vida.

PRINCIPAIS METAS DO PROGRAMA:

- 1) Ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFC;
- 2) Viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes;
- 3) Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico individual;
- 4) Agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeira.

Os programas e serviços oferecidos pela PRAE aos estudantes dos cursos de graduação da UFC, consoante Universidade Federal do Ceará (UFC, 2014):

Tabela 5 - Modalidades de Programas e serviços ofertados pela PRAE/UFC

PROGRAMAS	FUNÇÕES
Programa Ajuda de Custo:	Disponibiliza ajuda de custo aos alunos interessados em apresentar trabalhos em congressos, seminários, colóquios, simpósios, encontros, competições desportivas, festivais de arte ou qualquer outro tipo de evento organizado por entidades estudantis
Auxílio Moradia:	Programa destinado aos estudantes matriculados nos cursos de graduação dos <i>campi</i> da UFC no interior do Estado do Ceará. Garante aos estudantes em situação de vulnerabilidade financeira atestada, condições de permanência no curso por meio da concessão de uma bolsa voltada para suplementação de despesas com moradia e alimentação durante o curso ou enquanto permanecer o estado de fragilidade financeira.
Acompanhamento ao estudante:	Oferece acompanhamento Psicopedagógico, Psicológico e Psicossocial aos estudantes da UFC. Os serviços oferecidos têm como objetivo solucionar problemas de interação entre o estudante e o ambiente universitário,

	contribuindo para melhoria do seu rendimento acadêmico.
Bolsa de Iniciação Acadêmica:	Destinado aos alunos dos cursos de graduação em situação de fragilidade econômica comprovada, principalmente os estudantes de semestres iniciais. O objetivo do programa é garantir que esses alunos tenham condições financeiras para garantir sua permanência no curso e uma atuação acadêmica satisfatória. Em contrapartida, os bolsistas do curso colaboram, em caráter de iniciação acadêmica, nos mais variados setores da UFC
Programa Bolsa de Incentivo ao Desporto:	Motiva os alunos dos cursos de graduação a melhorar seu desempenho desportivo e acadêmico, por meio da ação em atividades relativas à gestão desportiva e rendimento desportivo.
Programa Residência Universitária:	Disponível no município de Fortaleza e destinado aos estudantes dos cursos de graduação oriundos de outros municípios ou estados da federação. O escopo do programa é garantir a permanência do aluno com Fragilidade econômico-financeira, disponibilizando moradia, alimentação e apoio psicossocial até o final do curso. Programa Restaurante Universitário: fornece refeição balanceada e de qualidade a toda a comunidade acadêmica.
Auxílio Creche:	É um auxílio em dinheiro destinado a estudantes matriculados em cursos de graduação presencial da UFC, que tenham a guarda e residam com seus filhos de 06 a 48 meses incompletos – visa a frequência dos alunos, redução de faltas e avanço no desempenho acadêmico a partir do suporte aos estudantes em relação às crianças.
Auxílio Emergencial:	Tem como objetivo disponibilizar ajuda financeira, em caráter de eventualidade, a estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada que não tenham sido alcançados por nenhuma das outras ações de apoio financeiro disponíveis na Universidade Federal do Ceará ou pagas com recursos do Governo Federal, de modo que possa contribuir para a obtenção de um desempenho acadêmico satisfatório, reduzir o risco de evasão e propiciar a conclusão dos cursos em tempo hábil.

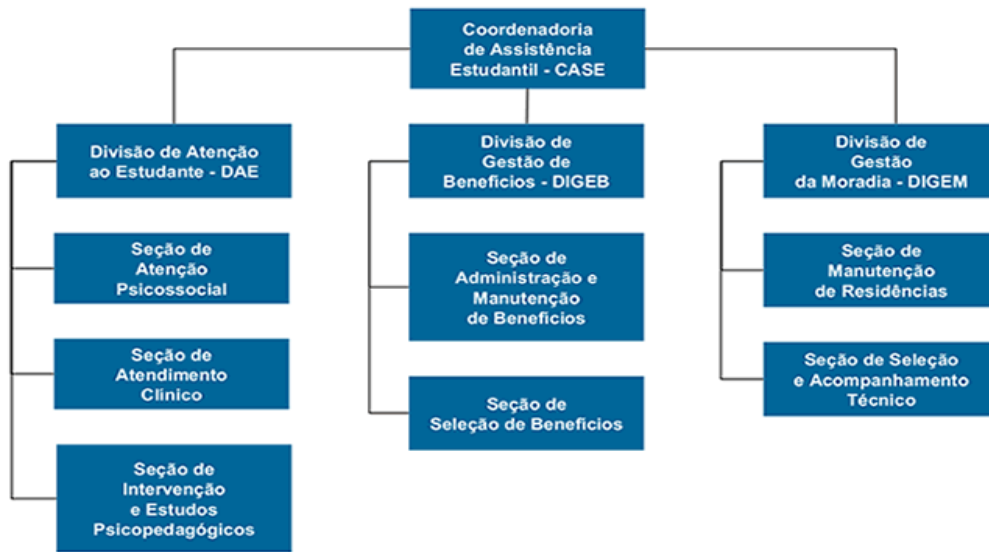
Tais serviços e programas citados acima são regulamentados no âmbito da UFC por meio da resolução nº 08, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) de 26/04/2013, a qual regulamenta a concessão de serviços, bolsas e auxílios financeiros para estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos, bem como estabelece as suas normas de funcionamento.

A Divisão de Apoio Administrativo – DAP é a unidade responsável pelo Programa Ajuda de Custo que é ofertado aos estudantes de cursos de graduação da UFC, mediante destinação de valor em dinheiro, de modo a contribuir com os gastos relativos à apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos, políticos, culturais e esportivos. Ademais, com vistas a promover a participação em movimentos organizados por estudantes, tal programa visa apoiar o Diretório Central dos Estudantes (DCE), os Centros Acadêmicos (CA's) e as Associações Atléticas (UFC, 2014).

A Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE tem como função a execução e a coordenação dos programas voltados ao atendimento das demandas sociais dos discentes, com o objetivo de contribuir para a sua permanência e desempenho acadêmico na Universidade. A CASE, por sua vez, é responsável pela gestão da maior parte dos programas e auxílios ofertados e é composta por três divisões, quais sejam: Divisão de Atenção ao Estudante (DAE), Divisão de Gestão de Moradia (DIGEM) e Divisão de Gestão de Benefícios (DIGEB). (UFC, 2014)

A Divisão de Atenção ao Estudante é formada pelas seguintes seções: Seção de Atenção Psicossocial, Seção de Atendimento Clínico e Seção de Estudos e Intervenções Psicopedagógicas. A Divisão de Gestão de Moradia, por sua vez, operacionaliza os Programas de Residências Universitárias, auxílio residente e auxílio moradia. A Divisão de Gestão de Benefícios, por seu turno, é responsável pela oferta dos auxílios creche e emergencial, pela isenção da taxa do Restaurante Universitário (RU) e pelo gerenciamento do Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica (PBIA).

Figura 2 – Organograma da Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE



Fonte: www.prae.ufc.br

Atribuições:

- 1) Coordenar, executar e analisar os programas de assistência estudantil no âmbito da PRAE;
- 2) Coordenar o atendimento das solicitações de recursos, empenhos e pagamentos decorrentes do desenvolvimento dos programas de assistência estudantil;
- 3) Executar os Programas de Auxílio Moradia, Bolsa Estudantil UFC, Moradia Estudantil;
- 4) Conceder, mediante análise de situação socioeconômica, isenção de alimentação no Restaurante Universitário;
- 5) Realizar avaliação de Cadastros Socioeconômicos com objetivo de obtenção do Índice Socioeconômico dos estudantes de graduação da UFC;
- 6) Gerenciar o acolhimento ao estudante e socialização de informações necessárias para sua permanência na UFC;
- 7) Desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações da referida coordenadoria;
- 8) Desenvolver ações de acolhimento de demandas psicossociais e de promoção de saúde;
- 9) Desenvolver psicoterapias breves para assuntos relacionados à permanência estudantil;
- 10) Coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde mental;
- 11) Realizar acompanhamento de situações de alto risco psicossocial, estabelecendo redes de atendimento junto ao Sistema Único de Saúde;
- 12) Assessorar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em assuntos inerentes à área da assistência estudantil.
- 13) Por meio do Serviço de Apoio Administrativo, receber e encaminhar correspondências diversas; realizar o atendimento inicial da comunidade universitária; responder dúvidas e demais questionamentos realizados na recepção da Coordenadoria; elaborar a folha de pagamentos dos

- benefícios; e auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e documentos internos e externos;
- 14) Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
 - 15) Coordenar os recursos materiais e patrimoniais inerentes a sua área de atuação.

A Coordenadoria de Atividades Desportivas - CAD, é constituída por duas outras divisões, são elas: Divisão de Desporto de Participação e Divisão de Desporto de Rendimento. Conforme disposições no sítio eletrônico da PRAE, é de sua atribuição “[...] divulgar, organizar, promover e coordenar todo o ambiente desportivo na Universidade, pois o desenvolvimento de atividades desportivas estimula a comunidade discente, melhorando seu desempenho nos cursos aos quais é vinculada. ” (UFC, 2014). É também responsável pela organização dos Jogos Internos da UFC e pelas participações das delegações nos Jogos Universitários Cearenses, bem como nos Jogos Universitários Brasileiros (UFC, 2014).

A Coordenadoria de Restaurante Universitário - CRU, por sua vez, enquanto integrante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, é constituída por duas divisões: Divisão de Alimentação e Nutrição e a Divisão de Serviços Operacionais. A primeira é responsável por acompanhar o fornecimento das refeições bem como do respectivo atendimento aos comensais. A segunda, por sua vez, atua na questão de venda de tickets, recarga de cartões com créditos e controle de acesso aos refeitórios. É válido ressaltar que, em cada um destes, existe um chefe de Refeitório, que é um profissional de Nutrição, de carreira. Ademais, a CRU realiza também assessoria aos *campi* do interior de Sobral, Quixadá, Russas e Crateús, nas prestações de orientações para o funcionamento de seus respectivos refeitórios. (UFC, 2014)

Nos campus do interior do Estado a implementação do PNAES trouxe a ampliação dos programas de assistência estudantis já existentes, e a criação de outros programas (auxílios alimentação e o auxílio moradia), pois não existe moradia universitária no interior conforme diretrizes da política.

4.2 A política de assistência estudantil no campus da UFC em Sobral

Neste tópico do trabalho trata do nosso local de pesquisa. Foram levantadas informações do Campus Sobral e do seu processo de Interiorização,

Expansão e Democratização. Além disso, trouxemos informações do município de Sobral expondo números econômicos, sociais, educacionais, financeiros e populacionais deste município, como também traçamos o perfil do estudante e apresentamos alguns dados da evasão estudantil nos últimos anos. Finalizamos o tópico com a coordenação de Assistência Estudantil – CASE como setor responsável em administrar as ações de assistência estudantil no Campus.

4.2.1 O campus de sobral/UFC: Interiorização, expansão e democratização

O campus de Sobral está sua sede situada na Rua Conselheiro José Julho, S/N, no centro da cidade de Sobral que fica localizado na região Norte do estado do Ceará, e ocupa uma área de aproximadamente 2.123 quilômetros quadrados.

O município de Sobral que nasceu em 1841, sendo localizado entre duas grandes capitais; Fortaleza, a cerca de 230 km e 5ª maior capital do país; e Teresina, capital do Piauí, localizada a 360 km. Com uma população de 208.935 habitantes, é o quinto município mais povoado do estado e o segundo maior do interior. Com uma taxa de urbanização de 88,35%, conforme estimativa do IBGE de 2019.

Sobral é o segundo município mais desenvolvido do estado do Ceará, atrás apenas de Fortaleza, de acordo com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Também é líder em trabalhadores com carteira assinada no interior do Ceará e possui a quarta maior arrecadação em ICMS do Estado, atrás de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. O município também é destaque nas exportações, sendo o único município do interior que compete com a Capital à liderança nas exportações do Estado. A cidade de Sobral é considerada, de acordo com o IBGE, uma Capital Regional.

Com um PIB de R\$ 4.455,731 bilhões, o município acrescentou o valor de R\$ 399.998.000 ao seu PIB, entre 2009 e 2010, valor superior a toda riqueza de Tianguá, que tem um PIB de 384.606 (IBGE 2013). Sobral é a quarta economia do estado perdendo para Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. É a maior economia do interior do Ceará e a 9ª maior economia do interior nordestino. É também o maior centro universitário e o maior centro de saúde do interior do Ceará. Segundo a Lista

de municípios do Brasil por IDEB possui a melhor educação básica do Brasil (IBGE, 2018). As principais atividades econômicas são a fabricação de calçados, cosméticos, mineração, embalagens, refrigerantes e cimento, além de serviços diversos de fundição.

A cidade pode ser considerada referencial de desenvolvimento econômico e cultural no interior do Estado, além de ser um polo de formação em termos de educação básica, profissional e superior, atraindo pessoas das localidades circunvizinhas que procuram oportunidades de emprego e estudo. Além da UFC, a cidade também conta com outras universidades públicas, como a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), dois centros de ensino tecnológico, um *campus* do Instituto Federal do Ceará - IFCE, além de instituições privadas de ensino superior a Faculdade Luciano Feijão (FLF) e o Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA). Vale ressaltar que o município de Sobral hoje em dia também conta com várias Instituições de ensino a distância, como a Unopar virtual, e outras instituições de Ensino a Distância (EaD).

Essa preocupação em contribuir para a superação das desigualdades sociais e econômicas, por meio do desenvolvimento sustentável do Ceará, do Nordeste e do Brasil, é um dos pontos que se destacam no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC, no período de 2007-2011. O seu processo de expansão foi alicerçado em ações que visam ampliar as possibilidades de acesso para a população interiorana, por meio de um ensino superior de qualidade (UFC, 2007). Todos os cursos do processo de expansão da UFC foram pensados a partir da premissa maior do desenvolvimento econômico e humano da região, objetivando atender a uma demanda reprimida de profissionais qualificados na região norte do Ceará.

Na época, a escolha do município de Sobral se deu em função da sua importância econômica e do papel de liderança do município na Região Norte (UFC, 2009).

Conforme visto no capítulo anterior, o processo de expansão e interiorização das universidades públicas brasileiras, no governo Lula, faz parte de um plano de democratização do acesso ao ensino superior, para as regiões mais carentes e com poucas oportunidades de estudo e trabalho. O Programa REUNI está dentro desse plano de democratização, pois trouxe a oportunidade para o

estudante do interior do Estado de cursar o ensino superior perto de casa, já que universidades públicas só estava presente na Capital e nas grandes cidades.

Historicamente, a educação superior no Brasil foi iniciada primeiramente nas metrópoles, capitais e grandes cidades do interior. E assim, o acesso ao ensino superior público por pessoas do interior do estado era bastante limitado, eram privilegiados os estudantes que tinham melhores condições econômicas de sair de sua cidade e estudar em outra.

Conforme assinala Gonçalves (2010), a UFC adere ao REUNI sob a justificativa de ampliar a Universidade com qualidade e promover o desenvolvimento socioeconômico, assegurando a excelência na qualidade da oferta de ensino de graduação e pós-graduação.

Andriola e Suliano (2015), após realizarem pesquisa sobre os impactos trazidos pela implantação dos *campi* da UFC à população local das respectivas regiões, ressaltam que “conceder oportunidade de formação educacional aos cidadãos desses contextos, nos quais injustiça social, pobreza e abandono estatal são marcas visíveis, é buscar honrar valores universais de justiça e de igualdade.” Nesse sentido, defende-se que o Programa REUNI, ao atuar em favor da ampliação do acesso ao ensino superior público em municípios situados no interior do Ceará, caracterizou-se como prática democratizante.

A Universidade Federal do Ceará – UFC adere ao programa REUNI em 2007, e com isso a instituição passa a receber recursos do Ministério da Educação para sua infraestrutura (reformas, construções de prédios, salas de aula, laboratórios, Bibliotecas, Restaurante universitários e auditórios) em troca a UFC teve que ampliar o número de vagas nos cursos de graduação na capital Fortaleza e de expandir a universidade para o interior do Ceará com a criação de novos *campis*, sendo beneficiadas as cidades de Quixadá, Crateús, Russas e Itapajé, devendo também expandir o *campi* de Sobral e o *campi* do Cariri, formado pelas cidades de Barbalha, Juazeiro do Norte e Crato. E com isso os *campi* do interior tiveram ampliação do número de cursos e oferta de mais vagas na graduação, além de receber mais recursos na assistência estudantil para manter esses novos alunos.

Tabela 6 – Evolução do número de cursos implantados e vagas ofertadas na graduação presencial da UFC – campi do Interior do Cariri e de Sobral (2007-2013)

ANO		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CURSOS CRIADOS	CARIRI	6	6	6	10	11	11	11
	SOBRAL	6	6	6	7	8	8	8
VAGAS OFERTADAS	CARIRI	240	240	260	500	560	570	720
	SOBRAL	240	240	250	330	400	410	514

Fonte: UFC - Elaboração própria, a partir dos Anuários Estatísticos da UFC (2014).

Em linhas gerais, por meio dos dados dispostos na Tabela 6, vê-se a amplitude do crescimento acarretado aos dois *campi* em questão. Como decorrência da execução do REUNI, a quantidade de cursos aumentou; e as vagas oferecidas à população tiveram aumento bastante expressivo. A expansão mais significativa voltou-se ao campus do Cariri, fato que o alavancou ao *status* de Universidade (UFCA), criada oficialmente em 2011, mas mantida sob tutoria da UFC até o final de 2013, quando passou a funcionar de modo independente.

O campus de Sobral iniciou suas atividades no ano de 2001 antes do REUNI, primeiramente, com o curso de Medicina, em parceria com a prefeitura municipal de Sobral, Santa Casa Misericórdia de Sobral, posteriormente, com o Programa Expansão I em 2006, e a adesão ao Programa REUNI em 2007 passou a ter oito cursos de graduação: Medicina, Odontologia, Psicologia, Música, Finanças, Engenharia Elétrica, Ciências Econômicas e Engenharia da Computação, além de três cursos de pós-graduação na Medicina, Psicologia e na Engenharia Elétrica, mas para isso foi necessário uma ampla reforma e ampliação o espaço físico existente na sede, incluindo readequação das salas de aula e laboratório, a construção de mais blocos didáticos e do Restaurante Universitário, das bibliotecas, de espaços para os setores administrativos, como também houve cessão de prédios da Prefeitura de Sobral para funcionar como espaço administrativo e salas de aula.

Hoje, em virtude do seu crescimento acelerado e meio desorganizado a partir do REUNI em 2007, o Campus está localizado em diversos pontos da cidade de Sobral, tendo nesses locais uma estrutura física excelente, ampla e adequada aos cursos que oferta. A estrutura organizacional está dividida nos seguintes setores: Direção do campus, coordenações de graduações, coordenadoria de assuntos estudantis, salas de aulas, clínicas: odontológica (CEO) e Serviço de

Psicologia Aplicada (S.P.A.), laboratórios, bibliotecas, auditório, área de conveniência, restaurante universitário e o setor administrativo juntamente com a docência que somam quase 400 funcionários efetivos e terceirizados.

4.2.2 O perfil dos discentes dos cursos de graduação

Com o objetivo de traçar o perfil dos alunos da UFC/Sobral, buscamos variáveis como: gênero, faixa etária, tipo de ingresso, cidade de origem, e do último vínculo escolar.

Os dados coletados neste tópico são da Coordenadoria de Planejamento, Informação e Comunicação - COPIC/UFC que informou que houve 3.675 estudantes matriculados de 2001 a 2014, na Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral, sendo que 54,26% dos estudantes pertencem ao sexo masculino, e 45,74% do sexo feminino.

A seleção para ingresso nos oito cursos de graduação (Medicina, Odontologia, Psicologia, Música, Finanças, Engenharia Elétrica, Ciências Econômicas e Engenharia da Computação) é feita, atualmente, pelo SISU, obedecendo à mesma sistemática adotada pela UFC como um todo: o ingresso de estudantes nos cursos de graduação e por meio da nota obtida no ENEM. Até 2011 a forma de ingresso dos alunos nos cursos na UFC foi por meio do vestibular.

Quanto à origem desses estudantes a maioria origina-se da região Nordeste, sendo que 31% deles da capital do Ceará, Fortaleza. Isso mostra que, embora os cursos sejam ofertados numa cidade a mais de 230 km da capital, e o público-alvo, no projeto de expansão das universidades federais, seja o estudante do interior do estado, o estudante de Fortaleza, nesses anos de existência do campus avançado em Sobral, é um dos maiores beneficiados. Sendo que a cidade do interior do Ceará com o maior número de estudantes é o município de Sobral com 28% e que a outros estudantes vindos de cidades próximas, distantes de até 106 km.

De acordo com os dados coletados, a idade média dos estudantes matriculados é de 21 anos, sendo a idade que mais ocorreu no ingresso desses estudantes foi de 18 anos. Portanto, a média de idade, nesse campus, corresponde à faixa etária considerada ideal para o ingresso no ensino superior, que é de 18 a 24 anos.

A maioria dos estudantes, sendo 53,28% estudou o ensino médio em escola privada, que 46,72% vieram de escola pública. Percebe-se que existe um equilíbrio com relação à escola de origem desses estudantes, pois do início do século XX até os anos de 2001, seria uma maioria grandiosa de estudantes oriundos da escola particular.

A Tabela 7 abaixo trata dos dados socioeconômicos dos pais dos 3.675 estudantes do Campus de Sobral com relação à escolaridade e renda familiar. A obtenção de dados socioeconômicos é indispensável tanto para estabelecer o perfil do estudante que estão na nova instituição de ensino, já que, com esses dados, é possível definir estratégias de atendimento da política de assistência estudantil, podendo contribuir para a redução das desigualdades sociais e a evasão desses alunos.

Tabela 7 - Dados socioeconômicos dos pais dos estudantes dos ingressantes

	VARIAVEIS	NÚMEROS	PORCENTAGEM
ESCOLARIDADE DAS MÃES	Analfabeto	60	1,63%
	Fundamental Incompleto	277	7,54%
	Fundamental Completo	285	7,76%
	Ensino Médio Incompleto	137	3,73%
	Ensino Médio Completo	842	22,91%
	Superior Incompleto	99	2,69%
	Superior Completo	669	18,20%
	Pós Graduação	401	10,91%
	Não Informou	905	24,63%
ESCOLARIDADE DOS PAIS	Analfabeto	98	2,68%
	Fundamental Incompleto	433	11,84%
	Fundamental Completo	397	10,85%
	Ensino Médio Incompleto	119	3,25%
	Ensino Médio Completo	855	23,37%
	Superior Incompleto	117	3,20%
	Superior Completo	510	13,94%
	Pós Graduação	170	4,65%
	Não Informou	959	26,22%
RENDA DA FAMILIA	Sem Renda	27	0,73%
	Até 1 Salário Mínimo	329	8,95%
	Entre 1 e 3 Salários	961	26,15%
	Entre 3,01 e 5 Salários	792	21,55%
	Entre 5,01 e 7 Salários	274	7,46%
	Entre 7,01 e 9 Salários	200	5,44%
	Entre 9,01 e 11 Salários	61	1,66%
	Entre 11,01 e 13 Salários	72	1,96%
	Entre 13,01 e 15 Salários	14	0,38%
	Entre 15,01 e 17 Salários	49	1,33%
Acima de 17 Salários	41	1,12%	

Fonte: Elaborado pelo Autor de acordo com as informações da COPIC/UFC

Nesta tabela acima, destaca-se com relações a mães dos ingressantes que 22,91% possuem o ensino médio completo; 18,20% possuem o ensino superior completo, sendo que com relação aos pais esse número chega a ser um pouco maior no ensino médio completo, 23,37%, e menor, 13,94% no ensino superior completo. Já no item renda familiar 26,15% estudantes, em números absolutos, disseram que a renda familiar é entre 1 e 3 salários mínimos. Segundo critérios do IBGE, para a definição de classes sociais, esse perfil de salários corresponde à classe D¹⁰.

Esses dados nos fornecem elementos para iniciar o perfil desse estudante do campus de Sobral, ou seja: a maioria pertence ao sexo masculino, é oriundo de escola privada, com média de idade de 21 anos, sendo que a maioria vem da capital Fortaleza, e outra grande parte do município de Sobral. Com relação às mães, os alunos informaram que a maioria possui o ensino médio completo, e possui renda entre 1 a 3 salários mínimos; com relação ao pais, os alunos informaram que a maioria possui ensino médio completo e possui renda entre 1 a 3 salários mínimos.

Abaixo, abordaremos a questão da evasão discente que tem muita relação com o perfil dos discentes, pois como vimos à maioria desses estudantes são oriundos da cidade de Fortaleza ou próximos ao município de Sobral, e com isso geram uma grande procura pelo auxílio moradia, benefício que permite uma ajuda financeira ao estudante se manter na universidade.

4.2.3 A evasão discente no campus de Sobral

O problema da evasão discente é encontrado, hoje, em larga escala nas Universidades Federais do Brasil devido a uma série de fatores internos e externos como já falamos no capítulo terceiro, e segundo (COSTA, 2016) para cada aluno que abandona seus estudos, temos uma perda substancial de potencial intelectual, financeiro e social, sendo a evasão no ensino superior um problema social sob o ponto de vista educacional, e administrativo devido ao impacto negativo que gera nas universidades.

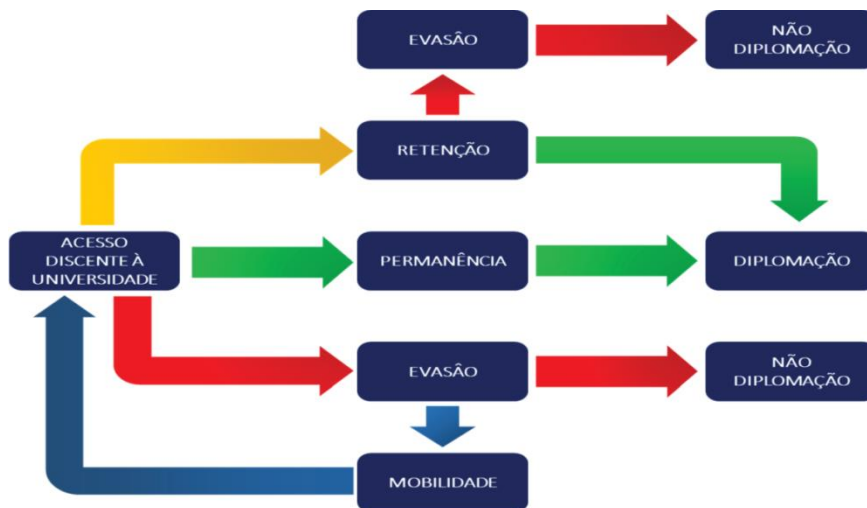
O campus de Sobral também enfrenta problemas com a evasão estudantil desde 2001. O MEC definiu evasão como: a saída definitiva do aluno de seu curso

¹⁰Segundo o IBGE as classes D e E são pessoas consideradas menos favorecidas com a renda.

de origem, sem concluí-lo. Portanto, o termo evasão pode ser entendido como a ação do indivíduo, neste caso o discente, de sair da instituição de ensino superior ou de um curso de graduação antes de concluir o curso ou diplomar-se em nível de ensino superior.

Neste sentido, elaborou-se um fluxograma para representar visualmente como pode ocorrer a evasão ou mobilidade do discente após seu acesso à UFC, de acordo com a Figura 3:

Figura 3 - Fluxo do Acesso do discente à UFC até a diplomação ou não diplomação



Fonte: elaborado pelo autor de acordo com as definições citadas

Segundo o banco de dados da (COPIC/UFC, 2018), de 2015 a 2017 o campus de Sobral teve 407 estudantes com matrículas canceladas neste período, tendo ocorrido a evasão discente pelo abandono ou cancelamento da matrícula.

Tabela 8 - Porcentagem de cancelamento de matrícula dos estudantes da UFC/Campus Sobral do ano de 2015 a 2017

CURSOS	VAGAS ANUAIS	EVASÃO DISCENTE			PORCENTAGEM
		2015	2016	2017	
MEDICINA – M, V e N	80	8	6	2	6,66%
ODONTOLOGIA – M e V	40	11	9	7	22,5%
ENGENHARIA ELÉTRICA – M e V	100	34	34	21	29,66%
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO - M e V	100	32	31	19	27,33%
PSICOLOGIA – M e V	50	16	9	9	22,66%
FINANÇAS - N	50	15	26	13	36%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - N	50	22	23	18	42%
MÚSICA – V e N	40	13	17	12	35%

Fonte: (COPIC/UFC 2018).

A tabela acima traz uma leitura dos três últimos anos de cancelamentos de matrículas e abandonos pelos estudantes, de 2015 a 2017, percebe-se a existência do abandono em todos os cursos da graduação, sendo os cursos com os maiores índices de evasão estudantil são o curso de Música com 35%, de Finanças com 36% e o de Ciências Econômicas com 42%. O curso de Medicina, Odontologia e de Psicologia são os cursos com menor índice de evasão estudantil, sendo de 6,66%, 22,5%, e de 22,66%. Todavia, os três cursos com os maiores índices de evasão discente, estão no turno da noite, isso no mostra que, existem possíveis causas da evasão discente que não seja, somente, o trabalho, no empírico tentaremos descobrir os motivos da evasão discente nesses três cursos.

No tópico seguinte, mostro como o Campus Sobral/UFC através da atuação da CASE e das ações da Assistência Estudantil tenta diminuir os efeitos da desigualdade social, com o objetivo viabilizar a permanência, melhorar o rendimento acadêmico, garantir a formação acadêmica de estudantes beneficiados.

4.2.4 A atuação da CASE e as ações da assistência estudantil no campus Sobral

O Campus de Sobral, por ser um campus da UFC no interior do Estado do Ceará também recebe recursos do PNAES para implantação e manutenção dos

seus programas, beneficiando os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica através das ações da política de assistência estudantil.

A Política de Assistência Estudantil no Campus da Universidade do Ceará (UFC) município de Sobral tem por objetivo viabilizar a permanência, melhorar o rendimento acadêmico, garantir a formação acadêmica de estudantes matriculados em cursos de graduação com comprovada situação de vulnerabilidade social econômica, assegurando lhes auxílio institucional nas diversas formas da Política de Assistência Estudantil (PAE) seja no Programa Restaurante Universitário - RU, Auxílio Emergencial, Auxílio Creche, Auxílio Moradia ou do Programa de Iniciação Acadêmica – BIA (www.sobral.ufc.br).

Segundo o banco de dados da coordenadoria de assistência estudantil do Campus de Sobral – CASE existe no ano de 2019, 2.437 alunos matriculados no campus, sendo 454 estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidos pela política de assistência estudantil nas diversas modalidades:

Tabela 9 - Número de estudantes beneficiados pela Assistência Estudantil até 2019

PROGRAMAS	Quantidade Atendida
Auxílio Moradia	330
Auxílio creche	06
Auxílio Emergencial	25
Bolsa de Iniciação Acadêmica - BIA	55
Isenção do Restaurante Universitário - RU	38

Fonte: Banco de dados da Coordenaria de Assistência Estudantil de 2019.

Estas ações implementadas pelo Campus Sobral busca atender os objetivos do PNAES, pois o Programa tem por finalidade garantir a permanência, igualdade de oportunidades, rendimento acadêmico, mas para isso é necessário que sejam ofertadas ações de moradia, alimentação, transporte, creche, ações de promoção da saúde física e mental dos acadêmicos e condições adequadas para o atendimento das pessoas com deficiência.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE lança editais no início de cada ano para os Programas de Assistência Estudantil que beneficia estudantes com comprada situação de vulnerabilidade socioeconômica, esses discentes devem atender os requisitos fixados nos editais e serão subtendidos a uma avaliação socioeconômica:

Art. 1º. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Ceará (UFC) objetiva propiciar condições financeiras para permanência e desempenho acadêmico satisfatório aos(às) estudantes de cursos presenciais de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, que atendam aos critérios exigidos por este Edital para seleção dos seguintes benefícios: Bolsa de Iniciação Acadêmica, Auxílio Creche, Auxílio Emergencial, Isenção do Restaurante Universitário e Auxílio Moradia. (EDITAL Nº 05/2019 – PRAE/UFC)

A coordenadoria de assistência estudantil do *Campus* de Sobral - CASE é o setor responsável em cumprir o que está estabelecido nos Editais lançados pela PRAE todo ano, além de dar atendimento e acompanhamento das demandas dos discentes. A atuação da CAS no processo seletivo desses estudantes é explicada no art. 10:

Art. 10. O processo de seleção é de responsabilidade de Comissão constituída no âmbito de cada campus, para tratar exclusivamente do processo seletivo foco do presente edital, sob a orientação e acompanhamento da Coordenadoria de Assistência Estudantil da PRAE/UFC e consta de:

I – **Inscrição e entrega de documentação:** essa é a etapa em que o aluno entrega o formulário de inscrição conforme Aditivo I deste edital;

II – **Entrevista:** no período da entrega da documentação correspondente ao campus no qual o aluno está matriculado, será realizada uma entrevista com o candidato por membros da Comissão;

III – **Visita Domiciliar:** Etapa não obrigatória, realizada por membros da Comissão ou por profissionais por ela designadas, a qualquer período de vigência do auxílio, nos casos em que os profissionais envolvidos julguem necessário. Para candidatos de locais de difícil acesso ou provenientes de outros Estados, a visita poderá ser substituída por parecer técnico de assistente social de órgão da prefeitura do município de residência familiar do estudante ou de universidade pública local. (art. 10 do Edital Nº 05/2019 da PRAE/UFC).

Neste setor possui duas assistentes sociais e um servidor técnico administrativo atuando diretamente com os auxílios, programas e serviços oferecidos pela PRAE, tem como atribuições além de cuidar do processo seletivo, realizar acompanhamento e orientações aos alunos do campus e encaminhamentos para a rede sócio assistencial do município de Sobral e adjacências. Na CASE também cuida de ações educativas relativas às mais variadas expressões da questão social, tais como violência, preconceito, vulnerabilidade socioeconômica, dentre outros. (UFC, 2018)

Os discentes interessados na seleção da assistência estudantil devem atender os critérios estabelecidos no edital para serem selecionados de acordo com

a modalidade do programa que desejam adquirir, devendo haver comprovação da situação de vulnerabilidade socioeconômica através de documentação comprobatória exigida; estar frequentando e regularmente matriculado em um dos cursos de graduação presenciais da UFC; preferencialmente, não ter concluído nenhum curso de graduação; estar inscrito em número de disciplinas na forma estabelecida no regulamento dos Cursos de Graduação e não possuir renda familiar ou própria suficiente para custear sua manutenção na sede do curso, durante o curso de graduação na UFC (EDITAL Nº 05/2019 – PRAE/UFC).

Os programas são de caráter universal, podendo ser acessados por todos os estudantes da instituição que esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Busca-se por meio dos programas manter os discentes até a sua formação integral. Já os serviços proporcionam ao discente um acolhimento inicial, acompanhamento e, se necessário, são feitos encaminhamentos aos serviços da rede sócio assistencial do município de Sobral.

O Auxílio Moradia, atualmente, é o mais procurado por estudantes que residem fora do município de Sobral, e tem por objetivo viabilizar a permanência na instituição, sendo oferecido aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação dos *campi* da UFC no interior do estado onde não há Residência Universitária, para recebimento desse auxílio deve ser comprovada a situação de vulnerabilidade econômica, assegurando-lhes auxílio institucional para complementação de despesas com moradia e alimentação durante todo o período do curso ou enquanto persistir a mesma situação(EDITAL Nº 05/2019 – PRAE/UFC).

Os alunos que se enquadram no programa auxílio moradia recebem mensalmente o valor de R\$ 530,00 (Quinhentos e trinta reais) que irá auxiliá-los a arcar com os custos de estudar fora do seu município/ localidade de origem, pois além de uma ajuda financeira o discente recebe a isenção do valor de R\$ 1,10 cobrada pelo Restaurante Universitário - RU a todos os estudantes, e também o discente é beneficiado pelo programa até concluir a sua graduação (EDITAL Nº 05/2019 – PRAE/UFC).

O Auxílio Creche, segundo o edital nº 10/2016 UFC/PRAE é um auxílio em dinheiro destinado a estudantes do sexo masculino e feminino matriculados em cursos de graduação presencial da UFC, que tenham a guarda e residam com seus filhos de 06 a 48 meses incompletos, visando à permanência e a freqüência destes

alunos, a redução de faltas e o avanço no desempenho acadêmico a partir do suporte aos estudantes em relação às crianças.

O Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA) é destinado a alunos matriculados em cursos de Graduação presenciais na Universidade Federal do Ceará (UFC), em especial nos semestres iniciais, tem o objetivo de promover meios à sua permanência e desempenho acadêmico através da inserção dos mesmos em instituições (dentro da própria universidade) para a realização de atividades remuneradas. A partir de dados coletados na pesquisa, constata-se que o Programa BIA permite a alocação dos estudantes nos departamentos da Universidade, sendo necessário o cumprimento de 12 horas de atividades semanais fora dos horários de aula (não comprometendo o aprendizado, fazendo-se conciliável com as atividades acadêmicas) (UFC, 2014).

Já o Auxílio Emergencial tem como objetivo disponibilizar ajuda financeiro, em caráter de eventualidade, a estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada e que não tenham sido alcançados por nenhuma das outras ações de apoio financeiro disponíveis na Universidade Federal do Ceará ou pagas com recursos do Governo Federal, de modo que possa contribuir para a obtenção de um desempenho acadêmico satisfatório, reduzir o risco de evasão e propiciar a conclusão dos cursos em tempo hábil (UFC, 2014).

Para participar destas seleções da Política de assistência estudantil os estudantes devem estar regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFC, campus Sobral, que apresentem documentação que comprove a situação socioeconômica, dentre outros critérios, específicos a cada modalidade, terão direito a participar das modalidades, até o limite de vagas de cada edital, os quais são lançados periodicamente com ampla divulgação.

Neste sentido, as ações políticas de assistência estudantil atuam no campus Sobral de modo a favorecer que discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica possam desenvolver e concluir plenamente sua graduação, ou ao menos, em condições não tanto desfavoráveis. Para atender a estes estudantes, faz-se necessária uma política que garanta as condições básicas para a concretização do direito à educação de qualidade, além das condições institucionais que possibilitam o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, e a garantia da eficácia na permanência e igualdade de oportunidade.

No capítulo seguinte, apresento os resultados da pesquisa empírica que buscou identificar de que modo o recebimento desses auxílios afeta a vida dos estudantes e se eles têm cumprido os objetivos de viabilizar a permanência e favorecer o êxito destes.

5 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Neste capítulo, direciono a investigação de nosso objeto de estudo apresentado ao MAPP/UFC à perspectiva de avaliação de políticas públicas que será aqui adotada, bem como os resultados obtidos com a pesquisa de campo. Inicialmente, no primeiro tópico traz uma revisão bibliográfica sobre avaliação de políticas públicas e as razões para a escolha acerca da avaliação em profundidade como perspectiva metodológica adotada para este trabalho e apresentamos tal modelo de avaliação. No segundo tópico trago a coleta e a análise dos dados. No último tópico serão apresentados todos os resultados obtidos com a pesquisa de campo, os quais serão obtidos a partir das técnicas de entrevistas aplicadas aos respectivos sujeitos selecionados.

5.1 Avaliações de políticas públicas: Uma perspectiva contra-hegemônica

Na atual conjuntura mundial de globalização e financeirização da economia, as sociedades dos diferentes países estão repletas de casos de desigualdade e discriminação. O Estado, no papel de um ente mediador dos conflitos sociais e de classes, deve promover ações que visam garantir à sociedade a convivência da forma mais harmônica possível. Essa intermediação se dá através de mecanismos conhecidos como políticas públicas.

Em vista disso, as políticas públicas, por possuírem esse aspecto abrangente, são formuladas e estudadas pelas diferentes áreas do conhecimento como antropólogos, economistas, sociólogos, cientistas políticos, psicólogos, assistentes sociais, professores, entre outros. Cada um desses campos da ciência tem suas particularidades, porém, eles compartilham de interesse geral.

Por consequência, devido à complexidade das políticas públicas a partir do envolvimento de várias áreas do conhecimento, por isso interdisciplinar e pela característica única do caso concreto é que elas necessitam frequentemente de acompanhamento e avaliação.

Por décadas as técnicas utilizadas para avaliar os programas e os projetos sociais era fundamentalmente gerencialistas, o foco encontrava-se no

binômio custo-benefício. Essa noção de avaliação estava marcada por uma visão extremamente tradicional e positivista onde a eficácia, a eficiência e a efetividade eram consideradas fatores determinantes. Os estudiosos chamam essa concepção de compreensão hegemônica de avaliação de políticas públicas.

Porém, a ciência, em especial a área de estudos humanos e sociais, está em constante processo de modificação. Com o passar dos anos outros pesquisadores foram se interessando pelo tema da avaliação e construindo novas formas, contra-hegemônicas, de se avaliar as políticas públicas. Minayo (2005, p. 23) pontua que “Na atualidade, análises críticas sobre os tipos de avaliação formal vêm permitindo o surgimento de outras tentativas de conceituação mais inovadora e contemporânea.

Guba e Lincoln (2011) trouxeram importante contribuição para a área de estudo com sua “avaliação de quarta geração”. Para a concepção deste tipo de avaliação, os pesquisadores estabeleceram uma ordem cronológica conceitual de três outras “gerações” de avaliação. De acordo Guba e Lincoln (2011), a primeira geração está relacionada à medida e mensuração, a segunda tem caráter descritivo e a terceira refere-se à valoração e julgamento, pelo pesquisador, do objeto de estudo.

Posteriormente, outra importante contribuição com perspectiva contra-hegemônica e crítico dos modelos positivistas por considerar que eles não são capazes de captar todas as dimensões de uma avaliação de políticas públicas está no modelo experiencial de Raul Lejano (2012). Este pesquisador baseia-se no paradigma pós-construtivista para elaborar uma proposta de avaliação que, considerando a multidimensionalidade do objeto estudado, seja capaz de fazer a relação entre os documentos do programa e os diferentes contextos, além de refletir sobre as experiências e vivências dos diversos atores envolvidos e da própria política. Essa concepção de avaliação é fundada na experiência e no contexto.

Lea Carvalho Rodrigues (2008) também traz outra contribuição inovadora contrário ao paradigma hegemônico, positivista ou utilitarista. A da autora lança seu trabalho “Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais”. Para a execução desse tipo de avaliação, a autora lista quatro pontos fundamentais: análise do conteúdo do programa com cuidado quanto à formulação, conceitos e coerência interna; análise de contexto; trajetória institucional do programa; e perspectiva temporal e territorial.

Orientando-se nessa nova forma de avaliação de políticas públicas, diante da insuficiência e dos limites existentes destes modelos clássicos de avaliação de políticas públicas, o MAPP/UFC traz elementos inovadores que dizem respeito à necessidade de se ater sobre o contexto econômico, político, social ou cultural, assim como das análises institucionais, considerando relações de poder, assim como os princípios e interesses que estão envoltas a formulação e a implementação das políticas públicas.

Desse modo os estudos realizados pelo MAPP/UFC prima, essencialmente, pela compreensão, pela vivência da política, são análises de natureza qualitativa, utilizam como técnicas de pesquisa a etnografia, observações de campo, entrevistas aprofundadas, dentre outras. Isso é muito importante para a realização da pesquisa, pois faz com que fiquemos atentos a todas as facetas que compõem a política, ou seja, a reconstituição da trajetória dessa política, o contato com todos os atores sociais que nela estão envolvidos.

A seguir, no próximo item apresentamos a perspectiva metodológica de avaliação em que realizamos a nossa pesquisa, e o porquê da escolha.

5.1.1 A perspectiva metodológica da avaliação em profundidade na assistência estudantil

A avaliação de políticas públicas é uma área da pesquisa social aplicada que produz conhecimento interdisciplinar. Atualmente, é possível encontrar uma bibliografia diversificada e ampla sobre a temática, como artigos, livros, dissertações e teses produzidos por profissionais, estudantes e pesquisadores de áreas como as ciências sociais, a economia, antropologia, etc. Provavelmente, o fato de perpassar várias áreas do conhecimento contribui para que a avaliação de políticas públicas tenha diversos conceitos e procedimentos metodológicos, dessa forma, ao iniciar uma pesquisa avaliativa, é necessário definir que tipo de avaliação será realizada.

Portanto, a nossa pesquisa “Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: A permanência discente como Direito a educação dos estudantes do campus de Sobral” segue a perspectiva metodológica da avaliação em profundidade de políticas públicas e programas sociais, em que buscaremos os resultados dessa pesquisa, pois acreditamos que aspectos indicados

por Rodrigues (2008, 2011), muito tenham a contribuir para o desenvolvimento de nosso estudo.

As perspectivas indicadas por Rodrigues (2008, 2011), em múltiplos aspectos dialogam e igualmente oferecem elementos inovadores e contrários ao paradigma tradicional de avaliação de políticas públicas, de cunho totalmente positivista que têm dominado o campo da avaliação de políticas públicas, dada a sua posição específica no cenário mundial e a dependência das exigências das agências multilaterais no atendimento à avaliação dos programas por elas financiados.

O modelo tradicional de avaliação orientado pelo paradigma positivista enxerga a realidade tal e qual ela é, utiliza, principalmente, o método quantitativo. Nessa perspectiva, o que não pode ser medido com precisão deve ser deixado de lado e a principal preocupação é verificar a eficiência, eficácia e a efetividade de um programa ou política, buscando, principalmente, auferir se os recursos investidos são efetivos.

Outros autores em suas obras também são contrários ao paradigma positivista e elege o paradigma construtivista como o mais indicado para construir nossa pesquisa avaliativa. Negamos o paradigma positivista porque, segundo Minayo (2012), para os positivistas o método quantitativo é a “chave” para se desnudar a realidade social, já que fornece a objetividade tão aclamada e defendida por aqueles. A análise da realidade é válida e objetiva quando esta pode ser “mensurada” através de instrumentos que seguem um determinado padrão e que são “neutros”. Eles acreditam também que somente as técnicas estatísticas mais avançadas podem fornecer uma explicação objetiva para a realidade. Todavia, “não faz parte da teoria a consideração de que a construção de técnicas passa pela subjetividade dos pesquisadores e que as proposições e construções que as constituem introjetam interesses dos mais diferentes matizes”. (MINAYO, 2012)

Lejano (2012) acredita que o positivismo cerceia os estudos sobre políticas públicas, já que seus modelos de análise não conseguem abranger totalmente a realidade de tais políticas. Explana ainda que os métodos positivistas, ao trabalharem com métodos que apenas têm interesse em mensurar o objeto, trabalhando com hipóteses, na ânsia de confirmá-las, não proporcionam uma efetiva compreensão e aprendizagem, já que a averiguação de tal objeto é predeterminada, não sendo possível perceber a política da forma como ela realmente é.

Ainda segundo o referido autor, para ir além desse tipo de método, faz-se necessário ressaltar as várias facetas da experiência e do entendimento, apreendendo a complexidade do objeto analisado. Tal apreensão só será possível através da concretização desse objeto na prática. Sendo assim, percebemos como a experiência possui relevância para Lejano (2012). Ele relata ainda que, caso precisemos entender as qualidades e defeitos de instituições e políticas, precisamos primeiro apreender qual a verdadeira essência destas, e não a “casca” que elas apresentam para nós.

Diante do exposto acima, concluímos que foi acertada a decisão de utilizar a metodologia da avaliação em profundidade para avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Esta pesquisa é de caráter qualitativo com suporte de dados quantitativos, o que, para Martinelli (1999), possibilita que os pesquisadores conheçam, de forma mais profunda, aqueles sujeitos com os quais mantêm um diálogo. A pesquisa qualitativa permite a busca de significados, de interpretações, dos sujeitos e suas histórias.

Tal modalidade de pesquisa é importante para a avaliação da política de assistência estudantil porque permite maior contato com os estudantes e profissionais que estão ligados à referida política. Possibilita, ainda, saber como eles concebem a assistência estudantil e a importância de seus impactos na vida universitária daqueles que nela estão inseridos, bem como descobrir limites e possibilidades na execução desse programa, como também os avanços e retrocessos que a política de assistência estudantil está tendo nos últimos governos.

Avalia-se para conhecer e desta forma tal perspectiva retira o foco da avaliação dos atendimentos aos objetivos da política e centra-se no processo de sua concretização, ou seja, a vivência da política, pois, assim como Rodrigues (2011), acreditamos na avaliação como compreensão.

Diante disso, pretende-se avaliar o Programa a partir da perspectiva metodológica da avaliação em profundidade, pois dá conta de compreender a lógica de sustentação desse Programa e as possibilidades de alcance dos seus objetivos tendo em vista sua própria formulação, o contexto no qual se insere as concepções dos atores envolvidos e não os meios institucionais construídos para sua efetivação.

O nosso objetivo central é realizar uma análise avaliativa as ações dos Programas da Assistência Estudantil desenvolvidas pela UFC campus Sobral na

promoção da permanência, segundo a percepção dos atores envolvidos, para que possamos compreender, principalmente, como essa política assistencial vem se desenvolvendo junto aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e como esta colabora, pois cada um desses atores sociais possui uma idéia acerca da assistência estudantil.

Alcançando nosso objetivo de estudo utilizando a avaliação em profundidade, faz parte da nossa intenção de encontrar respostas para as nossas perguntas de apresentar soluções para os principais desafios que ocorrem na vida acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade atendidos pela assistência estudantil. Deve-se ainda levar em consideração outra intencionalidade da pesquisa, que é beneficiar e respaldar os alunos para que possam, de maneira mais sólida, lutar pelas melhorias da assistência estudantil na UFC, *campus* Sobral, sendo que nossa pesquisa pode ser um instrumento que permitirá esses estudantes de pressionar a nível local os gestores da política e a nível nacional os governantes por ampliação dos direitos existentes ou criação de mais direitos sociais.

A Avaliação em Profundidade se concentra em quatro eixos analíticos, sendo o primeiro eixo, é a análise do conteúdo da política ou do programa, segundo Rodrigues (2011, 2018) para realizá-lo, o pesquisador precisa focar em três aspectos: a formulação da política com ênfase nos seus objetivos apresentados em documentos institucionais, bem como os critérios apresentados na implantação, acompanhamento e avaliação; os conceitos, noções e valores inerentes nas diretrizes da política e que lhe dão sustentabilidade e legitimidade; verificação da coerência interna da política e efetivação desta de acordo com seus objetivos propostos e base conceitual.

Tais aspectos são referentes “à análise do material institucional na forma de leis, portarias, documentos internos, projetos, relatórios, atas de reunião, fichas de acompanhamento, dados estatísticos e outros” (RODRIGUES, 2011).

No segundo eixo analítico se faz necessário realizar a análise do contexto da formulação da política de assistência estudantil e, para tanto, é indispensável focarmos em certos pontos: o período político, econômico e social em que se gestou a política; a análise de outras políticas que deram suporte para que a assistência estudantil se afirmasse e articulação do marco legal ao contexto, pois de acordo com Rodrigues (2011),

o segundo eixo analítico da Avaliação em Profundidade trata da análise do contexto de formulação da política, levando em consideração o momento político, condições socioeconômicas, articulações em esfera local, regional, nacional e internacional. Segundo a autora, para realizar esta análise, o pesquisador precisa ter uma visão ampla da política, compreendendo o programa em avaliação como parte de um conjunto de ações que tem implicações sociais, políticas, culturais e econômicas sobre a população atingida. (RODRIGUES, 2011, p. 48).

O terceiro eixo diz respeito à trajetória institucional da política e/ou programa, em que Rodrigues (2011) considera um dos aspectos mais importantes para a compreensão do que realmente ocorre no processo de formulação e implementação de uma política e/ou de um programa.

A trajetória institucional do programa, que também faz parte do processo da avaliação densa, corresponde ao caminho que a política faz pelas vias institucionais, desde o “patamar” onde foi criada até onde está sendo operacionalizada. Tal trajetória tem o intuito de averiguar a coerência e/ou dispersão da política/programa no mencionado caminho que realiza (RODRIGUES, 2011).

Já que o programa de assistência estudantil advém da esfera federal, ele,

para ser avaliado, necessita a reconstituição de sua trajetória, de forma que o pesquisador possa aferir as mudanças nos sentidos dados aos objetivos do programa e à sua dinâmica conforme vai adentrando espaços diferenciados e, ao mesmo tempo, descendo nas hierarquias institucionais até chegar à base, que corresponde ao contato direto entre agentes institucionais e sujeitos receptores da política (RODRIGUES, 2011, p. 49).

Desse modo, acreditamos que a trajetória institucional, a qual nos fez perceber como foi se dando o programa de assistência estudantil desde sua implementação na esfera federal até sua concretização por aqueles profissionais que lidam diretamente com ela, foi consolidada na nossa pesquisa através das entrevistas semi-estruturadas que realizamos com os atores sociais já mencionados.

O último eixo da Avaliação em Profundidade contempla o espectro temporal e territorial de uma política ou programa. Este eixo, de acordo com Rodrigues (2011), trata dos “descolamentos de uma política por espaços políticos, econômicos e sociais culturais”, que dependem de fatores externos e interferências de acordo com os interesses, jogos de poder e forças políticas locais que podem intervir nos resultados da política e/ou programa.

Essa faceta da avaliação em profundidade nos permite “avaliar as políticas a partir de dados que comportem a visão de mundo dos sujeitos nelas envolvidos” (RODRIGUES, 2011), fazendo-nos com que apreendamos o olhar particular que os sujeitos envolvidos com o programa de assistência estudantil possuem sobre esta. Acreditamos que tal faceta expressa bem o que aqueles que são contrários ao paradigma científico pregam: a não adesão à “exagerada dependência em relação à mensuração quantitativa formal” (GUBA; LINCOLN, 2011, p. 45).

5.2 A coleta e análise de dados

Neste trabalho foram utilizadas como técnicas para a coleta de dados: o uso da observação participante por haver uma aproximação com os estudantes diariamente, e com isso, a escrita do diário de campo; o estudo bibliográfico fundamental em qualquer tipologia de pesquisa; análise documental sobre o processo de implantação da política de assistência estudantil, bem como dados da Assistência estudantil - CASE do campus de Sobral e da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PRAE e a realização de entrevistas aplicadas com os alunos beneficiados com os programas assistenciais, além dos alunos evadidos beneficiários ou não da assistência estudantil, e servidores da CASE, do *Campus Sobral*.

Neste estudo, optamos pela entrevista semi-estruturada porque, conforme Gil (2007), essa deve acontecer com “pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado”. Além disso, “[...] a entrevista semi-estruturada que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador” (MINAYO, 2008).

As entrevistas foram realizadas individualmente por telefone e gravadas em áudio, conforme autorização dos sujeitos inquiridos e, em seguida, transcritas para o quadro de abordagem das categorias de análise de conteúdos. A transcrição dos depoimentos foi feita na íntegra, com intuito de registrar todas as falas dos sujeitos entrevistados, visando subsidiar, da melhor maneira, a análise de conteúdo (MINAYO, 2010).

Com o registro organizado dos dados, após a realização das entrevistas, foi feita a sua análise. Para analisar os dados coletados nas entrevistas, utilizei como referencial as etapas estabelecidas por Minayo (2002): ordenação, classificação e análise final. A autora denomina sua proposta de análise de dados de método hermenêutico-dialético, no qual a fala dos sujeitos é situada em seu contexto para melhor compreensão.

Na etapa final da análise, as falas dos participantes da pesquisa foram analisadas a partir do referencial teórico utilizado para este trabalho, e com isso foi possível estabelecer um paralelo entre a fundamentação teórica e as informações obtidas com a aplicação das entrevistas.

5.3 Resultados e discussões

Neste tópico trago, de forma qualitativa, a análise dos dados colhidos de depoimentos dos alunos beneficiários dos programas de assistência estudantil e dos evadidos da UFC - *Campus* de Sobral.

Demonstro os resultados da pesquisa empírica obtida após a pesquisa de campo os quais foram obtidos a partir da técnica da entrevista semi-estruturada aplicada aos respectivos sujeitos selecionados, ao final, faço avaliação do PNAES na UFC, campus Sobral. Para tanto, inicio apresentando os critérios de escolha utilizados e um breve perfil básico dos estudantes participantes da pesquisa e as informações coletadas são apresentadas e discutidas.

5.3.1 A percepção dos discentes beneficiados

Apresento a percepção dos discentes a respeito dos programas e serviços ofertados pela assistência estudantil no campus de Sobral. A escolha do grupo discente que participou deste estudo se deu por meio de um levantamento dos estudantes beneficiários dos programas da assistência estudantil dos cursos de graduação no campus, sendo escolhidos discentes que estavam cursando os últimos semestres, desse modo, o primeiro critério estabelecido foi estar com matrícula ativa nos semestres 2019.2 ou 2010.1, no 7º, 8º, 9º ou 10º semestre; o segundo critério é ter sido contemplado com um dos seguintes programas: Auxílio

Moradia, Auxílio Creche, Bolsa de Iniciação Acadêmica, Isenção no restaurante Universitário e Auxílio Emergencial; o terceiro critério utilizado foi ter sido beneficiado ou sendo beneficiado nos auxílios ou bolsas assistenciais estudantis por, pelo menos quatro semestres, anteriormente.

Utilizando estes critérios, foram realizadas ligações para os estudantes dos oito cursos de graduação no universo de 30 alunos, das quais tivemos retorno e interesse de oito alunos em participar da pesquisa, sendo alunos dos cursos da graduação de Medicina, Psicologia, Música, Finanças, Engenharia Elétrica, Ciências Econômicas e Engenharia da Computação, não tivemos retorno de nenhum aluno da odontologia.

Em relação ao perfil dos oito estudantes que participaram da pesquisa, no período em que os dados foram levantados, cinco cursavam o 7º semestre (62,50%), três estavam no 8º semestre (37,50%); seis alunos eram beneficiários do programa auxílio moradia (75%) como também eram beneficiados pela Isenção no restaurante Universitário, dois eram beneficiados pelo programa BIA (25,00%). Quanto ao sexo, colaboraram com a pesquisa seis mulheres (75%) e dois homens (25%).

A *renda per capita* familiar mensal dos oitos estudantes era até um salário mínimo e meio. Apenas a família de cinco estudantes recebe o benefício do Programa Bolsa Família.

Apresentado o perfil básico dos estudantes, passo agora à análise dos dados coletados nas entrevistas.

Na primeira pergunta, os entrevistados foram questionados com relação à trajetória de vida acadêmica da escola a universidade, forma de ingresso, se estão no curso de sua preferência e se já pensaram em abandonar o curso.

Os oitos entrevistados afirmaram que vieram de escolas públicas, apesar de três entrevistados terem estudado em escolas particulares por pouco tempo, sendo que todos entraram na universidade através da nota do ENEM, quatro alunos afirmaram que estão no curso de sua preferência, quatro afirmaram que não estão no curso de sua preferência e, somente, um pensou em abandonar o curso, conforme depoimento transcrito a seguir:

Sempre estudei em escola pública, no começo pensei em fazer vestibular para Direito, mas também simpatizava com a Psicologia, acabei fazendo o ENEM pensando que poderia entrar na odontologia ou Psicologia, e no primeiro ano que fiz em 2016 deu certo e estou no curso de Psicologia, nunca pensei em abandonar (E -1).

Venho de escola pública, na cidade onde moro não tem colégio particular, através da nota do ENEM entrei na UFC, curso que eu sempre sonhei foi a Psicologia, por isso penso em terminar (E -2).

Estudei em escola pública vários anos, só um ano na escola particular, tive que sair por que minha família não tinha condições de pagar, entrei na Engenharia da Computação através do ENEM, não era meu sonho, mas estou satisfeito, pretendo terminar esse curso e depois fazer a faculdade de Direito (E -3).

Eu vim da escola pública lá de Tianguá, fiz o ENEM e fui aprovada, com a nota, eu escolhi o curso de Medicina, entrei pelas cotas, sempre foi um sonho meu e da minha família, não pretendo abandonar (E -4).

Estudei sempre na escola pública em Crateús e também depois que passei a morar em Sobral, fiz o ENEM pela segunda vez e passei, estou no curso de Engenharia Elétrica, apesar de não ser o que eu almejava, mas estou satisfeito, quero terminar. (E - 5).

Comecei estudando em escola particular, mas devido às dificuldades financeiras da minha família fui para escola pública, tentei o ENEM duas vezes, pela nota eu conseguir entrar no curso de Finanças, mas meu desejo é o curso de Direito, não estou muito satisfeito, pretendo terminar daqui um ano e meio e tentar Direito na UVA (E - 6).

Sempre estudei em escola pública em Russas, fiz o ENEM em 2016 e fui aprovada, escolhi o curso de música na UFC, estou adorando, falta pouco para eu terminar, não penso em abandonar (E - 7).

Em Crateús só estudei dois anos em escola particular, o restante foi em escola pública, tentei o ENEM e entrei, estou no curso de Ciências Econômicas, nunca foi o meu preferido, estou tentando enfermagem na UVA, caso eu passe lá eu pretendo abandonar aqui (E - 8).

A partir das falas iniciais, faço a minha primeira reflexão com relação à trajetória de vida acadêmica da escola à universidade desses estudantes, pois se percebe uma contrariedade com o perfil socioeconômico dos estudantes da UFC campus Sobral em que a maioria dos alunos veio de escolas particulares, enquanto, 100% dos alunos que participaram das entrevistas são da escola pública. Isso se deve, ao fato de que um dos requisitos para ter acesso aos programas da assistência estudantil é ter concluído o ensino médio em escola pública, devendo cada aluno está dentro dos requisitos fixados nos editais de cada Programa.

O acesso ao ensino superior ainda permanece elitizado, a maioria das vagas preenchidas pelas IES públicas continuam sendo ocupadas por estudantes sob as melhores condições de educação básica, no campus de Sobral não é diferente. Desse modo, os programas de assistência estudantil foram criados e são destinados a garantir a permanência dos alunos que tiveram uma trajetória escolar menos favorável.

Outro ponto importante, é que nenhum dos participantes pensa em abandonar o curso por algum motivo, até por que a maioria desses alunos está no curso de sua preferência e, terminando a faculdade, sendo que nas entrevistas com os evadidos, a maioria cita como principal motivo do abandono da faculdade o trabalho, pois relataram que não tinham como conciliar estudo e trabalho.

Na pergunta nº 2, a percepção dos estudantes em relação às principais dificuldades encontradas para a sua permanência e dos outros alunos em situação de vulnerabilidade. Os entrevistados tiveram respostas parecidas, sendo citada, principalmente, a questão socioeconômica, como também problemas familiares, desemprego, dificuldades em aprender a matéria, conforme depoimento transcrito a seguir:

A principal dificuldade que eu vejo é a questão financeira, muitos alunos aqui também sentem isso, principalmente, por que não são de Sobral, tem que ter dinheiro para pagar as despesas, já tive a luz cortada, mas quando agente ta recebendo algum apoio da assistência estudantil, essa dificuldade já diminui, nesses últimos dois anos eu estou recebendo o auxílio moradia, e essa ajuda está dando para se manter, não consigo arrumar emprego, mas eu também posso citar um outro problema? A dificuldade em aprender as matérias de Engenharia da computação, já vi alunos desistirem por isso, acredito até que os professores andam dando uma aliviada, tinha matéria que ninguém entendia nada (E -3).

Tenho dificuldades financeiras aqui, as vezes peço emprestado com colegas, divido apartamento com mais três meninas para diminuir o máximo a despesa, minha família é muito pobre, moramos no interior de Tianguá, se não fosse o auxílio moradia eu não teria como permanecer na universidade, meu curso exige muito de mim, estudo quase o dia todo, não tenho como trabalhar até finalizar o meu curso (E -4).

Até hoje não sei como estou aqui em Sobral, por causa das dificuldades financeiras, como também muitos problemas familiares em casa, meus pais já estão separados há mais de cinco anos, sempre sou cobrado para trabalhar, mas não consigo arrumar trabalho, mas o meu horário na faculdade também não me permite, estou perto de concluir, mas com essa pandemia, talvez termine no fim de 2021 (E - 5).

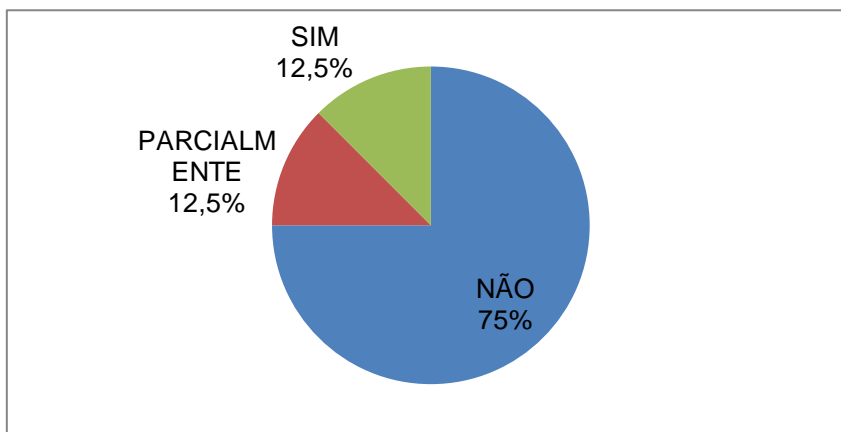
As falas dos entrevistados nos mostram que a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes pobres nas universidades é marcante na história e continua presente na atualidade, ao sair do ensino médio esses estudantes se deparam com as mesmas dificuldades, conforme os relatos, as questões econômicas são as mais sentidas, principalmente, para os estudantes que vêm de outra cidade para estudar em Sobral, as despesas são as mais diversas como o aluguel, alimentação, energia, transporte e etc.

Outra preocupação bastante falada é a questão do desemprego, nenhum dos entrevistados possui um emprego, sendo que todos esses alunos já têm idade para o mercado de trabalho, o entrevistado (E - 5) relata uma dificuldade bastante comum de não poder trabalhar por que seu horário na faculdade não permite conciliar com o trabalho, e isso é motivo para abandono da universidade, conforme relatos dos entrevistados evadidos.

Na terceira pergunta, com o objetivo de analisar se o programa que está inserido atende as suas necessidades econômicas para permanência na universidade, se necessita de ajuda financeira da família para complementar, e se a quantidade de programas e serviços oferecidos atende a toda demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Com relação ao primeiro questionamento, se o programa de assistência estudantil a que está sendo beneficiado atende as suas necessidades econômicas de permanecer na universidade, as respostas foram variadas.

Gráfico 1 – Opinião dos discentes beneficiados se os Programas atende as suas necessidades econômicas



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Já com relação ao segundo questionamento se a quantidade de programas ofertados atende a toda demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as respostas chegaram a 100% de afirmação que não atende a todos, conforme depoimento transcrito a seguir:

Atende sim as minhas necessidades de permanecer na universidade, sou beneficiada pelo programa BIA, até por que moro com meus pais, mas eles não têm condição de me ajudar financeiramente, eu acredito que a quantidade oferecida não atende a todos os alunos por que muitos buscam e poucos recebem (E - 1).

Não atende as minhas necessidades e nem dos outros colegas, minha mãe e minha vó sempre estão me ajudando aqui, meu pai só me ajuda quando eu peço, minhas maiores dificuldades são com aluguel e alimentação, logo não posso trabalhar por que meu curso tem aulas pela tarde (E - 3).

Infelizmente como falei antes, não recebo ajuda da minha família, tenho que lutar todo dia para permanecer na universidade, ainda bem que as minha amigas e uns parentes me ajuda, o valor financeiro do auxílio moradia é muito pequeno para a cidade de Sobral, deveria haver uma Residência universitária, o aluguel, alimentação e a energia aqui é muito caro, recebo R\$ 530,00, e com isso eu tenho que me virar todo dia, como moro distante do RU, só faço almoçar as vezes, com certeza o número de auxílios não atende a todos, a procura é grande, tenho pessoas na minha sala que precisam, mas não tem (E - 4).

A partir da fala da estudante E -1, residente no município de Sobral, nos leva a perceber que a mesma tem menos dificuldades, já que a estudante reside com a sua família, diferente dos estudantes E – 3 e E - 4 que são de outras cidades distante a 100 km de Sobral, nos relatos citaram a dificuldade para pagar a luz, aluguel e alimentação, e isso mostra a situação socioeconômica desses estudantes que vem de outras cidades e da família desses jovens que não possuem condição econômica de ajudar na sua moradia em outra cidade, e isso tem um forte impacto nas condições de permanência na universidade.

Com o intuito de verificar o conhecimento dos alunos com relação aos programas e os serviços que são disponibilizados aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica pela CASE/PRAE e, se tem conhecimento dos critérios de acesso e permanência neles e, quais eles participam, eles responderam a quarta pergunta.

De acordo com os entrevistados a maioria 6(75%), estão inseridos no programa auxílio moradia, sendo que esse programa contempla os estudantes oriundos de outras cidades e possui o maior número de beneficiados no Campus, e 2

(25%) dos discentes, estão inseridos no programa BIA, além disso todos esses estudantes tem acesso ao RU, conforme depoimentos transcritos a seguir:

No meu primeiro ano de universidade, conseguir entrar no programa auxilio moradia, sei que existe também o BIA, o RU, sinceramente, conheço muito pouco dos outros programas, para ter acesso a esses programas o aluno precisa está em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E para permanecer precisamos está matriculado, ter um bom desempenho e não ser reprovados por faltas (E – 2).

Conheço sim todos os programas, são cinco programas e um serviço, já fui beneficiado pelo programa BIA por 2 anos, e atualmente, utilizo o restaurante universitário, para ter acesso a esses programas aluno tem que ter a renda de até um salário mínimo e meio, e para permanecer está com a matrícula ativa e não ser reprovado por faltas, acho que isso depende de cada programa (E- 7).

Sou participante do programa auxilio moradia desde 2018, e também utilizo o restaurante universitário sem pagar a taxa, existe outros programas como o BIA, o auxilio emergencial, o serviço da assistência social, e o critério para esta dentro do programa e a situação de pobreza do aluno, ter renda per capita de até um salário mínimo e meio, para ter acesso nós precisamos estar matriculados, não ser reprovados por faltas e não perder a situação de pobreza (E – 8).

Nas falas dos estudantes e visível o conhecimento suficiente sobre os critérios de acesso e permanência dentro dos programas, mas com relação a ter conhecimento sobre quais os programas e serviços que são ofertados, nem todos os entrevistados citou o serviço da assistência social, talvez por que ficaram mais atentos em falar dos programas, ou então, não tem conhecimento do serviço ofertado pela CASE, sendo o Serviço Social, o único ofertado no campus.

Destaca-se dentre os benefícios oferecidos pela Assistência Estudantil da UFC, a concessão da isenção de taxa no Restaurante Universitário é notória, destacando-se por ser de extrema importância para a sobrevivência dos estudantes envolvidos nesta pesquisa e, naturalmente, contribuindo de forma direta para a sua permanência na instituição. O Programa atua diretamente na permanência do aluno, oferecendo refeições a custo bastante acessível, beneficiando estudantes diariamente.

Já o programa de Auxilio Moradia é o mais ofertado pela assistência estudantil, beneficio este destinado aos estudantes vindos de outras cidades, sendo que no campus de Sobral não existe Residência Universitária, e o programa destina-se a custear despesas com moradia.

Os entrevistados, na quinta pergunta, foram indagados se confia no processo de seleção elaborado pela PRAE em conjunto com a Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE de Sobral, se já percebeu algum estudante receber os benefícios ou serviços da Assistência Estudantil sem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As respostas foram curtas e parecidas, todos os entrevistados confiam no processo de seleção realizado pela CASE, e também confirmaram que não perceberam se algum aluno fora da situação de vulnerabilidade socioeconômica esteja inserido dentro dos programas, o que foi colaborado pela fala da servidora que participou da pesquisa, mostrando a eficácia do processo seletivo, conforme depoimento transcrito a seguir:

Muitos alunos participam dessas seleções, eu acho bastante confiável como também necessário, serve para selecionar os que mais precisam, pois já presenciei alunos que tem uma boa condição financeira que participaram da seleção e não foram atendidos com nenhum programa, (E – 1)

Eu confio no processo de seleção realizado pela PRAE e pela CASE, eles pedem muitos documentos, ainda realizam entrevistas e visitas nas nossas casas, por isso não acredito que alguém que não esteja na situação de vulnerabilidade ser beneficiada (E- 2).

Confio no processo de seleção, por que é bastante rigoroso, exigem muitos documentos, também fazem entrevistas com os candidatos e visitas a nossa casa (E- 5).

Acho o processo seletivo bastante rígido, por isso que confio na CASE, e também nunca percebi aluno que tenha uma boa situação econômica estar dentro de algum programa (E - 8).

O PNAES define como seu público prioritário os estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio, por conta disso, os editais elaborados para cada Programa têm como um dos critérios a comprovação da situação de vulnerabilidade socioeconômica através de documentação comprobatória exigida, sendo o processo de seleção de responsabilidade de Comissão constituída no âmbito de cada Campus.

A percepção dos sujeitos entrevistados alinha-se ao conteúdo do PNAES, pois a seleção aos programas da assistência estudantil, destina-se exclusivamente aos estudantes mais necessitados com renda per capita de até um salário mínimo e meio.

Na sexta pergunta, com o fim de verificar a percepção dos estudantes em relação à contribuição dada pela assistência estudantil através dos programas na sua permanência, se previne situações de evasão na universidade, se o entrevistado vê os programas da assistência estudantil como um direito ou como uma ajuda do governo?

As respostas foram unânimes em afirmar que os programas têm contribuído na permanência dos estudantes na universidade, conforme depoimento transcrito a seguir:

A assistência estudantil contribui sim na minha permanência na universidade, como eu não trabalho e minha família não me ajuda, consigo se manter através do programa BIA, e vejo o programa como um direito meu uma obrigação do estado, que me garante igualdade de condições com relação aos outros alunos (E -1).

Sim, contribui sim na minha permanência, e vejo como um direito com a finalidade de garantir a minha permanência dentro da universidade, já que não estou trabalhando e minha família não me ajuda (E -2).

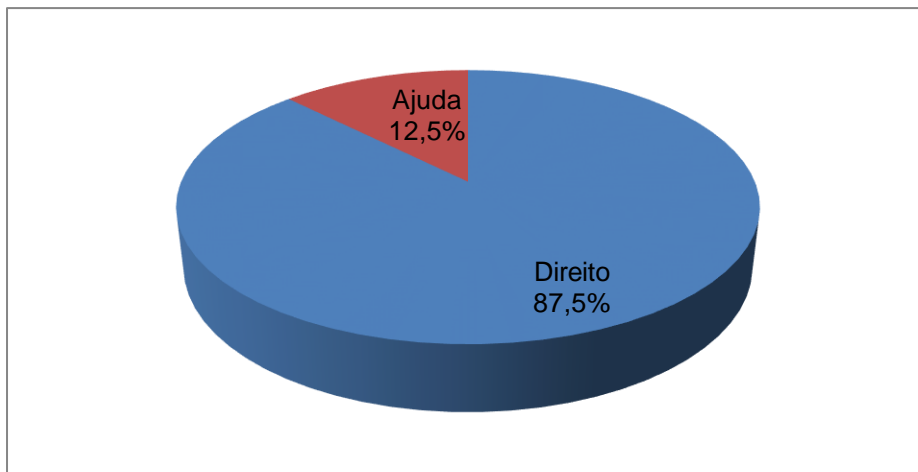
Com certeza, o programa que eu participo me ajuda muito a permanecer na universidade, mas não posso dizer que é 100% por que tenho que fazer economias todo mês para dar certo nas despesas, as necessidades que algum de nós de outra cidade que enfrentamos para está aqui é diferente do aluno que mora em Sobral e tem a família por perto, apesar do programa nos ajudar bastante, nós temos muitas dificuldades, e acredito que seja um Direito de todos nós (E – 4).

Sim, contribui muito na minha permanência promove uma melhor qualidade de vida, e também vejo que contribui também na permanência de outros colegas, por que muitos só estão estudando aqui por causa da assistência estudantil, e dos programas já que não trabalhamos para se manter, agora, vejo os programas como uma ajuda do governo (E – 6).

Posso afirma que sim, por que se não fosse a assistencia estudantil, eu e muitos alunos não estaríamos aqui, pois necessitamos de recursos para estudar já que não trabalhamos, e vejo essa contribuição como um Direito (E – 6).

Mas nem todos os entrevistados acreditam que seja um direito; pois 7 (87,50%) dos discentes acredita ser um direito, sendo que 1 (12,50%) acredita ser uma ajuda do governo.

Gráfico 2 – A percepção dos estudantes se vê os programas da assistência estudantil como um direito ou como uma ajuda do governo



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A principal justificativa para a importância da Assistência Estudantil afirmada pelos entrevistados, é que ela propicia às condições de permanecer na universidade a partir do acesso a renda pecuniária advinda dos programas, já que esses estudantes não têm renda. Além disso, ressaltaram que a Assistência Estudantil é um meio de garantir a equidade, de forma a possibilitar a permanência educacional de segmentos sociais excluídos do acesso a bens e serviços públicos, dentre eles a educação, sendo, pois a assistência estudantil um elemento redutor das desigualdades sociais e econômicas que impactam no acesso e permanência na política de educação superior, sendo visto pela maioria como um Direito.

Muitos alunos também veem nos programas uma forma assistencial de permanecer estudando, visto que são alunos em vulnerabilidade social. Dessa forma, enfatiza-se a visão assistencial do Programa, em função de sua apreensão mais imediata relacionada ao benefício, em detrimento de outras ações focadas no incentivo à pesquisa, extensão, etc.

Na sétima pergunta, para verificar o conhecimento dos alunos sobre o marco legal nacional ou local dos programas e da assistência estudantil, e quanto aos demais estudantes, acredita que eles têm conhecimento, as respostas foram:

Desconheço completamente os marcos legais dos programas, só sei que existe a seleção dos programas todos os anos que são realizados pela PRAE e pela CASE (E – 2).

Não tenho conhecimento do marco legal (E – 5).

Nunca ouvi falar sobre o marco legal desses programas, só conheço as seleções que são realizadas todo início de ano (E – 8).

As falas foram bastante breves e demonstraram total desconhecimento dos entrevistados com relação ao marco legal nacional ou local dos programas, sendo que alguns alunos chegaram a citar que somente tem conhecimento dos editais de seleção dos programas que são realizados anualmente, o que fragiliza a luta pela ampliação e consolidação da assistência estudantil, e dificulta o seu reconhecimento como um direito.

A assistência estudantil como política social de grande relevância deve constituir se num processo democrático na constituição da cidadania e dos direitos sociais. O grande desafio da assistência estudantil é propiciar o conhecimento, a participação crítica dos sujeitos para que os mesmos possam desvendar a realidade vivenciada.

Portanto, faz-se necessário conduzir os estudantes a uma condição de protagonista do planejamento e da avaliação dos programas executados pela UFC, não, somente, recebedores de um benefício. Dessa forma, a Política de Assistência Estudantil deverá promover, implementar e fortalecer ações que conduzam a uma participação ativa dos estudantes dentro das universidades.

A pergunta nº 8 da entrevista, os discentes foram perguntados se recebe algum tipo de acompanhamento regular da coordenaria de Assistência Estudantil - CASE, que tipo de acompanhamento?

Não posso dizer que seja regular, mas já me chamaram duas vezes para conversar com a assistente social, isso aconteceu no período da minha seleção, talvez não chame muito por que tem só duas funcionárias para muitos estudantes, deveriam contratar mais profissionais, principalmente, o psicólogo seria muito importante, conheço colegas com depressão por causa de problemas familiares, deveria haver mais interação da equipe com os alunos (E -2).

Sim, já recebi um acompanhamento durante o meu sexto semestre porque eu tava com o rendimento muito abaixo, com muitas faltas, fui chamada duas vezes pela assistente social para conversar (E – 3).

Fui chamado uma vez, mas não foi acompanhamento, e sim por que fui selecionado para o programa BIA, acredito que a pouca quantidade de funcionarias não de conta de conversar com todos os alunos (E -7).

As respostas foram bem parecidas, quatro alunos afirmaram que já tiveram um acompanhamento pela equipe da assistência estudantil, e os outros quatro nunca tiveram acompanhamento, somente, foram chamados por que foram beneficiados pelos programas.

A fala de E - 2 que é aluno de Psicologia destaca a necessidade de um profissional Psicólogo na CASE sugere que haja mais interação dos profissionais da CASE com os estudantes, e cita que existem alunos com problemas de depressão na universidade; isso é corroborado pela servida da CASE, que em sua entrevista relatou a falta de outros profissionais em outras áreas, principalmente, o Psicólogo e o Psicopedagogo.

A última pergunta aos entrevistados é com relação aos aspectos positivos e negativos que são visualizados enquanto beneficiários dos programas e, como pode ser melhorado, as respostas foram o seguinte:

Como positivo eu vejo como positivo o processo seletivo, pois como é bem rigoroso, só entra quem tem Direito, também vejo como positivo a melhora no rendimento acadêmico. Agora, como negativo percebo muita gente que não tem condições de morar em Sobral que estão fora dos programas, por isso deveria abrir mais vagas no Auxílio Moradia, e também deveria haver uma residência universitária como a de Fortaleza, pois ajudaria muitos alunos que são de outra cidade (E -1).

Primeiramente, com relação aos aspectos positivos é a contribuição dos programas no rendimento e na permanência do estudante na universidade, com relação a aspecto negativo é o número limitado de pessoas atendidas, por isso deve ser melhorada, como também mais aproximação dos profissionais na CASE e seleção para mais profissionais, principalmente, de um Psicólogo (E - 2).

Em primeiro lugar como aspecto positivo eu vejo a contribuição na permanência na Universidade, e também a atenção dada pelas meninas da Assistência Estudantil, mas vejo que ainda precisa de outros profissionais lá, precisa aumentar a equipe, como ponto negativo o baixo valor do auxílio, é muito importante aumentar o valor (E-3).

No meu caso acredito como aspecto positivo é que o programa auxílio moradia contribui muito na minha permanência e de outros alunos na universidade, mas como aspecto negativo percebe que muitos alunos que tem a mesma situação de vulnerabilidade não fazem parte de nenhum programa, com relação o que pode ser melhorado tanto o número de beneficiados quanto o valor financeiro dos programas, e a criação da residência universitária (E - 4).

Como aspecto positivo eu vejo a questão de permanência, já que a ajuda financeira me ajuda muito, com relação a aspecto negativo percebo a pouca aproximação da CASE com os alunos, acho que deveria ter mais pessoas trabalhando lá, que pode ser melhorado é aumentar os recursos financeiros para aumentar o número de alunos beneficiados pelos programas, tem

muita gente que tem direito e está fora, tem que haver programas voltados ao esporte e a cultura, seria muito importante para os alunos (E -6).

De ponto positivo eu vejo a permanência como a mais importante, de negativo eu acho que deveria ampliar o numero de profissionais na CASE e de melhorar a discussão com eles, eu percebo que existe uma certa distancia com os alunos (E-7).

Eu percebo como aspecto positivo a melhora no rendimento acadêmico, por que não preciso se preocupar com o emprego, e também a questão da permanência na universidade, pois como sou de outra cidade, o valor que eu recebo dá para se manter em Sobral, como aspecto negativo eu percebo que muitos alunos ficam de fora dos programas, e isso é chato para eles que também são necessitados, aqui tem que haver uma residência universitária, por que tem muita gente de fora, e isso deve ser melhorado para que mais alunos tenham esse direito (E – 8)

O quadro abaixo representa o que foi dito pelos alunos como forma pontos negativos e positivos com relação à assistência estudantil no Campus de Sobral:

Tabela 10 - Aspectos positivos e negativos da Assistência Estudantil no Campus Sobral na visão dos estudantes

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Processo seletivo confiável	Aumentar o número de vagas dos Programas na Assistência Estudantil
Ajuda na Permanência na Universidade	Aumentar o valor do Auxilio
Melhora no rendimento acadêmico e na frequência escolar	Ampliar a Equipe com outros profissionais
Boa Interação entre aluno e servidores da CASE	Melhorar os canais de discussão entre o aluno e a CASE
	Construir uma residência Universitária
	Fazer o acompanhamento mais efetivo dos alunos beneficiários dos Programas
	Criar Programas destinados a esporte e laser

Fonte: Elaborado pelo Autor de acordo com as entrevistas.

Observamos claramente na fala dos alunos como fator positivo mais falado pelos beneficiários da assistência estudantil é a contribuição dos programas no rendimento e na permanência na universidade, mas como ponto negativo e o que pode ser melhorado citam que o valor dos auxílios recebidos deveria ser melhorado, bem como de mais recursos financeiros que venham atender ao maior número de

alunos, pois existem muitos estudantes em situação de vulnerabilidade que não estão dentro dos programas.

Algumas falas destacam a importância de uma residência universitária por causa de haver vários alunos de outras cidades, como também de mais aproximação dos profissionais com os alunos assistidos, a necessidade de um melhor acompanhamento dos beneficiários, por parte dos profissionais. Os alunos solicitam que seja ampliado o número de profissionais da assistência estudantil, o que permitirá maior interação dos alunos com profissionais de outras áreas, e que fosse criado programas voltados para esporte e cultura.

A seguir, são apresentados os resultados das entrevistas com estudantes que se evadiram do campus de Sobral.

5.3.2 A percepção dos discentes evadidos

Apresenta-se a seguir os critérios, a caracterização e o perfil básico dos participantes da pesquisa, que totalizaram seis respondentes, sendo dois ex alunos do curso de Música, dois do curso de Finanças e dois do curso de Ciências Econômicas. A escolha do grupo se deu pelo motivo dos cursos de Música, Finanças e Ciências Econômicas possuírem o maior número de estudantes evadidos até o fim do ano de 2017 no campus de Sobral.

A seleção dos participantes se deu a partir da lista recebida das três coordenações do campus de Sobral em que constavam os nomes e telefones dos estudantes evadidos nos últimos três anos na UFC, sendo os critérios utilizados para participar da entrevista é ter cursado e abandonado o curso de Música, Finanças e Ciências Econômicas nos últimos três anos. Após a realização de mais de trinta ligações, somente, seis alunos evadidos se mostraram interessados em participar da pesquisa.

Em relação ao perfil dos seis estudantes, quatro são homens e duas são mulheres, sendo que dois foram beneficiários dos programas da assistência estudantil, um pelo programa auxílio moradia e também isenção do restaurante universitário e o outro pelo programa bolsa de iniciação acadêmica.

O questionário único da entrevista com perguntas semi-estruturadas fora aplicado individualmente por via telefone e gravado o áudio, sendo que as perguntas

pertinentes a assistência estudantil, não foram direcionadas aos quatro alunos que não fizeram parte da assistência estudantil.

Na primeira pergunta aos discentes evadidos, os mesmos foram questionados com relação à trajetória de vida acadêmica da escola a universidade, qual a forma de ingresso, se cursou a faculdade de sua preferência, por qual motivo abandonou a universidade.

As respostas foram variadas, quatro alunos afirmaram que vieram de escolas públicas, dois de escolas particulares, sendo que todos entraram na universidade através da nota do ENEM, um dos respondentes afirmou que estudou no curso de sua preferência, três afirmaram que não estavam no curso de sua preferência, mas que se adaptaram ao curso e, dois afirmaram que não estavam no curso preferido, conforme depoimento transcrito a seguir:

Sempre estudei em escola pública, minha vontade era fazer faculdade de enfermagem, tentei duas vezes e não passei na UVA, acabei fazendo o ENEM e optei pelo curso de Música, até gostei do curso, mas tive que sair por que arrumei um emprego no mesmo horário dos estudos, não tive como conciliar (EV -1).

Estudei em escola particular antes de entrar na Universidade, primeiramente, entrei na computação e Direito na UVA, não terminei os dois cursos, posteriormente, entrei na faculdade de música pela UFC, era um curso que eu desejava, mas tive que sair por que eu tenho agora dois empregos que não teria condições de conciliar (EV -2).

Estudei em escola pública nos últimos anos, fui aprovada no ENEM, pela minha nota escolhi o curso de Ciências Econômicas, não era meu sonho, não gostei do curso, tive que desistir por que entrei no curso de Direito (EV-3).

Eu vim da Escola Pública, passei no ENEM, escolhi ciências econômicas, não era o que eu desejava, estava insatisfeito, não conseguia me concentrar e entender as matérias, por isso abandonei no segundo semestre (EV -4).

Comecei e terminei meus estudos em escola particular, fiz o ENEM e deu certo, pela minha nota entrei no curso de Finanças, mas o meu desejo era o curso de Direito, abandonei o curso no terceiro semestre por que tive que trabalhar (EV -5).

Sempre estudei em escola pública, entrei pela nota do ENEM na UFC, escolhi o curso de finanças, adorei o curso apesar de não ser o meu preferido, abandonei faz dois anos por que arrumei um emprego na minha cidade, e eu não tinha como conciliar com a faculdade (EV -6).

As falas dos respondentes nos mostram três situações que levaram o abandono da faculdade, o mais falado é a questão do trabalho, sendo que os respondentes EV - 1, EV - 2, EV - 5 e EV - 6 relataram que não tinham como conciliar o trabalho com a faculdade. Na fala de E - 4 a desistência do curso ocorreu por não ta satisfeito com o curso, já na fala de (EV – 3), o motivo de sua saída da faculdade foi ter sido aprovado no curso de Direito que era mais preferido ao curso de Ciências Econômicas.

Como vimos no capítulo 02, a evasão discente é um fenômeno complexo que envolve várias dimensões e perspectivas que devem ser consideradas em sua análise. As principais causas segundo dados do MEC são referentes às características individuais dos estudantes; segundo, referente a fatores internos às instituições e, terceiro, referente a fatores externos às instituições. Nos relatos dos seis participantes percebemos que as três causas estão presentes em pelo menos um dos alunos desistentes.

A segunda pergunta aos respondentes, se o mesmo tinha conhecimento dos programas ofertados pela assistência estudantil aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e se já precisou ou foi beneficiado por algum desses programas.

Nas falas dos respondentes, todos os 6 (100%) afirmaram ter conhecimento dos programas ofertados pela assistência estudantil, mas a minoria; 2(33,33%) tiveram inseridos nos programas antes da evasão escolar, sendo 1, inserido no programa BIA e o outro no auxílio moradia, e 4 (66,67%) dos ex discentes, nunca foram participantes dos programas, conforme depoimento transcrito a seguir:

Conheço sim os programas, mas nunca fui contemplado, até tentei duas vezes, mas como tenho residência em Sobral, fica mais difícil conseguir, esses programas são mais direcionados aos alunos de fora (EV – 1).

Conheço, não sei se todos, mas nunca precisei dos programas da assistência estudantil, até por que sempre estava trabalhando e eu sei que por isso não tenho direito (EV – 2).

Já fiz parte do programa BIA, conheço sim todos os programas, são cinco programas, fui beneficiado pelo programa BIA por um ano até 2018 (EV – 3).

Conheci os programas, mas não cheguei a entrar em nenhum (EV – 4).

Conheço, mas tentei uma vez e não deu certo (EV – 5).

No meu primeiro ano de universidade conseguir entrar no programa auxílio moradia, acho que são 5 programas, não lembro, passei menos de dois anos (EV – 6).

A fala de todos os entrevistados nos mostra que os programas são bem divulgados dentro do Campus pela Assistência Estudantil, até mesmo alunos que não tinha interesse nos programas eram sabedores da existência dos programas ofertados.

A fala EV – 2 cita um questionamento, que o mesmo acredita que esses programas são mais direcionados para os alunos fora da cidade de Sobral, mas de certa forma o ex discente tem razão, pois o maior número de beneficiados são os discentes que vem de fora de Sobral, sendo o auxílio moradia um valor pago mensalmente de R\$ 530,00 (Quinhentos e trinta reais) que irá auxiliá-los a arcar com os custos de estudar fora do seu município.

Por não haver residência universitária no campus de Sobral e a maioria dos estudantes serem oriundos de outras cidades, o campus através da CASE disponibiliza o auxílio moradia que tem beneficiado até o ano de 2020, 330 estudantes.

A terceira pergunta aos entrevistados, quais as dificuldades que você apontaria para permanecer na universidade até a formação acadêmica?

As respostas dos estudantes evadidos que não eram beneficiários da assistência estudantil é completamente diferente dos que foram beneficiários, conforme depoimento transcrito:

Para mim é a conciliação do trabalho com a universidade, passo o dia no trabalho e a noite estava cansado, não deu para conciliar, tive que escolher uma opção que foi de trabalhar, pois necessito do trabalho para sustentar minha família, mas com relação aos alunos que dependem da assistência estudantil, eu percebo que a principal dificuldade é de se manter aqui em Sobral, por causa dos gastos de aluguel, comida, transportes (EV – 2)

Concerteza, são as despesas com moradia e comida, como não era residente em Sobral tinha essas dificuldades, mas mesmo com a ajuda do programa auxílio moradia não conseguia se manter em sobral, o custo de vida na cidade é muito alto, eu pagava 500,00 em uma kitnet dividindo com uma amiga, só nisso já acabava o meu auxílio, ainda tinha outras despesas, eu perceber que tinha que trabalha e deixar a universidade, não recebia ajuda da família, pois os meus pais são agricultores de subsistência (EV – 6).

A condição financeira, o alto custo de vida em Sobral e a necessidade de trabalhar e não poder conciliar o trabalho com o estudo foram indicados pelos entrevistados como aspecto que dificulta o percurso acadêmico, essas dificuldades repercute na permanência dos mesmos na instituição, principalmente, no caso daqueles que necessitam serem os provedores de sustendo da família.

A fala de EV – 2 cita como principal dificuldade em permanecer na universidade é a questão do trabalho, pois como se vê o entrevistado tendo que trabalhar ou estudar, o mesmo optou pelo trabalho, já que não tinha como conciliar, mas reconhece que com relação aos alunos beneficiários da assistência estudantil, a dificuldade maior são as despesas com aluguel, comida e transporte.

Já na fala de EV – 6 o entrevistado relata que apesar de ter sido beneficiário da assistência estudantil teve que trabalhar por causa de não conseguir se manter na cidade de Sobral pelo alto do custo de vida na cidade e, cita as despesas como aluguel, comida como as principais dificuldades em permanecer na universidade.

A quarta pergunta aos entrevistados sobre os recursos financeiros disponibilizado pelo PNAES se era suficiente para atender a todos que recebia, necessitava de ajuda financeira da família para complementar os estudos, e se a quantidade de auxílios e serviços atende a toda demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As perguntas seguintes foram direcionadas, somente, aos alunos evadidos que foram beneficiários dos programas da assistência estudantil.

Na época, atendia sim as minha necessidades, fui beneficiado pelo programa BIA, não tinha tantas despesas, moro com meus pais ainda, eu acredito que valor e a quantidade de programas não atende a todos que necessitam (EV – 3).

O valor disponibilizado não atendia nem a mim e nem aos outros, por que o custo de vida em Sobral e muito alto, não recebia ajuda da minha família, a quantidade é insuficiente para atender a todos os necessitados, tive dois colegas de sala que abandonaram a faculdade por que não tinha como se manter e não faziam parte dos programas (EV – 6).

O entrevistado EV - 3 que é residente na cidade de Sobral, respondeu que a ajuda recebida pelo programa BIA era necessária e suficiente para se manter,

pois morava com sua família, e também compartilhava a mesma opinião do EV - 6 de que a quantidade de programas não atendia a todos que necessitava.

A fala do entrevistado EV - 6 relata a realidade do estudante vindo de outra cidade, que possui despesas que o aluno residente em Sobral não tem, o entrevistado ainda cita que não era ajudado pela família e o valor financeiro era insuficiente além disso os programas não atendia a todos os necessitados.

Assim, com base na citação acima e das entrevistas com os beneficiários dos programas, nota-se, que o valor pecuniário do auxílio moradia é insuficiente para os estudantes vindo de outra cidade, principalmente, pelo alto custo de vida de Sobral, necessitando ser revisto e melhorado o valor pela equipe da CASE.

A quinta pergunta aos entrevistados foi: os programas da assistência estudantil contribuem para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade prevenindo situações de evasão?

Com certeza sim, os programas ajudam muito em garantir a permanência, agora o aluno precisa ser racional, não pode querer inventar despesas (EV - 3).

Eu percebo que para os alunos vindos de cidades próximas como era meu caso os programas eles não garantem 100%, pode até algum aluno conseguir se manter, mas viverá em Sobral com dificuldades, por tudo que já falei, anteriormente, com relação ao estudante que possui residência em Sobral, os programas garantem sim, pois as despesas são menores (EV-6).

As respostas foram diferentes para ambos os entrevistados, pois para EV - 3 os programas ofertados pela assistência estudantil garantem a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade, diferente do E - 6 que faz uma comparação do aluno que reside em Sobral para o aluno que vem de outra cidade, pois para o entrevistado o aluno que vem de outra cidade, os programas ofertados não garantem a permanência em 100%, mas para o residente de Sobral sim.

Essas respostas corroboram com o que foi relatado pelos estudantes beneficiários pelo auxílio moradia que o valor pecuniário do programa não é suficiente para se manter em Sobral por causa do alto custo de vida na cidade.

A sexta pergunta aos entrevistados é sobre os conhecimentos dos mesmos sobre o marco legal nacional ou local dos programas, e quanto aos demais estudantes, acredita que eles têm conhecimento?

Não conheço nenhum marco legal do programa, também não sei se os outros sabem (EV – 3)

Não conheço, e nem ouvir falar (EV-6)

As respostas de EV – 3 e EV – 6, foram bem parecidas até mesmo com os estudantes beneficiários, os mesmos desconhecem o marco legal do programa PNAES, e responderam com muita brevidade, portanto, faz-se necessário conduzir os estudantes a uma maior participação na Política de Assistência Estudantil, não, somente, recebedores de um benefício.

A sétima pergunta aos entrevistados é se durante o período de estarem amparados pela assistência estudantil, recebeu algum tipo de acompanhamento regular da coordenaria de Assistência Estudantil - CASE de Sobral ou PRAE/UFC? Que tipo de acompanhamento?

Os entrevistados foram bem breves nas respostas, pois na época que estavam inseridos nos programas não chegaram até um contato com nenhum profissional, sendo que EV – 3 falou que nem existia a CASE, mas já EV - 6 teve um único contato com a assistente social, mas não houve acompanhamento, conforme depoimentos transcritos a seguir:

Na época que eu estava no BIA não tive contato com a CASE, acho até que nem existia, meu contato era com a coordenação onde eu era bolsista (EV – 3).

Como eu estudei só até fim de 2018, eu cheguei até um pequeno contato com a assistente social, falamos sobre a minha saída, não houve acompanhamento por que eu me desliguei da UFC (E – 6).

A CASE existe na UFC campus de Sobral desde 2017, antes desse período quem era responsável pelos alunos beneficiários dos programas era um professor nomeado pela Diretoria do Campus, sendo que não havia um acompanhamento regular, somente, iniciou os acompanhamentos após a chegada da CASE.

A última pergunta aos entrevistados foi com relação aos aspectos positivos e negativos que o mesmo visualizou enquanto beneficiários dos programas, como pode ser melhorado?

Aspectos positivos é a contribuição dos programas na permanência e no rendimento do estudante na universidade, com relação a aspecto negativo é o número limitado de pessoas atendidas, tem muitos alunos que não são beneficiados pelos programas, lá tem muita gente necessitada (EV – 3).

No meu ponto de vista, acho que a permanência é um ponto positivo, mas como eu falei antes, tem que ser revisto esses valores do auxílio moradia, como aspecto negativo é necessário aumentar o número de estudantes nos programas, principalmente, os que não residem em Sobral, e melhorado o valor financeiro dos programas (EV – 6).

Nota-se que na visão dos estudantes evadidos a questão da permanência foi citada por ambos como pontos positivo, igualmente, as respostas dos alunos ativos, isso mostra que os Programas da assistência estudantil se alinham aos objetivos do PNAES.

Já como ponto negativo e como podem ser melhorados, os entrevistados chamam a atenção à necessidade de aumentar o número de estudantes beneficiados pelos programas, além de aumentar o valor pecuniário do auxílio moradia para os estudantes que vem de outras cidades para estudar no município de Sobral.

A seguir, são apresentados os resultados das entrevistas com o último grupo participante, os servidores.

5.3.3 A percepção dos servidores da CASE

A equipe de assistência estudantil do campus Sobral é composta por duas assistentes sociais e um técnico administrativo. A entrevista foi realizada, somente, com uma assistente social que ingressou na universidade em 2017, pois a outra assistente social e o técnico administrativo não se dispuseram em participar da entrevista por está ocupando o cargo a menos de um ano, por isso, não se sentiram confortável em dar respostas mais detalhadas.

A primeira pergunta a entrevistada foi a respeito das principais dificuldades encontradas pelos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para permanecer no curso e terminar a graduação, o depoimento a seguir apresenta o que foi exposto pela servidora:

A principal dificuldade está relacionada às questões materiais, e isso somada a outras dificuldades, que são compartilhadas pelos estudantes, como da ordem afetiva, muitos alunos saem de suas casas no interior e vem para uma cidade maior e distante da família, mas também as dificuldades no processo de transição da saída do ensino médio para a universidade, que são experiências novas e desafiadoras, além dessas questões que são comuns, a boa parte dos estudantes em situação de vulnerabilidade que vem do seu interior tem a preocupação com a questão material quando chega no município de Sobral, eles vêm apostando todas as suas fichas em entrar em algum programa da assistência estudantil, então, se eles não conseguirem, muitos vão desistir, cancelar ou trancar o curso, por que não vão ter condições efetivas de custear suas despesas elementares. (Servidora, 2020)

A resposta da servidora cita em primeiro lugar as dificuldades com questões materiais. A mesma fala foram reportadas pelos estudantes repetidas vezes, em que citam como principais dificuldades as despesas com aluguel, energia, alimentação e transporte, como motivos que interferem a sua permanência na universidade.

Percebe-se que, na visão da profissional e dos alunos entrevistados, que a assistência estudantil possui, sim, importância na questão financeira, pois o recebimento do auxílio é necessário para a permanência de diversos estudantes no *campus* Sobral, que ajuda nas diversas despesas cotidianas, principalmente, para os alunos que precisam passar o dia todo na instituição e que não trabalham ou que residem fora do município de Sobral, não podendo sua família suprir tais despesas.

Desse modo, no caso dos alunos que reside fora do município de Sobral, o auxílio moradia existe para dá uma certa tranquilidade em custear certas despesas com a moradia, pois esses alunos são os que mais sentem a dificuldade permanecer estudando conforme os relatos, além disso o aluno que entrar no programa auxílio moradia ficará recebendo o auxílio de R\$ 530,00 até o concluir o seu curso.

Em outra pergunta a participante respondeu que serviços e programas são disponibilizados pela PAE em Sobral, quais os objetivos desses programas e, quais os critérios de acesso e permanência nestes.

São essencialmente cinco programas: programa auxílio moradia, programa auxílio emergencial, programa auxílio creche, programa de iniciação acadêmica, e o programa da taxa de isenção do restaurante universitário e o serviço de assistência social. Esses cinco programas têm em comum garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade na universidade e outros objetivos do PNAES, tendo como critério a questão da renda per capita do aluno que tem que ser verificada, para acessar esses programas o aluno tem que ter renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, os critérios de acesso e permanência se encontra no site da

PRAE, os critérios de acesso de todos os programas de bolsa da UFC da graduação e da pós estão regulamentados pela resolução 08 do CEPE, já os critérios de permanência a gestão da PRAE está no processo de formulação dos critérios de permanência nos programas, então, não existe ainda nenhum documento que regulamente estes critérios de permanência, o que existe são construções que as equipes vem realizando ao longo dos anos, mas vai ter uma especificidade ou outra a depender do programa partindo da resolução 08 do CEPE (Servidora, 2020).

Tal como vimos na resposta da servidora, existem cinco programas e um serviço de assistência social que são ofertados pela assistência estudantil no campus de Sobral, quanto aos seus objetivos é de favorecer a permanência dos discentes assistidos e outros objetivos do PNAES, todos em consonância com a resolução 08 do CEPE, e do decreto 7234/2010.

Já com relação aos critérios de permanência nos programas, conforme o relato da servidora, ainda não existe uma definição pela gestão da PRAE, o que existe são construções elaboradas por equipes ao longo dos anos, sendo que a depender do Programa os critérios tem que ser de acordo com a resolução nº 8 do CEPE. Dessa forma entendo que a não definição dos critérios de permanência nos Programas de forma escrita pode causar uma insegurança ao aluno que não saberá os motivos que pode ser excluído do Programa.

Objetivando compreender como acontece a seleção dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, se é possível algum aluno que não se enquadre em situação de vulnerabilidade ter acesso aos programas da assistência estudantil, a resposta da terceira pergunta foi à seguinte:

A seleção vai acontecer de acordo com a resolução 08 do CEPE e dos respectivos editais. Hoje, existe nos *campi* dos interiores um edital para a seleção unificada dos programas, sendo lançada cinco editais para os cinco programas de transferência de renda, toda e qualquer medida ou ação que a equipe técnica tome vai ser a partir desses instrumentos normativos e, especificamente, com relação algum aluno que não esteja em situação de vulnerabilidade, ele não terá acesso por não se enquadrar nesse perfil de até um salário mínimo e meio, então, todos os alunos que estão nos programas eles estão em situação de vulnerabilidade..(Servidora, 2020).

Conforme relato da entrevistada para ter acesso aos cinco programas ofertados pela assistência estudantil do campus de Sobral deve obedecer à resolução 08 do CEPE e dos respectivos editais, sendo destinados exclusivamente para os alunos em situação de vulnerabilidade, portanto, a resposta da servidora nos

mostra que a seleção dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica está em concordância com o artigo 5º do decreto 7234/2010:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Na quarta pergunta, a servidora foi questionada se acredita que os recursos financeiros do PNAES são suficientes para o atendimento das necessidades dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro da Universidade, se a quantidade de auxílios e serviços ofertados pela PAE atende a toda demanda de alunos com vulnerabilidade que os solicita, a servidora respondeu que:

Não, essa realidade é inexistente, eu digo que para a maioria das universidades federais e dos Institutos no Brasil não é suficiente, a própria quinta pesquisa ela traz um dado bastante revelador que diz que setenta por cento dos estudantes das IFES tem renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, ou seja, a idéia que é bastante difundida, o discurso oficial que agente ver da mídia é de que as universidades públicas são ocupadas ainda pela uma parcela da população que pode pagar o curso, e na verdade, a quinta pesquisa vai dizer que não, esse perfil mudou de uma maneira bastante acentuada nos últimos anos, é tanto que este dado é bastante revelador, diante deste contexto os programas da assistência estudantil não dão conta da procura, a demanda e muito maior que a oferta, e isso foi impactado pelo congelamento dos gastos sociais, ou seja, desde 2016 não temos um aumento do repasse orçamentário do MEC para as IFES em relação ao PNAES. E de 2016 para os dias atuais houve um crescimento de matrículas, muitos *campi* foram inaugurados, cursos foram abertos e, isso tudo aconteceu sem nenhum acompanhamento desses recursos (Servidora, 2020).

Notamos, pela resposta da profissional, que os recursos para a assistência estudantil são escassos, tanto para quem é beneficiado, mas, principalmente, para estender a um maior número de alunos, isso não nos causa surpresa, prova o que já dissemos no capítulo segundo em que os recursos do PNAES nos últimos anos não vem crescendo, está estagnado desde 2016, e isso vem impactando nos programas da assistência estudantil em todas as universidades e institutos federais, pois como a demanda de alunos vem crescendo nos últimos anos, principalmente, com alunos cuja a renda per capita é de até um salário mínimo e meio.

Diante desse fato as equipes da Assistência estudantil estão obrigada a selecionarem os alunos mais necessitados dos necessitados, por isso muitos alunos não serão incluídos na assistência estudantil por uma questão orçamentária.

Na quinta pergunta, ao ser questionada sobre o marco legal dos Programas em âmbito nacional e local, como se deu o processo de formulação e implantação da AE no Campus de Sobral, se houve participação de profissionais e estudantes, a resposta da servidora foi a seguinte:

O marco legal da política de Assistência estudantil em âmbito nacional é o PNAES, e âmbito local, na UFC é a regulamentação 08 do CEPE, não sei responder sobre o processo de formulação e implantação da assistência estudantil no campus Sobral, que inclusive é objeto da minha pesquisa, entrei na UFC em 2017 (Servidora, 2020).

A servidora demonstra ter conhecimento sobre as legislações tanto do PNAES como da resolução 08 do CEPE, porém, não tem conhecimento da formulação e implantação da AE no Campus de Sobral, mas isso é bastante compreensível, pois a mesma entrou na universidade no ano de 2017, sendo que desde 2012, já existia os programas da assistência estudantil no campus de Sobral.

Entender como a assistência estudantil foi iniciada ao longo dos anos na UFC campus de Sobral é muito importante para compreender a implementação dessa política para os estudantes em situação de vulnerabilidade, no entanto, esse processo de conhecimento da formulação e implantação da assistência estudantil no campus Sobral será objeto de estudo pela servidora.

Na sexta pergunta a entrevistada respondeu a seguinte indagação: você acredita que os programas têm favorecido a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade eles terminam a graduação em tempo hábil, existe evasão desses alunos beneficiários, quais motivos?

Acredito que sim, mas a partir dos relatos dos alunos acredito que sim, os programas conferem uma espécie de estabilidade aos estudantes, eles passam a não ter mais a preocupação de como vai se manter em Sobral, se ele não for de Sobral, como vai arcar com os custos, enfim uma série de questões que os aflige, passa a ser minorizado, agente sabe que o valor não é ideal, está longe de poder garantir todas as condições adequadas, mas nos relatos surgem nesse sentido de que sim, é fundamental, existe a evasão mas vejo uma parcela mínima por volta de dez por cento não sei precisar o motivo, boa parte termina a graduação, termina no tempo hábil (Servidora, 2020).

A fala da servidora revela que os programas da assistência estudantil garantem a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estas também foram reportadas pelos estudantes tanto ativos como os evadidos, sendo que conforme relato da servidora uma pequena parcela desses alunos inseridos nos programas não termina a graduação, isso mostra a importância dos programas para esses alunos que possuem uma situação de vulnerabilidade, e o cumprimento dos objetivos do PNAES.

A sétima pergunta a entrevistada foi com o objetivo de compreender se existe acompanhamento regular desses alunos que são beneficiários dos programas, e qual tipo de acompanhamento é realizada pela assistência estudantil, a servidora respondeu que:

sim, agente faz o acompanhamento semestral sobre o desenvolvimento acadêmico deles, os alunos que estão em baixo desenvolvimento acadêmico e que há reprovação por falta ou qualquer outra coisa, nós convocamos para atendimento social para entender um pouco, dentro das nossas atribuições enquanto assistente social fazemos esse atendimento com o estudante se preciso agente vai abordar outras questões sobre a família por exemplo, não só o que acontece dentro da universidade. Seria fundamental que tivesse na equipe Psicólogo, pedagogo com habilitação em psicopedagogia, por que cada profissão e um saber, e vai poder atender esse aluno sobre diversos aspectos, então, dentro das nossas atribuições agente faz sim esses acompanhamentos (Servidora, 2020).

Percebemos, pela fala da servidora que o Serviço Social não está apto a atender demandas que não sejam referentes à questão social. Se a assistência estudantil está voltada para a permanência desses alunos que a ela recorre, é preciso ter um acompanhamento integral, cotidianamente, para que a evasão seja evitada.

A fala da servidora também revela a necessidade de outros profissionais para atuar junto a equipe da CASE, tendo na equipe, somente, duas assistências sociais, sendo necessária profissionais na área de Psicologia e Pedagogia com habilitação em Psicopedagogia, para poder melhor atender esses discentes em situação de vulnerabilidade sobre os diversos aspectos, pois as duas assistentes sociais só podem atuar de acordo com suas atribuições profissionais.

A carência de profissionais de outras áreas afeta a qualidade da assistência estudantil, pois não é possível aos alunos da assistência estudantil ter

um acompanhamento mais adequado, sendo que a equipe da CASE não tem como verificar de forma mais profunda a real necessidade do aluno, que muitas vezes não é só o financeiro. Enfim, não é possível ter um conhecimento mais integral e minucioso desse discente por falta de outros profissionais, além disso existem apenas duas assistentes sociais, que se encontram sobrecarregadas com o trabalho, para atender mais de 400 alunos que são assistidos pela assistência estudantil.

Diante disso é preciso um melhor contato da Assistência Social com o aluno, para que possibilite a este, mediante a informação prestada, o atendimento a sua dificuldade e possua um novo olhar sobre a assistência estudantil, olhar este que remete à perspectiva do direito do aluno de manter-se na instituição.

Na pergunta seguinte, foi indagado à servidora se poderia apontar os aspectos facilitadores e desafiadores na operacionalização dos programas, quais seus desafios e limitações e como pode ser melhorada, a resposta foi a seguinte:

Em relação ao campus de Sobral, um dos aspectos facilitadores é a boa relação com a diretoria do campus, pois eles compreendem a relevância da política, eles apóiam e dão suporte para as decisões, então, agente exerce nossas atribuições com autonomia dentro do que é possível, já com relação as dificuldades de operacionalização dos programas, o grande quantitativo de alunos, são mais de quinhentos, é muito trabalho, como também a falta de mais profissionais, a falta do suporte de um sistema, para realizar os processos seletivos, pois tudo ainda é manual, isso gera uma sobrecarga de trabalho, nos desafios e limitações, a limitação dos recursos que é o mesmo de 2016, e a demanda de solicitações de alunos em participar dos programas aumenta a cada ano, pois agente tem um contingente maior, e mais alunos ficam de fora dos programas por insuficiência de vagas, é preciso avançar em um dialogo, apesar da conjuntura política não ser muito favorável (Servidora, 2020).

A fala da servidora com relação aos aspectos facilitadores é de suma importância para a assistência estudantil no campus, ter uma boa relação e a compreensão da relevância da política pela Diretoria do campus, nos mostra que existe uma facilidade de comunicação e, possivelmente, um diálogo entre esses dois setores.

A fala da servidora também revela algumas questões que são complementares às falas dos discentes, como as dificuldades encontradas pela equipe reduzida, por exemplo, o que acaba interferindo na qualidade dos serviços prestados, a interação dos assistentes sociais com outros profissionais seria de

grande importância, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos estudantes, o grande quantitativo de alunos, a limitação dos recursos que é o mesmo de 2016, e a demanda de solicitações de alunos em participar dos programas aumenta a cada ano.

A falta de informatização de todos os processos referentes aos alunos da assistência estudantil foi uma das dificuldades apontada pela servidora que precisa ser melhorada, pois facilitaria o acesso das profissionais e dos estudantes a eles, bem como facilitaria o levantamento de dados quantitativos, como número total de alunos atendidos pela assistência estudantil, quantidade de alunos assistidos por cada auxílio, valores gastos na assistência etc.

Para finalizar a pesquisa, foi indagado à servidora se foi percebida alguma mudança na Política de Assistência Estudantil nos Governos de Dilma, Temer e Bolsonaro dentro da UFC? Quais mudanças?

Quando eu entrei na UFC, a presidente Dilma já não estava, já era o governo Temer e agora o Bolsonaro, e em relação a política de assistência estudantil especificamente não há uma ruptura entre esses dois governos, e sim houve uma continuidade no governo Bolsonaro do que o Temer fez, a principal missão do que nos impacta com relação a assistência estudantil é o teto dos gastos sociais que desde 2016 não aumenta nos repasse do dinheiro para os programas, hoje não se pode se falar em avanço ou retrocesso (Servidora, 2020).

Diante da fala da servidora, não é possível fazer uma avaliação a respeito da política de assistência estudantil no Governo de Dilma Roussef. A servidora se limitou a responder que não estava presente no período do governo de Dilma Roussef, e com relação aos dois últimos governos falou que a principal missão do que nos impacta com relação a assistência estudantil é o teto dos gastos sociais que desde 2016 não aumenta nos repasse do dinheiro para os programas, e isso impacta diretamente beneficiar mais estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A realização da entrevista com a servidora possibilitou ter uma visão mais abrangente da atuação da CASE, e de melhor entender as atribuições dos assistentes sociais no que tange a seleção dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para ingresso nos programas, inclusive no acompanhamento desses beneficiários, também possibilitou conhecer a partir da visão dessa profissional os aspectos facilitadores e desafiadores na

operacionalização dos programas, se os mesmos garantem a permanência do aluno até a sua formação, bem como se os recursos financeiros do PNAES é suficiente para o atendimento das necessidades dos alunos beneficiários e a todos em situação de vulnerabilidade que solicita entrar nos programas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco a Política de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade Federal do Ceará, que regulamenta institucionalmente o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovado pelo Decreto Nº. 7.234/2010 e direcionado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das Instituições Federais de Ensino Superior.

O objetivo desta pesquisa foi avaliar os Programas de Assistência Estudantil da UFC, campus Sobral, quanto ao cumprimento dos objetivos de viabilizar a permanência e contribuir para o êxito dos estudantes beneficiados em seu percurso acadêmico. Para tanto, busquei conhecer a percepção da assistência estudantil e dos programas para três grupos de atores: estudantes beneficiários, estudantes evadidos e técnicos administrativos.

Os resultados da pesquisa identificaram os limites e possibilidades das políticas de assistência estudantil na UFC, sendo que cumpre com o objetivo de viabilizar melhores condições de permanência aos estudantes no que diz respeito às necessidades de cunho material.

Os sujeitos participantes da pesquisa destacaram vários pontos positivos quanto ao favorecimento da sua permanência na UFC e na melhoria do desempenho acadêmico. Dentre eles destacamos a possibilidade de alunos provenientes de outros municípios poderem desenvolver um curso superior com a ajuda do Auxílio Moradia, pois estes não teriam condições de bancar despesas no município de Sobral como aluguel, alimentação, energia e transporte com recursos próprios.

A pesquisa também apresenta vários pontos negativos pelos entrevistados que precisam ser melhorados, destacamos: reajuste nos valores dos auxílios; ampliação no número de alunos atendidos pelos programas; a ampliação do quadro de profissionais na CASE executores da política, como também profissionais de outras áreas para atender grande quantidade de demandas cotidianas; falta de participação e discussão entre profissionais e estudantes para aprofundamento das questões referentes à assistência estudantil e a necessidade de uma residência estudantil.

Na categorização das falas dos alunos, é notório o fato de que a UFC, ao adotar o PNAES, fortalece os próprios objetivos da educação no seu papel formador de cidadania, sendo a AE um instrumento apropriado para possibilitar as classes de baixa renda uma profissionalização de qualidade, após a formação discente.

Os usuários caracterizam os programas da assistência estudantil como um direito e não como “um favor” da instituição. Dessa forma, elas contribuem para a emancipação social e humana, na medida em que possibilita uma discussão mais ampla sobre assistência como política social do Estado.

O envolvimento dos estudantes na implementação da PAE é unilateral, caracterizado pela mera receptividade das ações, ou seja, estes assumem a condição de beneficiários, responsáveis pelo cumprimento de condicionalidades, mas sem poder de participação.

No depoimento dos estudantes evadidos dos cursos de Música, Ciências Econômicas e Finanças constatamos que a maioria abandonou a universidade pela dificuldade de compensar o horário de estudo com horário de trabalho, mesmo os cursos sendo de horários noturnos com a finalidade de sustentar sua família, também houve o abandono em razão do pouco interesse pelo curso.

Na fala da servidora da CASE, a evasão discente dos beneficiários dos programas de assistência estudantil é menos de 10%, no entanto, não soube responder qual o motivo que leva esses estudantes a evasão.

Em termos operacionais, constatou-se que no intuito de enfrentar à evasão, são muitas as exigências postas pela a Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE, que consiste na prática em uma equipe reduzida; necessidade de mais profissionais, principalmente, nas áreas de Psicologia e Psicopedagogia, para melhor escutar os alunos; necessidade de mais recursos orçamentários e a Implantação de um sistema informatizado na Coordenadoria de Assistência Estudantil – CASE para que haja um melhor acompanhamento dos discentes.

É importante ressaltar que a melhoria da política de assistência não depende somente de ações políticas internas, mas, sobretudo, conforme fala da servidora, do fortalecimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que assegure recursos a serem investidos, principalmente com os alunos sob condições de vulnerabilidade social.

No percurso desta pesquisa, identificamos alguns pontos que precisam ser melhorados, para que o resultado desse Programa se torne efetivo na melhoria

do desempenho acadêmico e diminuição da evasão discente. Com base nesses pontos, faremos algumas proposições para a melhoria de uma Política de Assistência Estudantil mais eficaz na UFC, campus Sobral:

- Ampliar as equipes multidisciplinares que atuam na assistência estudantil;
- Romper com as condicionalidades do direito à assistência estudantil, por meio da transformação da concepção do aluno beneficiário de serviços, por alunos de direito;
- Criar mecanismos ou canais para discussão entre profissionais e estudantes para aprofundamento das questões referentes à assistência estudantil;
- Criar os programas de assistência estudantil voltados ao lazer, esporte e cultura;
- Construir uma residência estudantil para atender aos alunos vindos de cidades fora do Campus de Sobral;
- Romper barreiras com as práticas assistencialistas;
- Implantação de sistema informatizado na Coordenadoria de Assistência Estudantil – CASE para que haja um melhor acompanhamento dos discentes;
- Fazer um acompanhamento mais efetivo dos alunos beneficiários dos programas, para que aumente o rendimento acadêmico e diminua as faltas, repetência e a evasão discente;
- Incluir as ações de assistência no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI para garantir recursos próprios, que vão além dos recursos destinados pelo PNAES;
- Tornar mais transparentes as ações de AE, principalmente com relação aos recursos disponíveis e como é dividido com os diversos programas;
- Criar indicadores de avaliação dos resultados da AE, para que se possa medir com efetividade os resultados dessa política na redução dos índices de reprovação e evasão.

A importância de se fortalecer a execução da PAE da UFC, campus de Sobral como um todo, não focando apenas no valor pecuniário dos programas, visto que a permanência e o êxito dos discentes perpassam por questões que vão além

da econômica. Desenvolver ações no âmbito dos demais programas da política institucional pode abrir o campo de atuação das equipes profissionais e ampliar as possibilidades de atendimento dos discentes. Embora não seja propósito final deste trabalho esgotar o tema abordado, sugerimos que novas pesquisas, com o suporte desta, possam se realizar, alargando o nível de abrangência sobre o assunto, associando, sobretudo os resultados dessa política à redução nos índices de reprovação e evasão nos cursos.

Concluimos, portanto, que o PNAES é uma política social de direito relevante na educação superior e importante no combate a evasão discente, mas, atualmente, está diante de um grande desafio na sua continuidade em um cenário de desmonte e redução de investimento em políticas sociais. Neste sentido, temos que dá importância significativa a assistência estudantil e buscar assegurar o sucesso das políticas de democratização de acesso ao ensino superior, para que se possa continuar diminuindo situações desiguais de vida entre os discentes, intervindo sobre múltiplas dificuldades cotidianamente apresentadas, decorrentes de sua situação de precárias condições socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jaqueline Cavalari Sales. **Avaliação da Implementação do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: impactos e resultados para graduandos com Fragilidade Socioeconômica**. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://silo.tips/download/avaliaao-da-implementacao-do-pnaes-programa-nacional-de-assistencia-estudantil-na>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SULIANO, Daniele Cirilo. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista brasileira de estudo em Pedagogia**, Fortaleza, v.96, n.243, p.282-298, 2015.
- BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7212?locale=pt_BR. Acesso em: 24 jun. 2020.
- BARRETO, Walewska Farias Alcântara. **O programa de bolsa de manutenção acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9935>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2013, v.21, n.47, p.32-33.
- BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro- SP. 2012. v. 22, n. 39, Período jan/abr-2012. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1113.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020
- BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 217-227. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3507127/mod_resource/content/1/Os%20excluidos%20do%20interior.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020
- BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1961)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1961**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao61.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm#:~:text=Regulamenta%20o%20%C2%A7%202%C2%BA%20do,nacional%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 39, de 12 dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf . Acesso em: 3 jul. 2020.

CAMPELLO, Tereza. **Faces da desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás. Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Conselho Latino-Americana de Ciências Sociais, 2017.

CASTRO, M.H.G. Avaliação de políticas e programas sociais. **Cadernos de Pesquisa**, n. 12. p.74-76, Campinas-SP: NEPP-UNICAMP, 1989. Disponível em: <file:///C:/Users/SPA/Downloads/CapPesqNepp12.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Recursos do PNAES repassados para as IFES, 2012-2018. **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Natal, p. 25-28, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001. Disponível em: <https://uspcaf.files.wordpress.com/2011/11/escrito-sobre-a-universidade.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

COSTA, Márcia Cristina Carvalho Ferreira. **Os Impactos da política de Assistência Estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em saúde, Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20889>. Acesso em: 28 jun. 2020.

COSTA, S. M. Evasão na Universidade deve cair 26% em cinco anos. **Jornal UFC**, Fortaleza, n. 17, 2007. Disponível em: http://www.ufc.br/portal/images/stories/files/comunicacao_marketing/jornalufc/jornalufc17_2007. Acesso em: 27 set. 2020.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília: FLACSO do Brasil, 2005.

DANTAS, A. O.; ARAUJO, J.O. A Questão do Financiamento da Assistência Estudantil nos Trâmites da Reforma Universitária do Governo Lula. *In*: ARAUJO, J. O.; CORREIA, M. V. C. (org.). **Reforma Universitária**. Maceió: EDUFAL, 2005. p. 137-154.

DUMARESQ, Zandra Maria Ribeiro Mendes. **Análise da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Ceará - Campus de Fortaleza - Sob o olhar dos Discentes**. 2014. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Fortaleza: UFCE, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8995/1/2014_dis_zmmdumaresq.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

FERNANDES, Nídia Gizelli de Oliveira. **A política de assistência estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil**: o caso da Universidade Federal de Itajubá. São Paulo: USP, 2012.

FERREIRA, Suely. Reformas na educação superior: novas regulações e a reconfiguração da universidade. **Revista Educação Unisinos**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 122-131, 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.191.11>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL — **indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil**. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 6 - 7, n. 1 e 2, p. 246-264, 2008.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de assuntos comunitários e estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília, DF: ANDIFES, 2010. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1:nacional&Itemid=102. Acesso em: 19 ago. 2020.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2012/10/revista-comemorativa-25-anos-de-fonaprace>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FONAPRACE. Fórum nacional de pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, DF: FONAPRACE, 2012. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FRIGOTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, p.48-49, 2008.

GONÇALVES, Margarida Maria Dias Monteiro. **A implementação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) na UFC (2007-2009)**: um estudo de caso sob a perspectiva da qualidade do ensino. 2010. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2804>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GUBA, E. G.; LINCOLN Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Unicamp, 2011.

GUEDELHO, Clefra Vieira. Acompanhamento da permanência dos estudantes no IFPI: dados preliminares no nível médio do Campus Parnaíba. **XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal: ABEPS, 2014.

GUEDELHO, Clefra Vieira. **Avaliação em Profundidade da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí**. 2017. Dissertação em Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24384>. Acesso em: 20 ago. 2020.

HADDAD, S. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBBSAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KAZTMAN, Ruben. Vulnerabilidade e exclusão social: Uma proposta metodológica para o estudo das condições de vida das casas. **Revista CEPAL**, São Paulo, n.75, p.33-35, 2005.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio da garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LACERDA, Guilherme Brito. **Políticas de Acesso, Autonomia e Permanência da pessoa com deficiência nas Instituições Públicas de ensino superior da Região Metropolitana do Cariri**. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8010>. Acesso em: 22 jul. 2020.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para a análise de políticas**. Campinas: Arte Escrita, 2012.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7467/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MARTINELLI, Mária Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um estigante desafio**. São Paulo, Veras Editora, 1999.

MARTINS, Cleidis Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de Graduação em uma instituição de ensino superior**. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional de Administração) – Fundação Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2007.

Disponível em:

https://fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2007/dissertacao_cleidis_beatriz_nogueira_martins_2007.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. de S. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. *In*: MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p.19-51.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, p. 145-148. 2008.

MINAYO, M. C. S. Dialética como caminho do pensamento social. *In*: MINAYO, M. C. S.de; DESLANDES, S. F. (org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 83-107.

NASCIMENTO, C. M. A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, v. 23, n. 53, p. 88-103, 2014.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. *In*: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012.

NETO, Inácio Ferreira Façanha; FAÇANHA, Josane Cristina Ribeiro ferreira. A questão social no brasil: uma abordagem a partir da contrarreforma do estado brasileiro. **Revista de Política Judiciária**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 58-78, jan./jun. 2018.

NUNES, Edson; CARVALHO, Márcia Marques. **Ensino superior público e privado no Brasil**: expansão, evasão e perfil dos concluintes. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2004. n.35, p. 34. Disponível em:
http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_35.pdf. Acesso em: 2 jul. 2020.

OLIVEIRA, Amanda Marques de. **A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**: a experiência no IFPI. 2016. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Teresina: UFPI, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/387>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PINHEIRO, Aline Freitas Dias. **Avaliação da Assistência Estudantil**: possibilidades e limites de uma política pública educacional. 2015. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14852>. Acesso em: 21 ago. 2020.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

TOMMASI, L. *et al.* (org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2011-ludmilaeleonora-gomes-ramalho.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **Revista eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 16, p. 55-73, 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas sociais. **Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, n. 1, p. 7-15, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. *In*: PRADO, Edna Cristina; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (org.). **Avaliação de políticas públicas**: entre educação e gestão escolar. Maceió: EDFAL, 2011. p. 37-55. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31897>. Acesso em: 23 set. 2020.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Políticas públicas para a educação superior no governo Lula. **Poesias Pedagógicas**. Catalão, v. 11, n. 1, p. 168-188, jan./jun. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poesias Pedagógicas**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago. /dez. 2010.

SCHARGEL, F. P; SMINK, J. **Estratégias para auxiliar o problema de evasão escolar**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SILVA FILHO, R. L. L. *et al.* A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA,

Maria Ozanira da Silva e (org.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos.** p. 89-178. São Paulo: Veras; São Luís: GAEPP, 2013.

SILVA, Juliana Fernanda da. **Serviço social e educação em perspectiva: uma análise da implementação do programa de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.** 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/69446563/o-programa-de-assistencia-estudantil>. Acesso em: 27.jun. 2020.

SILVEIRA, M. M. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

STEPHANOU, M. C. Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n 1, p.127-60, jan-jun. 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/38>. Acesso em: 27.jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Na berlinda. **Revista Universidade Pública**, Fortaleza, ano 6, n. 34, p. 13-29, nov./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ufc.br/comunicacao-e-marketing/revista-universidade-publica>. Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. A revolução dos estudantes. **Revista Universidade Pública**, Fortaleza, ano 5, n. 35, p. 14-20, Jan/Fev. 2007. Disponível em: <http://www.ufc.br/comunicacao-e-marketing/revista-universidade-publica>. Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Sob pressão. **Revista Universidade Pública**, Fortaleza, ano 7, n. 36, p.11-18, mar/abr. 2011. Disponível em: <http://www.ufc.br/comunicacao-e-marketing/revista-universidade-publica>. Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Vai rolar?. **Revista Universidade Pública**, Fortaleza, ano 11, n. 63, p. 12-19. set./out. 2011. Disponível em: <http://www.ufc.br/comunicacao-e-marketing/revista-universidade-publica>. Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 08, de 26 de abril de 2013.** Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/cepe/resolucao_cep_2013/resolucao_08_cep_2013.pdf. Acesso em: 1 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Apresentação da PRAE.** Fortaleza: UFC, 2019. Disponível em:

www.prae.ufc.br/sobre-a-pro-reitoria-de-assuntos-estudantis/apresentacao-da-prae/2019. Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Edital nº 05/019**. Fortaleza: UFC, 2019. Disponível em: <http://www.prae.ufc.br/edital-052019-bolsa-de-iniciacao-academica-para-ingressantes-em-2019-1>. Acesso em: 27 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Edital do Programa Auxílio Moradia Interior**. Fortaleza: UFC, 2019. Disponível em: http://www.prae.ufc.br/documentos/programa_auxiliomoradiainterior_2019.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **REUNI**: o que é? Como funciona? Em que nos afeta? Tudo o que você queria saber e ninguém [ainda] te explicou. Fortaleza: Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução nº 08/CEPE, de 26 de abril de 2013**. Regulamenta a concessão de bolsas e auxílios financeiros para estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará e estabelece suas normas de funcionamento. Fortaleza: UFC, 2013a. Disponível em: <https://prograd.ufc.br/wpcontent/uploads/2014/05/pid-resolucao-regulamentadora-08-2013.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84VHVQ>. Acesso em: 23 out. 2020.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616. 2010.

APÊNDICE A – INSTRUMENTOS DE PESQUISA

ENTREVISTA SEMI – ESTRUTURADA A SER APLICADA A SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVOS DA CASE/ UFC - CAMPUS DE SOBRAL

NOME: _____ LOTAÇÃO: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

TELEFONE _____ /EMAIL: _____

DATA: _____ / _____ / _____.

TEMA: Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: A permanência discente como Direito a educação dos estudantes do campus de Sobral

1ª) No seu entendimento, quais as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que dificultam a permanência e a formação acadêmica?

2ª) Que serviços, programas e auxílios são disponibilizados pela AE em Sobral? Quais os critérios de acesso e permanência nestes?

3ª) Como acontece a seleção dos alunos? É possível um aluno que não se enquadre em situação de vulnerabilidade socioeconômica ter acesso aos programas da AE?

4ª) Você acredita que o recurso financeiro do PNAES é suficiente para o atendimento das necessidades dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro da Universidade? A quantidade de auxílios e serviços ofertados pela PAE atende a toda demanda de alunos em situação de vulnerabilidade que solicita?

5ª) Você sabe informar quais os marcos legais nacionais e locais dos programas? como se deu o processo de formulação e implantação da AE no Campus de Sobral? Houve participação de profissionais e estudantes?

6ª) Você acredita que a AE tem favorecido a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade? Esses alunos beneficiados terminam a graduação? Existe evasão discente nos programas ofertados? Quais motivos da Evasão?

7ª). Vocês realizam o acompanhamento regular desses alunos que são beneficiados pela AE? Qual tipo de acompanhamento?

8ª). Você poderia apontar os aspectos facilitadores e dificultadores na operacionalização do programa? Quais seus desafios e limitações como pode ser melhorado?

11ª). Você percebeu alguma mudança na Política de Assistência Estudantil nos Governos de Dilma, Temer e Bolsonaro dentro da UFC? Quais mudanças?

**APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI – ESTRUTURADA A SER APLICADA A
ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFC -
CAMPUS DE SOBRAL**

NOME: _____

CURSO: _____

TELEFONE _____/EMAIL: _____

DATA: _____ / _____ / _____.

TEMA: Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: A permanência discente como Direito a educação dos estudantes do campus de Sobral

1) Você pode falar um pouco da sua trajetória de vida acadêmica da escola a Universidade? Forma de ingresso? Está no curso de sua preferência?

2ª) Quais as dificuldades que você apontaria para permanecer na universidade até a sua formação acadêmica? E dos outros alunos em situação de vulnerabilidade você apontaria alguma outra fora a sua?

3ª) Você acredita que o recurso financeiro disponibilizado é suficiente para atender a você e a todos que recebem? Necessita de ajuda financeira da família para complementar seus estudos? E a quantidade de programas atende a toda demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

4ª) Você conhece os programas, auxílios e os serviços que são disponibilizados aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica pela CAS/PRAE? Sabe informar quais os critérios de acesso e permanência neles? Quais os programas, auxílios e serviços que você participa?

5ª) Você confia no processo de seleção elaborado pela PRAE em conjunto com a Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE de Sobral? Já percebeu algum estudante receber os benefícios ou serviços da Assistência Estudantil sem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

6ª) Você acredita que os programas e serviços tem contribuído para a sua permanência e dos outros estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade prevenindo situações de evasão? vê os programas da assistência estudantil como um direito ou como uma ajuda do governo?

7ª) Você conhece algum marco legal nacional ou local do programa? E quanto aos demais estudantes, acredita que eles têm conhecimento?

8ª) Recebe algum tipo de acompanhamento regular da coordenaria de Assistência Estudantil - CASE de Sobral ? Que tipo de acompanhamento?

9ª) Que aspectos positivos e negativos você visualiza enquanto beneficiário do programa? Quais seus desafios e como pode ser melhorado?

**APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMI – ESTRUTURADA A SER APLICADA AOS
ESTUDANTES EVADIDOS BENEFICIÁRIOS OU NÃO DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UFC - CAMPUS DE SOBRAL**

NOME: _____

CURSO: _____

TELEFONE _____/EMAIL: _____

DATA: _____ / _____ / _____.

TEMA: Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: A permanência discente como Direito a educação dos estudantes do campus de Sobral

1). Você pode falar um pouco da sua trajetória de vida acadêmica da escola a Universidade? Forma de ingresso? Estava no curso de sua preferência? Por qual motivo abandonou seu curso?

2ª) Quais as dificuldades que você apontaria para permanecer na universidade até a sua formação acadêmica? E dos outros alunos em situação de vulnerabilidade você apontaria alguma outra fora a sua?

3ª) Você acredita que o recurso financeiro disponibilizado é suficiente para atender a você e a todos que recebem? Precisa de ajuda financeira da família para complementar seus estudos? E a quantidade de programas atende a toda demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

4ª) Você conhece os programas, auxílios e os serviços que são disponibilizados aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica pela CAS/PRAE? Sabe informar quais os critérios de acesso e permanência neles? Quais os programas, auxílios e serviços que você participa?

5ª) Você confia no processo de seleção elaborado pela PRAE em conjunto com a Coordenadoria de Assistência Estudantil - CASE de Sobral? Já percebeu algum

estudante receber os benefícios ou serviços da Assistência Estudantil sem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

6ª) Você acredita que os programas e serviços tem contribuído para a sua permanência e dos outros estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade prevenindo situações de evasão? vê os programas da assistência estudantil como um direito ou como uma ajuda do governo?

7ª) Você conhece algum marco legal nacional ou local do programa? E quanto aos demais estudantes, acredita que eles têm conhecimento?

8ª) Recebe algum tipo de acompanhamento regular da coordenaria de Assistência Estudantil - CASE de Sobral? Que tipo de acompanhamento?

9ª) Que aspectos positivos e negativos você visualiza enquanto beneficiário do programa? Quais seus desafios e como pode ser melhorado?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TECLE)

Você está sendo convidado por **FRANKLIN CARTER LOPES DE FREITAS** como participante da pesquisa intitulada "Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: A permanência discente como Direito a educação dos estudantes do campus de Sobral"

O objetivo principal desta pesquisa é avaliar as ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFC do Campus Sobral, verificando se tal política vem contribuindo para a permanência e formação discente. Aceitando participar da pesquisa será feito um questionário e uma entrevista com você, sobre a sua relação com a Assistência Estudantil no Campus da UFC de Sobral.

Ressalta-se ainda que você poderá obter informações sobre o estudo e que as informações concedidas serão sigilosas, somente, utilizadas pelo pesquisador. É importante enfatizar ainda que sua identidade não será divulgada em nenhum momento e que você tem o direito de pedir para retirar seu consentimento e encerrar a entrevista sem justificativa, sem causar nenhum transtorno ou malefício.

Os riscos com essa pesquisa são mínimos, sendo que o senhor pode se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, mas o Senhor tem a liberdade de não responder ou interromper a entrevista em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento.

Sua participação é importante e voluntária e tem como benefício contribuir para o aprimoramento da política pública em discussão uma vez que será avaliado as ações da Assistência Estudantil no Campus da UFC em Sobral.

O Senhor tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista, sem qualquer prejuízo. Está assegurada a garantia do sigilo das suas informações.

O Sr. não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa. Estaremos disponíveis para quaisquer outros esclarecimentos. Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa:

Nome: FRANKLIN CARTER LOPES DE FREITAS
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
Endereço: TRAVESSA VISCONDE DE SABOIA, 63, CENTRO, SOBRAL
Telefones para contato: 88 - 99976-2640

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8346/44. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, ____anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/____

Nome do participante da pesquisa	Data
Assinatura	

Nome do pesquisador principal	Data
Assinatura	